

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,
INICIADA NO DIA 1 DE FEVEREIRO DE 2005.** -----

----- **ACTA NÚMERO SETENTA E NOVE** -----

----- No dia 1 de Fevereiro de 2005, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Feliciano Marques Martins Cruz David, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, João de Deus Gomes Pires, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, José Dimas Bernardes Salsinha, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Levi Marques Santos, Lourenço Ramos Bernardino, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Luísa Santos Teixeira, Martinho José Baptista, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nelson Pinto Antunes, Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre Silva Quaresma, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso da Silva, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello

Gonçalves, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vítor Manuel Alves Agostinho, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Sérgio Rui Lopes Cintra, João Gordo Martins, Luís Branco da Silva, Manuel Filipe Correia de Araújo, Cecília da Conceição Simões Sales, Jaime Salomão Alves, António Manuel Passos Rapoula, Mário Matos Ramos, José Domingos Pereira Gonçalves, António Maria Henriques. ---

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Ribeiro Cruz, Aníbal Jorge Dias, João Jofre da Fonseca Costa, João Pedro Saldanha Serra, Ricardo Posser de Andrade Chaves. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Bacelar Gouveia (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Correia de Araújo. -----

----- António Preto (PSD), por um dia, não tendo sido substituído. -----

----- Francisco Martins (PSD), por 100 dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -----

----- Ana Páscoa Baptista (PCP), por dois dias, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Jaime Salomão Alves. -----

----- Afonso Possidónio (PCP), por dois dias, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cecília Sales. -----

----- Anacoreta Correia (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Passos Rapoula. -----

----- Isabel Castro (PEV), de 12 de Janeiro a 28 de Fevereiro, sendo substituída pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Rodrigo Moctezuma (PPM), por 10 dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal José Domingos Pereira Gonçalves. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Luís Campos (PCP), Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, por Luís Campos. -----

----- Carlos Santos (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, por António Maria Henrique. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Justificou a falta o seguinte Deputado Municipal: -----

----- Aníbal Jorge Dias (PSD) relativamente à presente reunião. -----

----- Renunciou ao cargo de Deputado Municipal da Assembleia Municipal de Lisboa, para o qual havia sido eleito pelo PSD nas listas da coligação “Lisboa Feliz”, o Sr. Paulo Manuel Bernardes Moreira por ser candidato aos órgãos dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa e essa candidatura ser incompatível com o cargo de Deputado Municipal. -----

----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e de seguida entrou-se no período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Sra. D. Maria Antónia da Costa Duarte Gomes**, moradora na Rua Vasco da Gama Fernandes, n.º 3-5ºA 1750 Lisboa, disse que ela e a sua família foram excluídos do realojamento da Musgueira Norte, lote C, r/chão C, apesar do seu marido residir nessa morada há mais de 27 anos, sendo então titular o seu sogro. Depois casaram e continuaram a morar lá com mais três filhos desse casamento. -----

----- No entanto, quando faleceu o seu sogro, o seu cunhado, sem que soubessem disso, tirou o seu marido da ficha da Câmara e não os contactaram para qualquer esclarecimento. -----

----- Por esse motivo, quando foi para dar as novas casas a Dra. Cidália Santos chamou-os para fazer a ficha de agregado familiar, mas passou o processo para a Dra. Margarida Santos que depois os contactou para pedir documentos e lhes disse que tinham direito a casa, mas não foi isso que aconteceu. -----

----- Puseram-nos na rua levando tudo, ficaram só com a roupa que tinham no corpo e não entendia o porquê disso porque a maioria dos agregados familiares não moravam lá no prédio, muitos tinham casas alugadas, casas compradas e outros nem na ficha constavam. Enfim, todos tiveram casa menos eles que foram os únicos excluídos dessa forma desumana. -----

----- Portanto, ficaram a dormir na rua e só depois, alertados por uma vizinha, foram dormir para uma casa que já estava arrombada, no PER 10. Ocupou essa casa e deu conhecimento à GEBALIS mas ao fim de alguns meses puseram-nos na rua e passaram então a dormir em casa de duas vizinhas no mesmo prédio. -----

----- Mas como não lhe resolveram o problema habitacional ocupou novamente a mesma casa, onde presentemente estava com a sua família porque não tinha onde morar. Não iria novamente dormir para a rua com três crianças e uma idosa de 82 anos. Os seus filhos estavam com problemas psíquicos derivados dessa situação de que ninguém se responsabilizava. -----

----- Por isso estava disposta a enfrentar tudo para conseguir um lar para a sua família, já que a tanta gente que não tinha direito deram um lar. Afinal a lei não era igual para todos? Se o era não a cumpriam. -----

----- (Entregou na Mesa documentação referente ao assunto exposto) -----

----- **A Sra. D. Maria Jaime Costa Cruz e Corte-Real**, moradora na Av. Estados Unidos da América, n.º 23 – 3º esqº, 1700-164 Lisboa, disse que é co-proprietária do prédio sito na Av. António Serpa, n.º 23, de nove andares, construído entre 1972 e 1975, poucos anos depois a Mundial/Confiança fez um prédio destinado a alugar a um hotel, que depois alugou ao Hotel Berna que posteriormente ampliou o edifício com outro prédio que foi comprado e ficava junto do tal prédio de que é co-proprietária. ---

----- Passados uns anos, a Sociedade Hoteleira Lisbonense fez também um hotel do outro lado do seu prédio, que seria o n.º 31, mas como não havia hipótese de passagem de um hotel para o outro devido ao seu prédio que estava entre ambos,

compraram as cotas de uma sociedade instalada na loja do seu prédio e fizeram um vão com 2,80 por 2,36 metros, para conseguirem a referida passagem entre os dois hotéis, sem que para isso tivessem pedido autorização aos co-proprietários do prédio n.º 23. -----

----- Apresentaram uma queixa na Câmara em 1991 e a Câmara deu-lhe razão, puseram uma acção em 1992 porque os vãos tinham que ser fechados segundo a Câmara Municipal, mas estavam já em 2005 e não só o tribunal não andava nem para a frente nem para trás, como inclusivamente lhe disseram que iria ser legalizado pelo Arqtº Pedro Santos esse vão da passagem. -----

----- Por outro lado, falou também com o Arqtº Baeta, do Turismo, que lhe disse que o hotel tinha alvará e que esse hotel era contíguo, ou seja, desapareceu o prédio de que é co-proprietária, e que inclusive a passagem tinha sido autorizada, pela polícia e tudo o mais. -----

----- Disse, ainda, que pôs também uma acção para os senhores saírem de lá, eles pura e simplesmente trocaram plantas e foi o próprio tribunal cível que em 1997 perguntara ao Departamento Jurídico como eram as plantas, as plantas foram trocadas e só agora lhe parecia que teriam ido para o tribunal. Portanto, desde 1997 até 2004 o Departamento Jurídico ainda não esclareceu se as plantas eram as do prédio ou não. ---

----- Com tudo isso o prédio ficou superdesvalorizado porque efectivamente não cabia na cabeça de ninguém que se entrasse por um prédio dentro e se fizessem passagens para unir dois prédios laterais. -----

----- (Entregou na Mesa documentação referente ao assunto exposto) -----

----- **O Sr. Óscar Frutuoso**, falando em nome dos feirantes da Feira Popular, leu a seguinte exposição: -----

----- “Em 2003 a Feira Popular de Lisboa encerrou as suas portas. -----

----- Este encerramento só foi possível e pacífico, porque foram feitas promessas e dadas garantias a todos aqueles que aí exerciam as suas actividades. -----

----- De facto os feirantes que ao longo de mais de 40 anos ali trabalharam, também sentiram o dever cívico de colaborar com a cidade na procura de uma solução que pudesse permitir responder às solicitações da sociedade actual. -----

----- Ao longo deste tempo várias soluções foram sendo apresentadas através dos meios de comunicação. Contudo nenhuma solução até hoje nos foi apresentada. Passaram já quase dois anos e muitos de nós estamos com enormíssimas dificuldades em responder perante compromissos assumidos antes do anúncio do encerramento, nomeadamente banca e fornecedores. -----

----- Acreditem que também temos famílias dependentes da nossa actividade. -----

----- São alguns milhares de pessoas que desde à cerca de dois anos têm vivido na esperança de uma solução que lhes permita encarar o futuro, e no entanto nada de concreto e definitivo até hoje nos foi apresentado. -----

----- Estamos, contudo, de novo e mais uma vez aqui, hoje, porque está em análise uma possível permuta dos terrenos da Feira Popular com os do Parque Mayer. -----

----- Sr. Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados, uma coisa foi escrupulosamente cumprida; o encerramento da Feira Popular e a consequente perda de rendimentos que os feirantes vinha realizando. -----

----- Sr. Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados, o conflito que se move entre as forças políticas representadas nesta Assembleia, os manifestos aproveitamentos eleitorais desta situação, são factores que constatamos e que já fazem parte desta campanha eleitoral. -----

----- Sr. Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados, não somos políticos, não vivemos da política, mas julgamos que os políticos constitucionalmente têm o dever, em sede própria, de ajudarem a resolver os graves problemas que as populações enfrentam; nós os feirantes somos um desses casos existentes nesta cidade. -----

----- Não teremos nada a opor, se esse acordo contemplar as condições de base que desde o principio vimos reivindicando e que fazem parte dos acordos que levaram ao encerramento da Feira Popular; mas não aceitaremos, contudo, que se pretenda consumir qualquer situação que possa vir a configurar uma nova forma de arrastar este problema. -----

----- Sr. Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados, para terminar, a nossa postura actual está entre o desespero e a esperança, apelamos a todos vós para que no exercício pleno das vossas funções e responsabilidades, saibam encontrar uma solução política, mas também económica que ponha termo definitivamente a este processo, em que terão de ficar salvaguardados os interesses de todos os feirantes. -----

----- Agradeço a atenção de V. Ex.as. e esperamos a vossa melhor compreensão.” -----

----- **O Sr. Luís Caldas**, morador na Av. de Madrid, n.º 23 – 2º dtº, 1000-194 Lisboa, disse que vinha chamar a atenção do Sr. Presidente da Câmara para o mau estado em que se encontravam grande parte dos passeios da cidade, alguns mesmo nas “barbas” da sede da Assembleia Municipal, nomeadamente Rua Edison, Rua Sacadura Cabral, Rua Padre Manuel da Nóbrega, etc. Insistia-se na calçada à portuguesa, que era de facto muito bonita mas tinha que ser bem feita, porque o que era feito de novo parecia “matações à portuguesa” e não calçada à portuguesa. Se não tinham maneira de fazer bem as coisas que mandassem vir imigrantes do Brasil que mantinham a calçada à portuguesa que ainda hoje era o *ex-libris* da cidade do Rio de Janeiro, feita por artistas portugueses e mantida por brasileiros. -----

----- Disse, depois, que estavam a pôr condutas de gás em várias dessas artérias, e esperava que fiscalizassem a reparação dos passeios para que não ficassem mais desnivelados ainda. A Rua Edison, por exemplo, não era calçada à portuguesa, era “calçada ondulada à portuguesa”. -----

----- Mudando de assunto, disse que os riscos limitadores de faixas das vias rápidas da cidade estavam desaparecidos, ou a tinta não era de confiança ou então era trabalho mal feito. -----

----- Referiu que na Av. de Madrid já foram em tempos delimitados os espaços para estacionamento de carros nos parquímetros da EMEL, mas há cinco anos que não eram avivados os traços o que originava a diminuição do número de lugares para estacionar. -----

----- Na Av. Padre Manuel da Nóbrega e na Av. João XXI disse que colocaram sinais luminosos nas passagens de peões, mas não funcionavam. Pensa que trabalham com energia solar, mas era óbvio que a energia solar teria que ter umas baterias para recarregar. Antigamente de vez em quando não funcionavam, agora de vez em quando funcionam. -----

----- **A Sra. D. Sandra Carla Marques do Nascimento**, moradora na Rua Ceriaco Cardoso, lote 16, 2º E, 1300-134 Lisboa, referindo-se a um pedido de transferência de habitação social disse que escreveu uma carta à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa que lhe respondeu que o seu caso foi para a GEBALIS. Entretanto a GEBALIS mandou lá a casa verificar e disse que a sua casa estava em boas condições, quando efectivamente tinha duas crianças que tinham lá falta de ar porque a casa estava cheia de humidade. -----

----- Portanto, a casa não tinha condições para morar com os seus filhos, a GEBALIS dizia que sim, por isso pedia que lhe fosse dada uma resposta concreta. -----

----- (Entregou na Mesa documentação referente ao assunto acabado de expor) -----

----- **A Sra. D. Lídia Cardoso Pereira**, moradora na Rua Maria Leonor Belesco, lote 126 – 4º B, 1600 Lisboa, intervindo em nome de dois vizinhos que não podiam falar, a Vanessa e o Tiago, que moram na Rua Particular à Travessa do Tarujo, pátio 10-A, porta 2, disse que eles viviam numa casa particular, os pais abandonaram-nos e a senhoria cedeu-lhes a renda. Só que, de repente, disse-lhes que não tinham que pagar a renda e eles agora estavam com medo que de um momento para o outro fossem postos na rua sem terem para onde ir morar. -----

----- Por isso lembraram-se de vir expor o seu problema à Assembleia para ver se a Câmara lhes podia ceder uma habitação social. -----

----- **A Sra. D. Anabela de Lurdes Costa Neves**, moradora na Calçada dos Mestres, Rua 12, n.º 9, 1070-096 Lisboa, falando em nome da Associação de Pais da Escola 13, em Campolide, e da Comissão Instaladora da Escola Mestre Querubim Lapa, disse que em Junho de 2003 foram recebidos por todos os Grupos Municipais com assento na Assembleia Municipal e alertaram para as consequências de um gesto precipitado da Câmara, que pretendia encerrar a Escola 13 levando as crianças, cerca de 90, para a Escola Mestre Querubim Lapa onde já funcionavam duas escolas – a n.º 80 e a Querubim Lapa – e dois jardins de infância. -----

----- O argumento era que as instalações estavam danificadas, mas continuavam a residir pessoas nessas instalações danificadas, porque era um palácio, e neste momento a Câmara devia ter alugado essas mesmas instalações para filmagens de uma série televisiva aos fins-de-semana. De facto, desconheciam que as derrocadas de edificios só poderiam ocorrer durante a semana! -----

----- Disse que, nessa altura, argumentaram que não poderiam sair de forma tão precipitada porque as crianças ficariam encaixotadas e, em contrapartida, a Câmara prometera a todos os pais que as crianças teriam uma refeição quente e ATL, e fizeram uma parceria com o Centro Social e Paroquial. Mas, neste momento, o que se passava era que o Centro Social e Paroquial deixara de fornecer as refeições, as crianças passaram a ter refeições fornecidas por uma empresa e, pasme-se, a empresa

ocupava uma sala de forma privilegiada, as crianças ficaram encaixotadas numa pequena sala, fecharam-se portas, as crianças deixaram de poder lavar as mãos antes das suas refeições, e deixaram de ter acesso à casa de banho. -----

----- Seria um exercício fácil de compreender por todos os presentes se lhes dissessem que teriam que ir á casa de banho, saindo do edifício, contornando-o pelo exterior e ir à casa de banho nas traseiras. Claro que as crianças não conseguiam conter-se e a maior parte das vezes sujavam-se. -----

----- Neste momento o Centro Social e Paroquial dizia que não tinha condições para continuar com as crianças, no final de Fevereiro elas estariam na rua e ninguém as podia ocupar. Era assim que tratavam as crianças? Era assim que tratavam a educação? Era assim que faziam com que elas não tivessem gestos anti-sociais? Se era assim, era o País que tinham e aquilo que mereciam. -----

----- Disse, por fim, que não tinham processo. Estavam cansados de enviar cartas à Câmara, de certeza haveria um processo dentro do sector de educação da Câmara Municipal. Todos sabiam o que se passava! Numa atitude ecológica não deixariam mais papel para não estragar árvores. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a intervenção seria enviada à Câmara Municipal.

----- **A Sra. D. Maria Filomena Rodrigues**, moradora na Rua João de Menezes, n.º 6 – r/chão dtº, 1900-265 Lisboa, disse que o seu marido residia na morada indicada praticamente desde que nasceu, foi criado por uma tia, casaram há 21 anos e daí para cá foram eles que fizeram as obras de beneficiação, aliás quando se casaram praticamente fizeram as maiores. -----

----- Só que derivado a várias roturas nas canalizações de água no andar de cima, a sua casa neste momento estava inabitável. Dirigira-se à Câmara em 2001, ao Presidente João Soares, passado um ano foi uma vistoria que mandou fechar mais do que uma habitação, tiveram lá um despejo temporário, as próprias pessoas tiveram que arranjar casa. -----

----- Disse que o seu marido era aduaneiro, ficou sem profissão em 1992, o Estado desresponsabilizou-se responsabilizando o patrão pelo pagamento da indemnização referente a 20 anos de trabalho que até hoje nunca recebeu, o seu marido ganhava agora pouco mais de 400 euros, menos de metade do que ganhava na altura da abolição das fronteiras, e perguntava se só se davam casas e só se alojavam as pessoas que viviam em barracas, porque a sua casa estava inabitável. Convidava o Sr. Presidente da Câmara a ir ver a sua casa, o Sr. Presidente da Junta já lá foi, os pobres também existiam em casas de particulares, a renda era de facto baixa mas não podia de maneira nenhuma fazer obras nas manilhas do prédio. -----

----- Concluiu dizendo que o prédio não tinha senhorio, não foram encontrados herdeiros legítimos, estava entregue ao tribunal há mais de 20 anos, o edital que colocaram na porta em Junho de 2004 dava 30 dias para começar as obras à pessoa que se intitulava como senhorio, e questionava por que era que não começaram, e se também, segundo um artigo dum jornal, a Secretária de Estado dizia que ia pôr mão nas obras das habitações degradadas, porque era que isso ficava tudo no papel? -----

----- Processo n.º 4.539. -----

----- **O Sr. Raul Boaventura**, morador na Av. de Roma, 70 – 3º esqº - retaguarda, 1700-350 Lisboa, disse que a razão desta sua intervenção na Assembleia Municipal tinha a ver com a falta de resposta por parte da Câmara relativamente a várias exposições dos condóminos do seu prédio, cujo processo no final da intervenção entregaria na Mesa. -----

----- Mas o assunto era muito simples, e vinha de há cerca de um ano atrás. Duas fracções da cave do prédio, destinadas a habitação nos termos da respectiva escritura de propriedade horizontal, foram arrendadas para serem utilizadas no exercício da actividade de cabeleireiro, contrariamente à opinião expressa pela maioria dos condóminos, maioria que, aliás, era quase unânime porquanto apenas dois moradores se mostraram indiferentes. -----

----- Foi solicitada pela arrendatária autorização à Câmara Municipal de Lisboa para se fazerem obras de adaptação para o efeito, e até para se transformar uma janela numa porta para a avenida, mas os serviços da Câmara mandaram arquivar o processo por não ser apresentada a necessária autorização dos condóminos. -----

----- Entretanto as obras foram realizadas, só não foi aberta a porta para a avenida, e actividade de cabeleireiro estava a ser exercida muito paulatinamente! -----

----- No seguimento de várias exposições e deslocações à Câmara, a administração do condomínio enviou cartas, cujas fotocópias anexava ao processo, mas até à data não foram prestados os esclarecimentos solicitados, continuando os serviços a primar pela ausência de decisões e de compromissos adoptando agora o silêncio, tal como utilizaram o arquivamento do processo por uma decisão formal da falta de decisão dos condóminos, para não tomarem decisões fundamentadas. -----

----- E, assim, não cumprindo as obrigações inerentes às amplas funções que lhes eram cometidas por lei, os serviços da Câmara, convictos da sua impunidade, permitiam que se transforma-se em definitiva uma situação ilegal, sem qualquer fiscalização, porque num prédio destinado a habitação estava uma actividade que naturalmente estaria sujeita a licenças especiais de incidências várias.-----

----- (Entregou na Mesa documentação referente ao assunto exposto) -----

----- **A Sra. D. Ana Cristina Pais**, moradora na Rua do Garcia, n.º 16 – porta 9, 1060-031 Lisboa, leu a seguinte exposição: -----

----- “Venho por este meio pedir a V. Ex.as. que me esclareçam a situação em que me encontro com o meu agregado familiar. Aluguei uma casa em Lisboa onde a reconstituição da mesma foi feita por mim devido aos graves problemas respiratórios do meu filho mais velho. -----

----- A dada altura foi abordada pelo tribunal com uma penhora do imóvel onde vivo e o arrasto das rendas para um possível procurador, pois estas deixavam de ser pagas ao senhorio mas sim a um procurador. -----

----- Ao ser confrontada com todas estas ilegalidades e uma possível ordem de despejo, os Senhores devem calcular que a minha situação não é das melhores. Estou neste momento de baixa devido a uma depressão psicológica porque não consigo pagar a renda devido ao seu elevado valor. -----

----- Tenho neste momento uma penhora dos poucos bens que me restam, e agora pergunto: para onde vou com dois filhos e o marido desempregado?” -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, terminado o período de intervenção do público, deu as seguintes informações: -----

----- Que da Ordem de Trabalhos de hoje a proposta 799/2004 já foi objecto de Parecer por parte da Comissão de Urbanismo, Parecer esse que estava a ser assinado pelos membros da Comissão e se possível seria distribuído ainda hoje, mas a discussão e votação dessa proposta ficaria adiada para o dia 22 de Fevereiro. -----

----- Que a proposta 931/2004, que também tinha baixado a duas Comissões, a Comissão de Intervenção Social e Cultura e a Comissão de Educação Desporto e Juventude, como as duas Comissões pediram uma reunião com a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa para esclarecimento da proposta e essa reunião ainda não foi agendada pela Sra. Vereadora, ficaria também adiada para quando houvesse Parecer das duas Comissões. -----

----- Terminadas as informações, declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **MOCÃO NÚMERO UM** -----

----- Voto de Pesar -----

----- “O Engenheiro João Avelino da Rocha Cunha Serra faleceu no dia 20 de Janeiro, com 86 anos. -----

----- Foi Bastonário da Ordem dos Engenheiros e Presidente do Conselho de Gerência dos CTT. -----

----- Homem de valores e princípios, profissional competente, a sua vida constitui um exemplo de coerência, verticalidade e coragem pela forma como lutou contra a ditadura de Salazar e Caetano na defesa da liberdade e, após o 25 de Abril, na consolidação e aprofundamento da democracia. -----

----- Participou desde a primeira hora, na Comissão Organizadora das Manifestações Populares do 25 de Abril, foi dirigente do MDP/CDE, da Intervenção Democrática e Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, e membro desta Assembleia, eleito na lista da APU. -----

----- Como Presidente do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), desenvolveu intensa actividade cívica, até ao fim da vida, em prol da solidariedade e da paz no mundo. -----

----- O seu espírito tolerante e afável, sempre aberto ao diálogo, concitava as maiores simpatias, mesmo entre os seus adversários políticos. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 1 de Fevereiro de 2005, lamenta o seu falecimento, apresenta as mais sentidas condolências à Família enlutada e ao Conselho Português para a Paz e Cooperação, guarda um minuto de silêncio em sua memória e recomenda à CML, através da Comissão de Toponímia, que seja atribuído o seu nome a uma artéria da cidade.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Feliciano David, do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

----- CENTRO DE SAÚDE DE CARNIDE -----

----- “Considerando que a população de Carnide, freguesia em desenvolvimento demográfico, atinge já mais de 20.000 habitantes; -----

----- Considerando que a freguesia de Carnide é hoje a 6ª maior freguesia da Cidade de Lisboa e que tem mais habitantes que muitos Concelhos do nosso país. Carnide tem, por exemplo, quatro vezes mais população que todo o Concelho de Manteigas, tem mais residentes que os Concelhos de Alcochete, Grândola ou Estremoz e tantos como os Concelhos de Mangualde ou Coruche; -----

----- Considerando que esta população está dispersa numa área de cerca de 400 ha e por vários núcleos habitacionais diferenciados; -----

----- Considerando o número de pessoas idosas, muitas delas carenciadas; -----

----- Considerando a insuficiência, inacessibilidade e precariedade da actual extensão do Centro de Saúde de Benfica, a funcionar num pré-fabricado; -----

----- Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa já possui pareceres internos sobre a localização do novo Centro de Saúde de Carnide, desde 2001; -----

----- Os Deputados Municipais do P.C.P. propõem à Assembleia Municipal de Lisboa reunida a 1 de Fevereiro de 2005 que delibere: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que rapidamente disponibilize o terreno, de propriedade municipal, a poente da Casa do Artista para a construção do Centro de Saúde de Carnide; -----

----- 2. Solicitar ao Ministério da Saúde que proceda à execução dos estudos, projectos e obras necessários à construção do Centro de Saúde de Carnide; -----

----- 3. Solicitar à Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura da Assembleia Municipal de Lisboa que acompanhe este processo; -----

----- 4. Enviar esta moção ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, à Câmara Municipal de Lisboa, ao Ministério da Saúde, à Administração Regional de Saúde, à Extensão de Carnide do Centro de Saúde de Benfica e à Assembleia e Junta de Freguesia de Carnide. -----

----- 5. A Assembleia Municipal de Lisboa delibera ainda tornar pública esta Moção através da sua publicação em dois jornais diários.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma, do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- “Os trabalhadores da Administração Pública têm sido confrontados ao longo dos tempos com violentas ofensivas, contra os seus direitos, e não só, também contra o próprio Estado Democrático. -----

----- Ao contrário do que sustentam as políticas neo-liberais, Portugal não tem “Estado a mais”, nem excessivo número de trabalhadores com direitos a mais, e com peso excessivo na despesa do Estado. -----

----- Os governos executores de tais políticas, persistem nesta teoria enganosa, para continuarem a desvirtuar as funções sociais do Estado. -----

----- É isso que está sistematicamente a acontecer nomeadamente com: -----

----- - Saúde mais cara e em privatização; -----

----- - Segurança social com pensões e subsídios insuficientes; -----

----- - Educação com os ataques à escola pública e sua gestão democrática, etc., que traduzem consequências sociais desastrosas para as populações. -----

----- Faz-se uma avaliação de desempenho elitista que humilha os trabalhadores, degrada-se e procura-se destruir o modelo constitucional da Administração Pública. ---

----- Simultaneamente, desenvolve-se uma grande ofensiva contra os trabalhadores que se vêm submetidos a uma política de congelamento e desvalorização dos salários e pensões, e de uma forte precariedade dos vínculos laborais. -----

----- Com este cenário, o interesse público fica desvalorizado, e o que conta é a lógica do lucro dos grandes grupos económicos. -----

----- Os trabalhadores da Administração Pública não podem continuar a ser responsabilizados pelas desastrosas políticas de Direita, contrárias aos interesses do povo e do País. -----

----- Neste quadro, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 1 de Fevereiro de 2005, decide: -----

----- 1. Manifestar o seu apoio à luta dos trabalhadores, pela dignificação da Administração Pública e respeito pelos seus direitos. -----

----- 2. Enviar esta Moção ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Partidos Políticos, com assento na Assembleia da República, Procurador Geral da República, Centrais Sindicais e Sindicatos representativos dos trabalhadores da Administração Pública. -----

----- 3. Publicar esta Moção em 2 jornais diários.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rodolfo Caseiro, do PCP) -----

MOÇÃO NÚMERO QUATRO

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

----- “A Resolução do Conselho de Ministros de 6 de Janeiro de 2005 cria uma estrutura denominada “*Estrutura de Missão Contra a Violência Doméstica*”, sob a tutela do ministro com responsabilidades na área da Segurança Social, deixando de estar dependente da Presidência do Conselho de Ministros, enquanto garante da transversalidade e da responsabilidade política de todo o Governo. Esta medida já foi contestada pelas Organizações Não Governamentais, membros do Conselho Consultivo da Secção das ONGs da Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres, pois tal medida significa um enorme retrocesso a vários níveis, a saber. -----

----- - Um enorme retrocesso no combate à Violência Doméstica e de Género, no que diz respeito à compreensão e explicação deste fenómeno, responsável por 47 mortes (de Janeiro a Novembro de 2004) e por um número de queixas e pedidos de ajuda que junto da ONG ultrapassa os 20.000 por ano e à sua ligação à situação de desigualdade e subalternização das mulheres na sociedade; um claro retrocesso na consecução dos direitos humanos das mulheres independentemente da idade, estatuto social, económico, posição na família, origem cultural e religião. -----

----- - Um forte retrocesso no combate à Violência Doméstica e de Género, pois a estrutura que coordena esta área de intervenção e trabalho deixa de estar dependente da Presidência do Conselho de Ministros, como estava antes visando a garantia da transversalidade e da responsabilidade política de todo o governo sobre esta matéria. --

----- - Contraria todas as orientações e normas internacionais, das Nações Unidas e da União Europeia sobre o combate à violência, pois todas recomendam que a coordenação do Combate à Violência Doméstica e de Género deve estar ligada aos organismos que assumem as questões da política para Igualdade e Direitos, nos diferentes países. -----

----- - Precisamente no ano em que se assinalam 10 anos do Plano de Acção da Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres esta é uma medida óbvia de desrespeito sobre a importância da igualdade de Oportunidades, Direitos Humanos das Mulheres enquanto inerentes à Garantia de Equidade do Sistema Democrático. ----

----- - São incompreensíveis as contradições entre a Resolução do Conselho de Ministros que em 13 de Junho de 2003 aprova o Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, que atribui responsabilidades na coordenação e execução deste Plano à CIDM e esta resolução, que os retira e considera que a coordenação desta área deve transitar para uma estrutura estável e perene como a área da Segurança Social. -----

----- Reflectindo sobre estas matérias, o Grupo de Deputados Municipais do Partido Comunista Português, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 1 de Fevereiro de 2005, decida: -----

----- 1. Reafirmar a necessidade do combate à violência doméstica nas mais diversificadas esferas da vida em sociedade; -----

----- 2. Exigir a revogação da resolução do Conselho de Ministros de 6 de Janeiro de 2005, fazendo regressar a tutela desta área à Presidência do Conselho de Ministros e aos organismos para a política da Igualdade, enquanto garantes da transversalidade e da responsabilidade política de todo o Governo; -----

----- 3. Exigir coerência em todas as políticas delineadas repudiando contradições como as que se verificam entre a resolução do Conselho de Ministros que em 13 de Junho de 2003 aprova o Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, que atribui responsabilidades à CIDM e esta resolução de 6 de Janeiro de 2005 que os retira e considera que a coordenação desta área deve transitar para a Segurança Social; -----

----- 4. Dar conhecimento desta moção à Câmara Municipal de Lisboa e aos Órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Governo; -----

----- 5. Proceder à divulgação desta moção através dos meios ao serviço do Município e de dois jornais de âmbito nacional.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO CINCO** -----

----- “A democratização do Iraque foi, desde a primeira hora, o objectivo principal declarado pela coligação de nações que lançou a difícil operação de derrube da ditadura de Saddam Hussein. -----

----- Desde a primeira hora que os líderes das nações democráticas que integraram a coligação sabiam que os senhores do terror internacional lutariam desesperadamente para inviabilizar aquele objectivo de democratizar a Nação Mártir do Iraque. -----

----- Desde a primeira hora que o CDS-PP de Lisboa, consciente das dificuldades da missão e mesmo de alguns desvios aos respeito dos direitos humanos para os quais

chamou a devida atenção, apoiou a coligação na prossecução dos seus justos objectivos. -----

----- Face aos acontecimentos dos últimos meses, com a enorme violência a que os terroristas sujeitaram o povo mártir do Iraque, foi com natural apreensão que todos os democratas viram a aproximação da data das eleições iraquianas. -----

----- Mais se adensava a apreensão com os comentários agoirentos de muitos dos comentadores que, desde a primeira hora, não deram sequer o benefício da dúvida a quem pretendeu levar a cabo tão difícil como meritório objectivo. -----

----- No passado domingo, 30 de Janeiro de 2005, a resposta às nossas dúvidas foi dada, de forma absolutamente notável, pelo POVO IRAQUIANO com a sua participação no acto eleitoral que face às ameaças, atentados e dificuldades da vida resultado de anos de ditadura e terrorismo, só pode ser classificada de excepcional. ----

----- Excepcional mas decerto não a última nem sequer a mais importante porque se trata apenas de um passo, absolutamente necessário mas não suficiente, no caminho do triunfo da democracia no Iraque. -----

----- Por tudo o que fica dito vem o CDS-PP propor que; -----

----- Para que a Democracia venha a encontrar mais um fértil terreno para florescer naquelas partidas do mundo, -----

----- Para que o povo Iraquiano venha a beneficiar da riqueza e bem-estar que só a liberdade pode trazer, -----

----- Para que todos nós Democratas se possam rever no magnífico exemplo do POVO IRAQUIANO e nesse exemplo recuperar das eternas dúvidas a que, de “barriga cheia”, nos permitimos periodicamente. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa aprove um voto de congratulação pelo sucesso das eleições no IRAQUE e de apoio ao POVO IRAQUIANO no seu esforço de implementar um regime democrático. -----

----- Esta Moção será comunicada à representação diplomática do Iraque.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP) -----

MOÇÃO NÚMERO SEIS

----- “A data de 27 de Janeiro de 1945, dia em que o Exército Soviético entrou no campo de concentração e extermínio de Auschwitz-Birkenau, foi escolhida desde, creio, os anos sessenta, para celebrar a memória do Holocausto. -----

----- Sessenta anos depois, e mais que centrar a nossa memória naquele local particular, há que utilizar aquele exemplo de barbárie para combater não apenas o anti-semitismo mas todos os “ismos” que se baseiam na intolerância face ao OUTRO.-

----- De facto, o pior que alguém pode fazer à memória de quantos morreram em Auschwitz-Birkenau é usar essa memória para garantir o direito a outras formas de intolerância. -----

----- Não, os mortos de Auschwitz-Birkenau só serão verdadeiramente honrados se a sua memória servir para lembrar uma vez, cem vezes, mil vezes que as ditaduras, todas as ditaduras, podem gerar mais campos de concentração e extermínio. -----

----- E nem a dimensão, localização ou método do extermínio é relevante para qualquer análise pois tanto vale o extermínio de um Cigano em Auschwitz-Birkenau como de um Hutu nas florestas da África central. -----

----- Ambas são fruto da intolerância, intolerância que é a matriz de todas as ditaduras e só pela destruição de todas as formas dessa mesma intolerância se construirá a liberdade, bem supremo da humanidade. -----

----- Assim, considera o CDS-PP que esta é uma ocasião privilegiada para que esta Assembleia Municipal aprove um voto de repúdio por todas as formas de intolerância que, ao impedirem o livre exercício dos direitos individuais, contêm em si mesmas a semente de que se alimentam os actos de privação da dignidade e, em última instância, da vida de todos os povos. -----

----- Propõe ainda o CDS-PP que se respeite um minuto de silêncio pelas vítimas da intolerância no mundo.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP) -----

MOCÃO NÚMERO SETE

----- Pagamento atempado aos membros das mesas eleitorais -----

----- “Sendo uma competência Governamental o pagamento aos membros das mesas eleitorais este processa-se através da descentralização para a Câmara Municipal de Lisboa das verbas necessárias, que posteriormente são descentralizadas para as Juntas de Freguesia. -----

----- Todo este processo bastante moroso tem gerado situações de espera de cerca de 6 meses afim de efectivamente se assegurar o pagamento, o que defrauda as expectativas dos cidadãos que, num acto de cidadania, ofereceram um dia de serviço ao País. -----

----- Ocorre que muitas Juntas de Freguesia se substituem às responsabilidades do Governo processando o pagamento atempadamente, com natural repercussões nas suas já débeis condições de financiamento de actividade, para que os cidadãos membros das mesas eleitorais não sejam penalizados e subsidiem o estado nas suas obrigações. -----

----- Por outro lado, o orçamento municipal tem capacidade para suprir esta falha, sem pôr em causa a sua actividade própria. -----

----- Deste modo recomendamos que a CML: -----

----- 1. Aja junto do Governo, no sentido de estas verbas serem pagas atempadamente para não desiludir as justas expectativas dos cidadãos envolvidos no processo eleitoral; -----

----- 2. Que a CML desde que possa, transfira para as Juntas de Freguesia, após a indicação dos membros das mesas de voto por estas, as verbas necessárias para se processar o pagamento antecipado aos seus membros.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----

MOCÃO NÚMERO OITO

----- “De há alguns anos a esta parte que a Alta de Lisboa representa uma importante área de expansão da cidade de Lisboa que se pretende venha a constituir enquanto espaço urbano qualificado, dotado de centralidades e equipamentos e infra-estruturas

modernas, tendo sido aprovado e estando para o efeito em vigor o Plano de Urbanização do Alto do Lumiar (PUAL). -----

----- O avanço deste projecto ficou marcado pela necessária prévia libertação dos terrenos, só possível pela significativa intervenção de realojamento dos diversos “núcleos de barracas” aí existentes, efectuada no âmbito do Programa Especial de Realojamento. -----

----- A experiência urbanística do Parque das Nações tem que constituir uma etapa de aprendizagem e reflexão, a que os diversos órgãos públicos não podem ser indiferentes, mas da qual também os agentes económicos e os cidadãos no seu conjunto devem prestar atenção e fazer parte. -----

----- A produção, depósito e recolha de resíduos sólidos urbanos – para além das matérias relacionadas com o seu destino final – constitui um importante problema de agressão ao meio ambiente, nos aglomerados urbanos. -----

----- A recolha e transporte de lixo contribui para a deterioração do ambiente urbano a diversos níveis, potenciando problemas de ordem sanitária desde o momento da sua armazenagem/acondicionamento pelos residentes, na maioria dos casos, pelo seu depósito (em sacos) em caixotes na via pública, até à recolha pelos respectivos serviços; no processo de recolha, onde na trasfega dos recipientes de lixo para os camiões origina por vezes a queda de alguns resíduos na rua, e ainda pelas emissões de gases poluentes e pelo ruído dos próprios veículos de recolha que é elevado e produzido a horas de descanso dos residentes. -----

----- A dimensão deste problema tem levado inúmeros organismos públicos e da Administração autárquica, bem como entidades privadas e de investigação a procurar soluções alternativas ao sistema tradicional de recolha e transporte de resíduos urbanos pela via pública. -----

----- Existe já a disponibilidade técnica de um sistema de recolha pneumática de resíduos sólidos urbanos, consistindo no essencial no transporte directo, por conduta pressurizada, do local de produção dos mesmos, os edifícios, até a uma central de recolha e ou tratamento. -----

----- O mesmo sistema permite a recolha selectiva, que se processa afectando as condutas públicas, em determinados dias ou horários, a diferentes tipos de resíduos. ---

----- Este processo está já em prática no Parque das Nações – um dos maiores do mundo – e não tem revelado problemas ou dificuldades de maior e apresenta as vantagens próprias de um sistema automático e limpo de recolha dos resíduos: -----

----- - Disponibilidade permanente de recolha, através do depósito directo em adufa própria a qualquer hora do dia. -----

----- - Transporte subterrâneo, por conduta, sem ruído, cheiros, e sujidades. -----

----- - Recolha selectiva por qualidade de lixo, através de horários diferenciados. -----

----- - Redução dos custos de exploração do sistema de recolha dos resíduos (em particular em combustível e mão de obra), embora com custos iniciais de implementação e infra-estruturas naturalmente superiores. -----

----- A fase de implementação da Alta de Lisboa exige que seja agora, antes de consolidada a construção de infra-estruturas e a edificação, que se introduzam as melhorias e as acções ao nível do subsolo. -----

----- Já há cerca de 4 anos a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou uma moção apresentada pelos eleitos em representação de “Os Verdes” sobre a construção de um eixo pedonal e uma ciclovia na Alta de Lisboa. Na altura era sublinhada a “convicção de que as intervenções *a posteriori* são sempre remendos com maiores custos (associados ao incómodo, ao período em que fica sem utilização, ao impacto das obras em espaços já habitados ou ocupados, económicos, etc.) e de menor eficácia quanto às soluções, do que as pensadas e feitas de raiz”. -----

----- Tendo presente que a implementação do projecto da Alta de Lisboa não se realiza por administração directa da Câmara Municipal, a concretização de uma alteração e de introdução de uma inovação deste tipo requer naturalmente a consensualização com os promotores. -----

----- Neste sentido, os eleitos em representação do Partido Ecologista “Os Verdes” na Assembleia Municipal de Lisboa propõem a aprovação da seguinte Moção: -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa manifesta o seu empenho na implementação de soluções inovadoras e ambientalmente sustentáveis, assumindo que o mesmo constituirá um elemento de valorização deste território, da qualidade de vida na cidade e de modernização de Lisboa. -----

----- Afirma o princípio segundo o qual é uma responsabilidade e um dever dos órgãos e dos eleitos públicos empenharem-se e promoverem, sempre que possível, o estudo e adopção, por antecipação, das soluções e medidas que o progresso técnico e o conhecimento vão disponibilizando, reduzindo e evitando uma cultura de intervenções *a posteriori* e de carácter eminentemente correctivo. -----

----- Nesse sentido, recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que efectue as diligências necessárias junto dos promotores da Alta de Lisboa, tendo em vista vir a assegurar a avaliação e o desenvolvimento dos necessários estudos para a implementação de um sistema de recolha pneumática de resíduos sólidos urbanos (tendo em conta as experiências já em curso no Parque das Nações bem como outras evoluções desta e outras soluções), estabelecendo as formas de viabilizar e assegurar o cumprimento das preocupações e objectivos da presente deliberação.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Manso Pinheiro, do PEV) -----

MOÇÃO NÚMERO NOVE

----- “Considerando que as premissas em que se basearam os Estados Unidos da América para derrubarem o ditador Sadam Hussein eram, comprovadamente, falsas, visto que não existem quaisquer dúvidas sobre a inexistência de armas de destruição maciça. -----

----- Considerando que por essa razão, não subsiste qualquer dúvida sobre a ilegitimidade, nos termos do Direito Internacional, sobre a invasão e ocupação verificada no Iraque. -----

----- Contudo, não podemos deixar de realçar o extraordinário exemplo de participação que o povo iraquiano deu ao Mundo, nas eleições do passado dia 30 de Janeiro, em condições extraordinariamente difíceis, que incluíam ameaças de morte.---

----- Nestes termos, os Deputados Municipais do Partido Socialista, propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida delibere: -----

----- 1º. - Aprovar um voto de congratulação pela extraordinária participação do POVO IRAQUIANO nas eleições realizadas no passado dia 30 de Janeiro; -----

----- 2º. - Desejar ao Povo Iraquiano uma bem sucedida implementação de um regime democrático, livre do terrorismo e de qualquer tipo de ocupação militar, baseado no respeito dos Direitos Humanos, para o que certamente contará com o especial apoio da Comunidade Internacional.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Miguel Coelho e Dias Baptista, do PS) ---

----- **MOCÃO NÚMERO DEZ** -----

----- Voto de Pesar -----

----- Faleceu o actor Henrique Canto e Castro -----

----- O actor Henrique Canto e Castro faleceu hoje em sua casa, em Almada, aos 75 anos. -----

----- O último papel que representou foi na peça “Rainha do Ferro Velho”, actualmente em cena no Teatro Politeama, em Lisboa. -----

----- O actor Ruy de Carvalho disse hoje que Canto e Castro “era um actor excepcional” e que recebeu a notícia com dor: “é um grande desgosto”. -----

----- A morte de Henrique Canto e Castro, disse Ruy de Carvalho, “é mais uma grande perda para o teatro português”. -----

----- Henrique Canto e Castro nasceu em Lisboa, no dia 24 de Abril de 1930. Formou-se no Conservatório Nacional, com 18 valores, em 27 de Julho de 1947. -----

----- Actor prestigiado no teatro, no cinema, na televisão e na rádio, tinha características de trabalho de grande exigência e modernidade, para além de uma simplicidade complexa e amiga que o caracterizava. -----

----- Na televisão, Canto e Castro chegou ao grande público na década de 1980 através de séries como Duarte e Companhia, ou produções mais recentes como Residencial Tejo, em exibição na SIC Comédia, ou João Semana, da RTP. -----

----- Além do teatro e da televisão, a carreira de Henrique Canto e Castro passou também pelo cinema, como é o caso da sua interpretação no filme de João César Monteiro, “O último mergulho (A Água)”, “Longe da Vista”, de João Mário Grilo, “Tráfico”, de João Botelho, e “Cinco Dias Cinco Noites”, de José Fonseca e Costa. ---

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, na reunião de 1 de Fevereiro de 2005, lamenta profundamente o seu desaparecimento, guarda um minuto de silêncio em sua memória, apresenta as mais sentidas condolências à sua Exm^a. Família e a toda a comunidade de artistas portugueses e propõe à Câmara Municipal de Lisboa que o seu nome seja atribuído a uma artéria de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Martinho Baptista, do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO ONZE** -----

----- Voto de Pesar -----

----- Faleceu no passado dia 29 de Janeiro, aos 68 anos de idade, o Dr. Jorge Alberto Aragão Seia, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça. -----

----- O Juiz-Conselheiro Aragão Seia era um magistrado de grande relevo e presidiu ao Supremo Tribunal de Justiça com grande distinção e independência. -----

----- O Senhor Juiz-Conselheiro Aragão Seia iniciou a sua carreira em 1968 como Juiz de Direito, em Mirandela. -----

----- Foi nomeado Juiz-Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça em 1995 e foi eleito Presidente do Supremo Tribunal de Justiça em 2001, tendo sido reeleito em 2004. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa hoje reunida Delibera: -----

----- - Lamentar o falecimento do Juiz-Conselheiro Aragão Seia, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e apresentar sentidas condolências à Família enlutada, bem como recomendar à CML a atribuição do seu nome a uma artéria da cidade.” -----

----- (Subscrita pela Mesa e pelos líderes de todos os Grupos Municipais) -----

----- **O Deputado Municipal Rodolfo Caseiro (PCP)**, no uso da palavra, disse que os trabalhadores da Administração Pública têm servido, ao longo dos últimos tempos, de bode expiatório através do qual se tem escondido a incapacidade e a incompetência dos Governos. -----

----- Têm sido apresentadas propostas de pseudo-reformas proclamadas como soluções milagrosas para os trabalhadores e para o País. No entanto, essas ditas soluções/reforma mais não faziam do que reduzir as funções sociais do Estado, o que se traduzia em menos direitos à saúde, à educação, à segurança social, à justiça e à protecção ambiental, sempre degradando a prestação das obrigações da Administração Pública devidas às populações. -----

----- Depois, em nome de tais medidas, limitavam-se os direitos constitucionalmente consagrados para todos os cidadãos, retiravam-se direitos aos trabalhadores da Administração Pública, avançavam-se com as privatizações e continuavam as situações escandalosas. -----

----- Em todo o lado se encontravam serviços públicos mais caros, qualidade reduzida, piores condições de trabalho e de acesso dos utentes aos serviços públicos, e neste quadro o PCP sempre se tem oposto a essas medidas desastrosas destes Governos. O PCP sempre tem estado com os trabalhadores, apoiando as suas lutas nas quais têm conjugado a defesa dos serviços públicos de qualidade com a defesa dos seus interesses profissionais. O PCP sempre tem estado ao lado da luta dos trabalhadores da Administração Pública, como também na fundamental luta de defesa do regime democrático. -----

----- E continuariam empenhados nessa luta de defesa dos trabalhadores, dizendo sempre não a uma Administração Pública ao serviço dos interesses privados, uma luta pelo fortalecimento dos serviços públicos e o respeito pelos utentes. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, no uso da palavra, disse que no início do ano de 2003, sensivelmente no mês de Fevereiro, o Sr. Dr. Pedro Santana Lopes, então Presidente da Câmara, e o Sr. Prof. Carmona Rodrigues, então Vice-Presidente, estiveram no

Bairro da Boavista. Fazia aqui um parêntesis para dizer que trazia consigo um CD com essa visita ao Bairro de Santa Cruz, em Benfica, com as reportagens das televisões e com o que no local foi dito aos moradores pelo então Presidente da Câmara. -----

----- Foi-lhes dito que contrariamente ao que estava projectado na ligação do nó da Buraca à Pontinha, junto ao Bairro de Santa Cruz, a ligação seria feita por túnel e não à superfície conforme o previsto; que não seria necessário derrubar, por isso, um conjunto de moradias; e que não seria posta em causa a situação da Escola Modelo que ali estava, porque, segundo o Presidente da Câmara, deixava de existir o nó da Damaia com a passagem em túnel por aquela zona, e precisamente por deixar de existir o nó da Damaia a ligação passava de quatro para três vias. -----

----- Entretanto, era sabido que o então Vice-Presidente da Câmara Municipal, Prof. Carmona Rodrigues, foi para Ministro das Obras Públicas, o que seguramente iria consolidar essa posição também por ele assumida, no início do ano de 2003, junto dos moradores. Era conhecido também que o então Presidente da Câmara era o actual Primeiro-Ministro, e que o Prof. Carmona Rodrigues era actualmente o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Vinha tudo isto a propósito das alterações feitas ao projecto na sequência da auscultação pública feita entretanto, onde para espanto aparecia novamente o nó da Damaia contrariamente ao que foi dito, prometido, e foi até objecto de um despacho do Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, em que para além de mandar fazer aquele troço entre os quilómetros 0,675 e 1,7 em túnel, abolia o nó da Damaia e reduzia para três faixas a ligação. -----

----- Por isso, foi com grande espanto que viram que no estudo que veio agora, com seis dias para se apresentarem reclamações ou sugestões, aparecia novamente o nó da Damaia, o projecto tinha a aberração de fazer sair do subsolo um muro que chegava a atingir 5,5 metros de altura numa recta de 180 metros, uma das ruas ficava completamente vedada e a Freguesia de Benfica ficava emparedada com a Amadora já que as circulações actuais desapareciam todas nessa extensão. E mais estranho ainda era que na ligação naquela zona, tendo sido prometido que se ia passar de quatro para três vias, agora era dito que se passava de quatro para cinco vias. -----

----- Escusava-se a ler a exposição feita para o Instituto do Ambiente, porque era muito técnica, mas além disso havia mais um conjunto de situações que punham em causa normativas comunitárias e até legislação portuguesa. -----

----- Sublinhou que tinha em suporte informático o que estava a referir, que pensava teria sido distribuído aos jornalistas para poderem ver que o que estava a dizer era atestado por noticiários da televisão em directo do local, onde os responsáveis falaram para as televisões e disseram aquilo que se ia fazer e, portanto, interrogava-se como tendo eles ocupado os cargos que ocuparam como era possível que aparecesse agora um projecto ainda pior que o projecto inicial. -----

----- Sabia que estas coisas passavam muitas vezes à margem dos políticos, embora eles acabassem por ser os responsáveis na prática, portanto isto seria obra de técnicos já que inclusivamente se contrariava o despacho do Sr. Secretário de Estado. Por isso,

os técnicos ou não leram o despacho ou fizeram de propósito para o contrariar, o que era grave. -----

----- Por conseguinte, em nome da qualidade de vida, sobretudo dos moradores de Benfica, porque lhe parecia bastante gravoso o projecto que esteve submetido a discussão pública apenas durante seis dias, e a simulação que um gabinete de arquitectura fez onde aparecia do subsolo esse monstro de betão de perto de 200 metros de comprimento que deixava as pessoas emparedadas, apelava ao Sr. Presidente da Câmara que intercedesse no sentido de garantir a qualidade de vida a que as populações tinham direito. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que ia apresentar as duas moções que o seu Grupo Municipal trouxe à Assembleia, que tinham em comum a defesa de um conceito fundamental na vida dos povos que era a tolerância. A tolerância era a raiz da convivência entre os povos, e tinha, no seu entender, como representação política a democracia. -----

----- A democracia era, de facto, um regime cheio de defeitos, mas até hoje, pelo menos no entendimento do CDS-PP, nenhum sistema se lhe equiparou, maugrado os seus defeitos. Aliás, nem poderia ser doutra forma porque a democracia, porque era o fruto do comportamento dos homens, e sendo os homens por natureza imperfeitos, a procura de qualquer regime político perfeito conduzia normalmente, não à democracia, não ao respeito pelos outros, mas a ideias pré-concebidas, a ideias agarradas a uma só pessoa, a um só grupo social, e porque de facto o homem não era perfeito a procura de regimes perfeitos acabava sempre na intolerância. -----

----- Ambas as moções, de certa forma, acabavam por falar disso. A Moção n.º 6, que tinha a ver com a memória do holocausto, referia também, ou pelo menos tentava referir e foi essa a ideia que se permitiu tentar transmitir, a incompatibilidade de qualquer regime de intolerância com o bem-estar e a liberdade dos povos. Todo o regime que se baseasse que não na democracia, que não na tolerância, tinha em si os géneses necessários para o genocídio, para o holocausto. Fosse qual fosse o regime! --

----- Era isso que a Moção pretendia esclarecer. Não havia holocaustos melhores ou piores, não havia holocaustos nem genocídios melhores ou piores, como dizia, e pensava que esse exemplo era claro, era indiferente na qualidade, ou neste caso na diabolização do genocídio, a morte de um cigano em Auschwitz ou a morte de um hutu na floresta africana. Isso era aquilo que de mais importante poderiam retirar da memória que deveria ser sempre repetida, ano após ano, mês após mês, do exemplo de Auschwitz-Birkenau. -----

----- Quanto ao Iraque, disse que não se queria alongar muito. A vitória era do povo iraquiano, ou melhor dos povos do Iraque, portanto nem sequer queria fazer muito floreado com essa questão. Eles foram, de facto, os grandes vencedores da jornada de domingo passado. Era óbvio que eram vencedores de uma etapa, uma etapa necessária mas não suficiente, as etapas futuras seriam talvez mais difíceis que esta, mas o exemplo que eles deram foi comovente face às ameaças, face à violência, face a uma situação de vida que os próprios portugueses não compreendiam, que não concebiam mesmo dada a experiência de vida que tinham. Mas eles conseguiram dar uma prova

de vontade democrática que efectivamente os deveria impressionar a todos, e devia ser um exemplo para os portugueses que muitas vezes viviam a sua democracia de forma acomodada e comodista. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, referindo-se ao voto de pesar pelo falecimento do Eng^o Avelino da Cunha Serra, disse que o conheceu há cerca de 35 anos quando houve um amplo movimento tendente a obter a libertação do Eng.º Blanquim Teixeira, e teve efectivamente oportunidade de constatar as suas qualidades pessoais, de convivência e de trabalho. -----

----- Por isso, era com convicção que se associava ao voto de pesar. -----

----- Disse, depois, que nesta data, dia 1 de Fevereiro, passava mais um aniversário da morte do Rei D. Carlos e do Príncipe Real D. Luís Filipe. Deixava à consciência de cada um a qualificação de um acto que roubou a vida a quem cumpria a sua obrigação histórica, e que dentro das limitações constitucionais não podiam ser os responsáveis pela situação a que o País tinha chegado. O reinado de D. Carlos começou quase em simultâneo com o célebre ultimato inglês provocado pelos interesses antagónicos entre ingleses com a ligação do Cabo ao Cairo e exploração de riquezas minerais, e portugueses com a ligação Angola / Moçambique. -----

----- As grandes ambições da parte de Portugal, insustentáveis face à sua incapacidade de ocupação efectiva dos territórios reclamados e de força militar que os fizesse vingar, restou um conjunto de reivindicações patrióticas sem sentido prático, um recrudescer da propaganda republicana e, valha-nos isso, a Portuguesa que foi dedicada pelos seus autores ao filho do Rei D. Miguel e mais tarde aproveitada para Hino Nacional. -----

----- Disse, ainda, que o Rei D. Carlos foi um homem de rara sensibilidade, bem patente nos seus trabalhos de pintura, especialmente aguarelas sobre assuntos marítimos, como eram também conhecidos os seus estudos sobre a vida marítima consubstanciados no Aquário Vasco da Gama, ainda hoje considerado um importante marco da ciência marítima. -----

----- Por outro lado, o Rei D. Carlos foi também desde cedo habituado a conviver com os portugueses sem preconceitos de classe ou de ideologia, e daí ter estado presente com os seus pais e irmãos no funeral de Rafael Bordalo Pinheiro, que tão cáustico fora em relação à Família Real. -----

----- Procurara recuperar prestígio do País pela via diplomática, tarefa em que foi apoiado pelo grande diplomata Marquês de Sobral. As visitas do Príncipe de Gales e do Presidente francês a Portugal resultaram dessa acção. -----

----- No campo interno procurara D. Carlos incentivar a remodelação da vida política portuguesa. A deficiente assimilação dos conceitos de liberdade, resultantes da Revolução Liberal, conduziu o País a um rotativismo permanente, castrador do aparecimento de novos valores capazes de actuarem no verdadeiro interesse nacional e produtor de corporações de interesses. Ferira esses interesses, o que lhe foi fatal. ----

----- Concluiu dizendo que D. Carlos foi vilipendiado na imprensa da época, não apenas em questões políticas mas também de natureza privada. Contudo, a História já lhe fez justiça. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que ia falar de um assunto ali trazido, há algumas semanas, no período de intervenção do público, e que tinha a ver com uma questão relacionada com a Rua Particular à Azinhaga dos Lameiros. -----

----- Disse, então, que no início dos anos sessenta um grupo de pessoas compraram uns lotes de terreno nessa zona de Carnide, teriam construído umas habitações de forma clandestina e desde essa altura vivia ali um conjunto enorme de pessoas que têm procurando resolver os seus problemas como qualquer outro cidadão no sentido de terem água, electricidade, gás, telefone, TV cabo e todas essas necessidades básicas hoje em dia, mas nunca viram, por razões diversas, as suas habitações legalizadas. -----

----- Veio à Assembleia Municipal um representante da Comissão de Moradores para apresentar o problema no sentido de vir a ser corrigida essa situação, e o Sr. Presidente da Assembleia remeteu essa petição para a Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana. -----

----- A Comissão recebeu a Comissão de Moradores que lhes explanou as *démarches* que têm vindo a fazer, desde há longos anos, no sentido de verem legalizadas as suas casas e resolvidos todos os problemas que por força dessa não legalização as famílias que ali viviam têm tido ao longo de todo esse tempo, nomeadamente a impossibilidade de transmitir a propriedade e requerer determinado tipo de benefícios, subsídios e outros, para actividades que lá se desenvolvessem, e isso tem sido, de facto, uma preocupação permanente dessas famílias. -----

----- Eram pessoas ordeiras, pessoas cordatas, pessoas com sensibilidade, e que demonstravam todo o interesse em colaborar com a Câmara na resolução desse problema. -----

----- No mandato anterior a Sra. Vereadora Margarida Magalhães, em reunião que teve com esses moradores, teria prometido a legalização urgente daqueles lotes. Entretanto nada foi feito, eles voltaram a escrever em 9 de Fevereiro de 2004 para a Câmara Municipal mas também não obtiveram resposta. -----

----- Disse aos moradores, na reunião da Comissão, que iria fazer todo o possível no sentido de pelo menos tentar saber qual era o problema e qual a viabilidade para a sua resolução. -----

----- E, nesse sentido, indagara os serviços, com alguma dificuldade conseguira encontrar o fio à meada e chegara à conclusão que de facto tinha sido recebida uma petição que enumerava todos esses problemas e a necessidade de os resolver, na Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística que depois foi remetida para o Departamento de Planeamento Urbano. -----

----- O que acontecia era que aquelas construções, segundo o informaram, – tinha consigo algumas notas sobre isso e até algumas fotografias – eram naturalmente clandestinas e a área onde elas estavam implantadas era uma área de expansão da investigação e tecnologia. Ou seja, estavam previstas no PDM para a expansão do LNET. -----

----- Curiosamente, o PDM foi feito no início dos anos noventa e já lá estavam essas casas desde 1962, pelo que a Câmara, nessa altura, deveria ter verificado essa situação

e criado possibilidades para vir a reformular isso, permitir a possibilidade de expansão do LNET e simultaneamente resolver os problemas dos moradores, se eventualmente as construções onde habitavam estavam completamente desadequadas daquilo que eram as condições normais de habitabilidade. Os moradores diziam que não, a Comissão prometeu visitar aquela rua, mas só o fariam depois do dia 20, dia das eleições, para evitar confusões. -----

----- Entretanto, através dos serviços municipais, soube que havia duas hipóteses para resolver o problema: ou na revisão do PDM, que estava a decorrer e para onde foram remetidas essas situações e outras, até porque o LNET não teve expansão naquela área, ou então, de uma forma mais expedita, através de uma revisão simplificada do PDM, mas isso também teria algumas dificuldades, nomeadamente de aprovação, como lhe foi referido, pela Câmara. E também sabia que entretanto estava a ser desenvolvida uma *task-force* para a legalização dessa situação como de outras que ainda existiam na Cidade de Lisboa e que foram alvo, segundo soube, de uma análise na Comissão Permanente de Urbanismo onde a Sra. Vereadora teria explicado – era outro caso que estava em causa – a necessidade de dar resposta a esta situação. -----

----- Lisboa, felizmente, não tinha tantas áreas clandestinas como muitos outros concelhos à sua volta, mas tinha ainda algumas. -----

----- E porque estas famílias eram cordatas, ordeiras, e têm tido toda a paciência na resolução do problema, compraram os lotes na convicção que estavam a fazer uma coisa legal, mereciam da Câmara todo o respeito e toda a consideração, pelo que apelava à Câmara, nomeadamente à Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, que tentasse o mais rapidamente possível dar “fogo” a essa *task-force* para que o problema fosse equacionado e solucionado. Era capaz de ser complicado, era capaz de não ser muito fácil na medida em que essas habitações naturalmente não obedeciam às regras normais urbanísticas nem de construção, mas era isso que era preciso analisar para não deixar que o problema fosse sucessivamente adiado e continuasse a existir daqui a 5, 10 ou 20 anos. -----

----- Portanto, fosse qual fosse a solução teriam que enfrentar o problema para que, de uma vez por todas, essas pessoas vissem luz ao fundo do túnel e não fossem apenas palavras de boas intenções, porque toda a gente referia as melhores intenções. E as pessoas eram de uma simpatia extrema, agradeciam a todos os partidos, na Assembleia e na Câmara, por aquilo que eles têm feito por elas. Mas, de facto, tirando a boa-vontade ainda não fizeram nada e era preciso fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, depois de agradecer ao Deputado Municipal Victor Gonçalves o apoio dado para a resolução de um problema da sua freguesia, disse que há vários anos que a Junta de Freguesia de Carnide e os moradores dos bairros da freguesia reivindicavam, junto de vários organismos, a construção de um centro de saúde. -----

----- O resultado dessas diligências, para se poder dar continuidade ao processo, estava dependente da Câmara Municipal de Lisboa decidir definitivamente afectar a parcela de terreno situada a poente da Casa do Artista, onde actualmente está instalado o

Parque dos Artistas de Circo, e da inscrição em PIDDAC das verbas necessárias por parte do Ministério da Saúde. -----

----- A Freguesia de Carnide tem actualmente mais de 20.000 residentes, e em termos de serviço de saúde apenas contava no seu espaço geográfico com uma extensão do Centro de Saúde de Benfica que servia a população dentro das suas capacidades de resposta, que neste momento se restringia a 5.500 utentes. -----

----- A extensão de Carnide do Centro de Saúde de Benfica funcionava, há alguns anos, em instalações pré-fabricadas e a sua localização não era a melhor em termos de acessibilidades, já que não era servido por transportes públicos e os utentes tinham que se deslocar até lá a pé, o que era bastante penoso para os idosos, grávidas ou pessoas com crianças ao colo. -----

----- Com o crescimento demográfico da freguesia, a extensão de Carnide tornava-se manifestamente insuficiente para as necessidades dos utentes. Carnide era hoje a sexta maior freguesia da Cidade de Lisboa, e tinha mais habitantes que muitos dos concelhos do País. Por exemplo, Carnide tinha quatro vezes mais população que todo o concelho de Manteigas, tinha mais residentes que os concelhos de Alcochete, Grândola ou Estremoz, e tantos habitantes como o concelho de Coruche. Contudo, não tinha um centro de saúde! -----

----- Questionado pela Junta de Freguesia em 2002, obtiveram do Sr. Presidente da Câmara em 19 de Novembro do mesmo ano a informação escrita, citou: -----

----- “Que no âmbito dos trabalhos de elaboração do Plano de Urbanização Carnide/Luz, foi estudado, em colaboração com a Junta de Freguesia de Carnide e a Administração Regional de Saúde, a localização de um terreno para a construção de raiz de um novo equipamento saúde em Carnide. O terreno proposto para a construção é propriedade municipal, totaliza 4.800 m² e localiza-se a poente da Casa do Artista, dispondo de bons acessos e encontrando-se bem localizado em relação às redes de transportes públicos. -----

----- Para a construção do novo Centro de Saúde de Carnide prevê-se uma área bruta de construção de cerca de 2.000 m², em dois pisos, destinando-se a área restante a enquadramento do edifício, acessos e estacionamento para pessoal e utentes. -----

----- Independentemente da conclusão e aprovação do Plano de Urbanização Carnide/Luz, em 10 de Dezembro de 2001 foi proposta à Câmara a afectação dessa parcela de terreno à construção do Centro de Saúde, de modo a que pudesse ser entretanto colocado à disposição da ARS para inclusão da obra de construção em PIDDAC.” -----

----- O que todos sabiam era que desde essa data, e já lá iam 38 meses, nada foi feito. Existia uma solução, o terreno junto à Casa do Artista, mas faltava competência e vontade política da Câmara para a resolução desse problema. -----

----- Portanto, perguntava ao Sr. Presidente da Câmara para quando a concretização dessa promessa. -----

----- Disse, ainda, que durante os meses de Dezembro e Janeiro foi realizado um abaixo-assinado que reunira cerca de 2.000 assinaturas, entre elas de dirigentes da Casa do Artista, como Raul Solnado e Manuela Maria, e de muitos autarcas, entre eles

o Presidente da Assembleia Municipal, exigindo uma rápida resolução desse problema. -----

----- Hoje, em nome de todos os moradores de Carnide, fazia a entrega desse abaixo-assinado na Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia, a todos os Srs. Vereadores e a todos os Grupos Municipais, como entregava também um exemplar à Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura, solicitando-lhe que acompanhasse esse processo. -----

----- Por outro lado, estava também a ser constituída uma comissão dos futuros utentes do Centro de Saúde de Carnide. Os moradores não pediam mais que um direito fundamental, um centro de saúde. -----

----- Em Carnide eram já mais de 20.000, possuíam o local próprio para o centro de saúde, possuíam problemas que se resolviam num centro de saúde, possuíam um baú de promessas para a sua construção, só não possuíam aquilo que precisavam que era um centro de saúde. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que a pouco menos de 20 dias das eleições legislativas notavam-se, por parte da Câmara, algumas iniciativas e algumas atitudes que configuravam, no entender do PS, uma certa incorrecção e até um certo uso abusivo de meios públicos ao serviço da campanha eleitoral do partido que estava no Governo. -----

----- Para todos não era aceitável que tendo o PS organizado, no passado sábado, uma volta inserida em plena campanha eleitoral para evidenciar as trapalhadas cometidas na cidade pelo Dr. Santana Lopes, a Câmara Municipal de Lisboa se tivesse sentido na necessidade de responder e de fazer uma volta, que o Sr. Presidente da Câmara disse, em entrevista, que era o contraditório da primeira volta. É que embora os honrasse que a Câmara tivesse ido atrás de uma iniciativa da Concelhia do PS, e até registassem essa atitude, não compreendiam como era que se podiam usar os meios municipais para defender um líder político que também estava a disputar uma eleição legislativa. -

----- Certamente o Sr. Presidente da Câmara foi mal aconselhado, seguramente foi um lapso da parte da Câmara, mas não era aceitável que estivessem ao serviço de um determinado partido político, neste caso do PSD, os meios financeiros e os meios técnicos da Câmara Municipal de Lisboa. E o PS só não faria uma queixa à Comissão Nacional de Eleições porque interpretava essa iniciativa como um lapso do Sr. Presidente da Câmara que certamente não voltaria a repetir. -----

----- No entanto, o que ficou para todos, apesar de tudo, foi a necessidade política da Câmara Municipal de Lisboa vir defender o seu ex-Presidente da Câmara que agora era candidato a Primeiro-Ministro e era o líder, evidentemente, do PSD. -----

----- Mas para o que tudo isto veio chamar mais a atenção, foi para as grandes trapalhadas que o Dr. Santana Lopes deixou em Lisboa, e em que deixou a própria Câmara colocada porque muito naturalmente lhes iria causar grandes dificuldades tentar demonstrar o contrário. Isso, enfim, fazia parte da vida, das circunstâncias políticas, mas era um facto que Lisboa estava hoje com grandes sarilhos, com grandes problemas, porque o anterior Presidente da Câmara governou de uma forma

dispiciente, de uma forma ligeira, de uma forma irreflectida, preocupara-se mais com os *outdoors* e com a publicidade do que em fazer coisas. -----

----- Portanto, tiveram de facto situações caricatas na cidade, de que dava o exemplo da Feira Popular que esteve localizada em cinco ou seis sítios diferentes, tudo com compromissos verbais e compromissos públicos do anterior Presidente da Câmara. Para o Parque Mayer já tiveram permutas e permutas, aprovadas e anuladas, enormes confusões, e tudo isso de facto os prejudicava a todos e deixava a Câmara e o seu Presidente em maus lençóis porque teria que tentar resolver esses assuntos todos. Compreendiam isso e ali estavam para o tentar ajudar, mas não era aceitável que instrumentalizasse a Câmara para defender o Sr. Primeiro-Ministro. -----

----- Seguidamente, disse que a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa sabia a muita consideração que tinha por ela, e não tinha dúvidas nenhuma que era uma pessoa séria. Dizia isso com toda a sinceridade. Mas em política não bastava ser sério, era preciso também parecê-lo e demonstrar-se publicamente que não se misturavam as coisas e que não se confundia o partido com a Câmara Municipal e com as responsabilidades que tinha. -----

----- A Sra. Vereadora era candidata a Deputada, era a terceira da lista do Círculo Eleitoral de Lisboa se não estava em erro, e queria cumprimentá-la por isso, achava até que era a única mulher dessa lista, pelo menos que ia ser eleita já que a outra candidata estava para além do n.º 30 e isso também demonstrava um bocado a consideração que o PSD tinha pelo eleitorado feminino e pelas mulheres. Mas a Sra. Vereadora representava bem o eleitorado feminino, era uma pessoa séria, trabalhadora, estava fora de questão. -----

----- Mas era preciso parecer e demonstrar em actos públicos que era extremamente rigorosa nessa matéria, pelo que lhe dava um conselho: deveria suspender as suas funções neste período de campanha eleitoral e não exercer o seu mandato de Vereadora. A lei não obrigava a isso, mas era um conselho sincero que como adversário político lhe dava, que deveria suspender as funções de Vereadora durante o período da campanha eleitoral. -----

----- Mas havia uma questão que lhe queria pôr. Foram todos surpreendidos – e se calhar até era positivo – porque pela primeira vez a Câmara Municipal ia comemorar o Carnaval com os idosos da cidade. Ainda bem que assim era porque os idosos precisavam de comemorar o Carnaval. Aliás, até mandou um telegrama: “Vimos convidar Vs. Ex.as os utentes da instituição para o almoço e festa de Carnaval que vamos organizar nos próximos dias 7 e 8 de Fevereiro – portanto em plena campanha eleitoral – na antiga FIL.” Devem confirmar a vossa presença e depois isso era assinado pelo Departamento de Acção Social / Animação. -----

----- A Sra. Vereadora ia lá estar ou não? Se ia lá estar, em que qualidade? E se ia lá estar na qualidade de Vereadora achava aceitável que como candidata a Deputada estivesse como Vereadora numa iniciativa dessas? Que fosse o Sr. Presidente da Câmara achava muito bem! Aliás registavam que a partir de agora a Câmara iria sempre comemorar o Carnaval com os idosos, não só em anos eleitorais porque no ano passado não comemorara, nem há dois, nem há três. Mas a Sra. Vereadora se lá

estiver estaria a abusar das suas funções, e sendo uma pessoa séria apesar de tudo iria parecer o contrário. Aliás, esperava que o Vereador Pedro Pinto, candidato a Deputado, também tomasse a iniciativa de suspender as suas funções durante o período da campanha eleitoral para que pudesse fazer campanha. -----

----- Eram essas coisas que marcavam a diferença e eram essas coisas que faziam com que as pessoas estivessem a ficar um bocado cansadas do modo de governação do PSD e que achassem que isto eram só trapalhadas, e que tudo isso preocupasse tanto o Sr. Primeiro-Ministro que até já ameaçara processar os portugueses que respondiam nas sondagens que não iam votar no PSD. -----

----- Por isso, deixava o convite para que suspendesse as suas funções e tivesse consideração pela função que exercia enquanto Vereadora e enquanto candidata a Deputada, que não desprestigiasse a classe política e que não instrumentalizasse a Câmara Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Francisco Oliveira (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que percebia perfeitamente que o Deputado Municipal Miguel Coelho estivesse muito preocupado pela Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa pertencer ou não a uma lista de Deputados, mas porque o Deputado Municipal Miguel Coelho pertencia igualmente a uma lista de Deputados perguntava-lhe se também tinha pedido a sua suspensão do mandato de Deputado Municipal. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que estava estupefacta com aquilo que o Deputado Municipal Miguel Coelho acabara de referir. Primeiro, referira-se à visita que, na qualidade de Vereadores e com o Sr. Presidente da Câmara, fizeram a vários pontos da Cidade de Lisboa, porque neste momento o Dr. Pedro Santana Lopes era Primeiro-Ministro de Portugal e aquilo que estava em causa não eram as tais trapalhadas que referiu mas o trabalho que objectivamente estava a ser levado por diante pelo Executivo municipal. -

----- Disse que o PS tem insistido muito em fazer passar para a opinião publicada que nada estava a ser feito e, portanto, era normal que o Sr. Presidente da Câmara organizasse uma visita com os Vereadores e com a comunicação social para dizer o que na realidade estava a ser feito na Cidade de Lisboa. É que às tantas parecia que estavam ali sete ou oito pessoas sentadas de braços cruzados, à espera que os dias passassem, à espera que chegasse o período das eleições e que nada faziam. Era isso que o PS dizia sistematicamente! -----

----- Por outro lado, tanto criticaram a forma que a Câmara encontrara para poder divulgar as iniciativas que estava a levar por diante, e neste momento aquilo que via na Cidade de Lisboa era exactamente um plágio daquilo que a Câmara fazia para divulgar, mas em sentido contrário. E de certa forma ficava estupefacta quando via a questão do túnel porque sabiam perfeitamente qual foi a atitude do PS relativamente ao túnel; e igualmente ficava estupefacta quando via a questão do Parque Mayer porque os Deputados Municipais sabiam perfeitamente que se tivessem maioria na Assembleia como na Câmara o Parque Mayer estaria em obra. O túnel estaria concluído, o problema do casino estaria resolvido e tantas outras coisas estariam feitas. -----

----- Portanto, aquilo a que chamavam de trapalhadas não eram trapalhadas mas sim algo que não conseguiram resolver porque não tinham maioria na Assembleia Municipal, e por isso tinham que acatar as decisões da Assembleia. Ainda por cima em vésperas de campanha eleitoral, tentavam sempre ali que as coisas se misturassem.

----- Por conseguinte, tratou-se de uma visita normal, visitas que pensava que o Dr. João Soares, na qualidade de Presidente da Câmara, sempre fez com o seu Executivo municipal. Não tinha nada de extraordinário foi apenas mostrar aquilo que estavam a fazer. -----

----- Relativamente ao lugar que ocupava na lista de Deputados, disse que nos termos da lei não havia qualquer incompatibilidade relativamente ao lugar que ocupa na Câmara e o lugar que ocupa na lista como candidata a Deputada pelo Círculo Eleitoral de Lisboa, tal como o Deputado Municipal Miguel Coelho ocupa e o Dr. João Soares ocupou quando era Presidente da Câmara e foi candidato a Deputado, pois, tanto quanto sabia, nunca suspendera o mandato. -----

----- Quanto às iniciativas para os idosos, disse que, como era sabido e foi algo que o PS também muito contestou na Assembleia, conseguiram levar isso por diante exactamente porque não dependia da Assembleia Municipal. Desde o primeiro ano de mandato promoveram inúmeras iniciativas para idosos na Cidade de Lisboa, às quais chamaram – e a oposição também contestou – Lisboa Feliz. Iniciativas que começaram logo que tomaram posse e neste momento continuavam. Tiveram os “Almoços de Natal”, estava hoje a decorrer na FIL um espectáculo de variedades para idosos e na próxima segunda e terça-feira de Carnaval haveria almoços com baile para idosos, como iria haver na Páscoa, como haveria festas no verão como a agora oposição sempre promoveu quando teve responsabilidades na Câmara. Os idosos da Cidade de Lisboa não podiam ser prejudicados só porque neste momento estavam à beira de eleições legislativas. Aliás, não fazia sentido que agora dissesse que ia suspender as iniciativas municipais para os idosos! Não fazia sentido que isso pudesse ser encarado como uma iniciativa de campanha quando era uma iniciativa normal da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para responder ao pedido de esclarecimento e à defesa da honra, começou por dizer que ficara satisfeito e preocupado com a defesa da honra da Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa. Satisfeito porque a Sra. Vereadora não foi defender honra nenhuma já que sabia muito bem que não tinha ofendido a sua honra, e preocupado porque da sua intervenção depreendera que a Sra. Vereadora ainda não percebera muito bem que era necessário separar aquilo que era do Estado daquilo que era dos partidos políticos. A Sra. Vereadora confundia o PSD com o próprio Estado, e isso era grave! Era digno dos países do terceiro mundo! -----

----- Se fosse o PSD a organizar uma volta para responder à Concelhia do PS/Lisboa, estaria calado e jamais poria em causa essa iniciativa. Mas não foi o PSD que organizou uma volta pela cidade para fazer o contraditório à volta feita pelo PS/Lisboa, foi a Câmara Municipal! E até lhe constava que tiveram batedores e tudo; constava-lhe, não sabia se era verdade ou mentira mas constava-lhe. Convocaram a

imprensa através do Gabinete de Comunicação Social da Câmara, com certeza que a Câmara pagou as camionetas e essas coisas todas, e o que achava grave era que se usassem os meios públicos para defender e explicar a política dum partido. -----

----- Portanto, nessa matéria, teriam que fazer rapidamente um estágio de separação entre poderes públicos e aquilo que era a esfera partidária, porque não se podiam misturar os dois campos. Aliás, a Sra. Vereadora até sabia muito bem, e se não sabia ficava a saber, que o Dr. João Soares suspendera por dois meses o seu mandato, enquanto Presidente da Câmara, quando foi candidato, e perdeu aí até uma boa oportunidade para falar sobre essas coisas. -----

----- Por outro lado, quanto ao argumento de que não faziam porque não tinham maioria na Assembleia Municipal, questionou o que andavam a fazer ali. O Dr. Santana Lopes dizia que queria uma permuta e a Assembleia aprovava essa permuta, depois o Dr. Santana Lopes chegava ali e dizia que já não queria essa permuta e a Assembleia anulava essa permuta! Mas o que era isso? Agora a culpa era da oposição? Por favor, tenha dó Sra. Vereadora! A culpara era das trapalhadas do agora Primeiro-Ministro, estava certo que o Sr. Prof. Carmona Rodrigues não cometeria essas trapalhadas, mas ele efectivamente cometeu-as, e que o PSD o defendesse achava muito bem, mas era não era a Câmara que poderia vir defendê-lo em campanha eleitoral. -----

----- Depois, referindo-se ao pedido de esclarecimento do Deputado Municipal Francisco Oliveira disse que perdeu uma oportunidade para não dizer nada, porque ele não tinha actividade executiva, não geria meios municipais, não geria orçamentos, apenas exercia funções representativas e isso era completamente diferente. Mas era óbvio que se estivesse no lugar da Sra. Vereadora suspendia as suas funções de Vereador enquanto decorresse a campanha eleitoral. -----

----- Dirigindo-se novamente à Sra. Vereadora disse que achava bem que tivessem iniciado agora a campanha de Carnaval para os idosos. Nunca o fizeram, era uma coincidência começar agora essa campanha! Achava bem! Mas deixava um conselho: que não fosse lá, que se fizesse representar pelo Sr. Presidente da Câmara, ele com certeza não se iria mascarar de Vereadora Helena Lopes da Costa, portanto que se fizesse representar pelo Sr. Presidente da Câmara ou pelos seus assessores ou adjuntos, mas que não cometesse o erro de ir lá porque ao fazer isso estava a prestar um mau serviço à qualidade da democracia e também a si própria. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que o BE iria votar favoravelmente a generalidade das moções apresentadas, com excepção das moções sobre o Iraque. -----

----- Portanto, votariam contra a Moção sobre o Iraque apresentada pelo CDS-PP porque ela não era rigorosa do ponto de vista histórico. Começava por dizer, nos considerandos, que a coligação internacional do império que invadiu o Iraque o fez, em primeiro lugar, para restabelecer a democracia, o que não correspondia à verdade histórica, porque a verdade histórica anunciada pelo dono do império – Buch – foi que iam invadir o Iraque para encontrar as armas de morticínio generalizado da população mundial. Foi isso que foi dito por Buch, foi isso que foi dito pelo socialista Blair, foi

isso que foi dito pelo social-democrata Durão Barroso, foi essa a razão que todos disseram, e hoje estava provado que não encontraram nenhuma dessas armas. Portanto, foi a invasão da mentira. -----

----- Mas era bom que as pessoas tivessem ido votar no Iraque? Claro que era bom que as pessoas tivessem ido votar, a democracia era a coisa melhor que havia! -----

----- E porque era que não estavam de acordo com a Moção do PS? Não estavam de acordo porque nunca viram democracia à frente de uma baioneta ou de uma metralhadora. E se era verdade que essa guerra, imposta pelo império americano, despoletou um terrorismo vinte vezes pior do que havia antes, portanto se alguém hoje tinha culpas em ter despoletado tal terrorismo era esse bloco capitaneado pelo império americano, a verdade era qualquer iraquiano no dia das eleições, porque eram eles que estavam a sofrer, teria pensado o seguinte: -----

----- “Vou correr o risco de ir votar, apanhar uma bomba ou ser metralhado pelos terroristas, ou vou correr o risco de, como disseram os americanos, percorrendo rua a rua, porta a porta, na véspera das eleições à procura dos terroristas, de não ter o meu dedo pintado de azul e quando os americanos voltarem nestes três dias seguintes dizerem que quem não tem o dedo pintado da azul é apoiante dos terroristas porque não votou”. -----

----- Portanto, estavam contentes pelo povo iraquiano ter experimentado um primeiro facto democrático, apesar das condições concretas, mas não davam as bandeiras da democracia àqueles que as impunham pela força das armas, das bombas e dos aviões. A democracia era uma coisa para ser conquistada pelos povos, como em Portugal a conquistaram no 25 de Abril, independentemente de tudo o que disseram da ditadura portuguesa. Mas foram os portugueses que a conquistaram! E era o povo iraquiano que haveria de conquistar a sua democracia e a sua liberdade, e com esse povo o BE estava, quer contra o terrorismo, quer contra o império americano. -----

----- Saudou, depois, a Moção do PCP sobre a violência doméstica. Foi uma conquista feita no Parlamento da República aquilo que se aprovou sobre a violência doméstica, principalmente sobre as mulheres que eram quem sofria mais com isso. Era um retrocesso imenso, entre todos os que tem feito o actual Governo, entre todos os que tem feito o PSD, as medidas que tomou para tentar controlar e impedir todas as acções e todos os meios que dessem maior capacidade às mulheres portuguesas para se oporem àquilo que era a violência doméstica, que sobre elas principalmente recaía. Por isso, em nome do Bloco, referia que não só iriam votar a favor como também saudavam essa Moção. -----

----- Disse, depois, que se falou ali de trapalhadas mas o BE queria falar dos buracos da governação que o Dr. Santana Lopes deixou em Lisboa, porque havia um buraco enorme na cidade a que achava que deveriam atender com algum cuidado e com algum coração. -----

----- No início desta reunião falou ali um representante dos feirantes da Feira Popular de um problema concreto. Sabiam que estavam previstas medidas, que estavam previstas indemnizações, que estava isso tudo feito, mas enquanto o pau vai e vem as costas deles não estavam a folgar porque a Feira foi fechada, não houve alternativas

para eles, as indemnizações ainda não foram pagas, e quem vivia daquele trabalho seguramente não podia continuar indefinidamente à espera que finalmente se encontrasse uma solução. Por isso, pedia ao Sr. Presidente da Câmara que encontrasse uma solução para resolver o problema, nem que fosse provisoriamente, para dar às pessoas aquilo a que elas tinham direito, porque tinham tanto direito a comer como tinham os filhos do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- **A Senhora Vereadora Eduarda Napoleão**, no uso da palavra, aludindo à questão que foi posta relativamente à Azinhaga dos Lameiros, disse que a Câmara estava a estudar todas as áreas urbanas de génese ilegal, portanto essa também já tinha um projecto. Aliás, esteve na Comissão de Urbanismo esta semana para tratar de uma alteração em regime simplificado do PDM, cuja proposta foi adiada e que tinha a ver com o realojamento do Bairro de São João de Brito, que também era uma área urbana de génese ilegal, e apresentara nessa reunião o mapa onde estavam referenciadas as áreas urbanas de génese ilegal em que a Câmara tem estado a trabalhar em conjunto. --

----- Portanto, brevemente apresentariam em reunião de Câmara as propostas que tinham para todas essas áreas. -----

----- Neste caso, já tinham uma proposta concreta para resolver a questão. Tinha pena que essa alteração em regime simplificado do PDM tivesse sido adiada porque reunia o consenso das pessoas do Bairro de São João de Brito, mas era evidente que o projecto seria concretizado depois de aprovada essa alteração. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, depois de agradecer a informação prestada perguntou quando, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, iria ter acesso à proposta para a Azinhaga dos Lameiros, visto que a Sra. Vereadora referira que já tinham uma proposta muito concreta e pessoalmente desconhecia que houvesse um trabalho nesse sentido. -----

----- **A Senhora Vereadora Eduarda Napoleão** respondeu dizendo que tinha todo o gosto em receber o Sr. Presidente da Junta de Carnide no seu Gabinete quando ele quisesse, para lhe mostrar o projecto que tinham. -----

----- Mas brevemente apresentariam as propostas para todas as áreas urbanas de génese ilegal. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, disse que queria expressar um sentido de concordância com o Deputado Municipal Miguel Coelho quando, e não deveria ter sido por acaso, elencou os dois casos mais paradigmáticos da volta do PS, concretamente o Parque Mayer e a Feira Popular, porque isso significava que já teria deixado de parte o Túnel do Marquês. Portanto, dos três exemplos que ali recorrentemente citavam o Túnel do Marquês teria sido já abandonado, naturalmente pela decisão do Supremo Tribunal Administrativo. Por isso, essa matéria deixou de ser uma trapalhada para o PS e passava a estar em vias de resolução por quem teve a calma e a paciência de esperar pela decisão da última instância judicial. -----

----- Portanto, nesse sentido, com certeza que os dois exemplos foram colocados bem e aí estaria de acordo no sentido em que pelo menos o Túnel do Marquês já deixou de o ser e conseqüentemente tinham uma evolução nesse sentido. -----

----- Disse, depois, que das notícias que viu, a propósito da volta do PS, não tinha ficado para si muito claro se a questão se punha em relação às intervenções do Dr. Santana Lopes, enquanto Presidente do PSD ou enquanto responsável pela gestão autárquica da Cidade de Lisboa. E nesse sentido, como lhe pareceu ter sido mais a segunda vertente, isto é uma volta para tentar demonstrar aquilo que tinha sido a gestão municipal do Dr. Santana Lopes, como de algum modo ali foi referido pelo Deputado Municipal Miguel Coelho quando falou em deixar as trapalhadas e fez um elogio ao Prof. Carmona Rodrigues que não faria assim etc., o que se retirava dessa intervenção era uma crítica, politicamente saudável não era isso que estava em causa, à actuação política do Presidente da Câmara. -----

----- Daí ser natural que a Câmara Municipal respondesse porque o seu responsável máximo foi questionado. A solidariedade política colegial por quem liderara a lista sufragada maioritariamente pela população de Lisboa foi questionada por uma força política, se o tivesse sido por uma associação cívica naturalmente seria a Câmara Municipal a responder a essa iniciativa porque a crítica foi não enquanto Presidente do PSD mas sim enquanto Presidente da Câmara e, portanto, aí não descortinava a tal nebulosidade que o Deputado Municipal Miguel Coelho procurara colocar na sua intervenção sobre a utilização dos meios camarários já que a crítica foi dirigida ao Presidente da Câmara eleito há dois anos e meio a esta parte. -----

----- Portanto, percebia a resposta da Câmara e realmente não via essa confusão que o Deputado Municipal Miguel Coelho procurara colocar, para além de que, a serem rigorosos, não estavam em plena campanha eleitoral como foi afirmado, mas sim num momento preliminar da mesma, pelo que todo o dramatismo que se tentou colocar sobre um momento formal da campanha eleitoral também não se verificava nessa matéria. -----

----- Por todas essas razões não assistia bondade nos argumentos do Deputado Municipal Miguel Coelho, mas, contudo, regozijava-se por ter visto que retirara o Túnel do Marquês das suas preocupações. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que percebiam a dificuldade da intervenção do Deputado Municipal Pedro Portugal, daí ela ter ocorrido só agora e não logo em reacção à intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho. Mas realmente procurara defender aquilo que era indefensável! -----

----- Disse, depois, que foi o PS quem, no âmbito da sua pré-campanha, fez a volta das trapalhadas, aquilo que designaram por roteiro das trapalhadas do Dr. Santana Lopes, e se o Deputado Municipal Pedro Portugal esteve com atenção – e esteve como era bom de ver – não falaram uma única vez do Sr. Presidente da Câmara, Prof. Carmona Rodrigues, pelo que não tinha o Executivo da Câmara Municipal de Lisboa legitimidade para usar do contraditório. Esse contraditório teria que ser feito pelo Deputado Municipal Pedro Portugal ou pela Distrital do PSD em oposição àquilo que

fez o PS, nunca poderia ser o Executivo municipal a fazer o contraditório a uma iniciativa de um partido da oposição. Aliás, essas confusões do Executivo municipal com o PSD não vinham de agora! -----

----- E como sabia que o Deputado Municipal Pedro Portugal tinha da coisa pública uma noção muito importante, gostava que lhes explicasse, a razão pela qual o Sr. Prof. Carmona Rodrigues tenha utilizado, numa sessão partidária realizada pelo PSD, um filme feito e pago pela Câmara Municipal de Lisboa, filme esse que foi apresentado em primeira mão na Assembleia Municipal sobre aquilo que reconheciam que faltava fazer e o muito que havia sido feito, como certamente se lembrariam. Foi dito pela comunicação social, e não foi desmentido, portanto era verdade, que o PSD fez uma sessão, na qual esteve o Sr. Presidente da Câmara a apresentar esse filme, e aí tinham mais uma vez a mistura das coisas públicas com as coisas partidárias. E era isso que era importante desmistificar! -----

----- Disse que ficaram muito preocupados com a resposta que deu a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, porque ficaram a saber que iriam ter pela primeira e última vez neste mandato, porque no futuro certamente que não teriam oportunidade, a festa que o Deputado Municipal Miguel Coelho já referenciara, mas também poderiam trazer à colação que pela primeira vez a Sra. Vereadora, na qualidade de candidata, ou não, ela o diria, mas ele diria que certamente na qualidade de candidata foi fazer uma festinha, também pela primeira vez, ao Bairro das Salgadas com a respectiva Associação de Moradores. -----

----- É evidente que isso era lamentável. E era lamentável porque de tal forma estavam a misturar as duas coisas, que nessa acção realizada em plena pré-campanha, no passado dia 27 de Janeiro, não foram convidados, como deveriam ter sido, os autarcas da Junta de Freguesia de Marvila. Porquê? Era para esconder? Era certamente para esconder! -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que presumia que seria uma resposta a dois tempos porquanto parte da intervenção foi dirigida à Sra. Vereadora, e naturalmente ela melhor do que ele saberia responder a isso. -----

----- Esclareceu que usou da palavra quando lhe foi possível para fazer uma intervenção. Não quis fazer nenhum pedido de esclarecimento ao Deputado Municipal Miguel Coelho, mas sim usar o seu tempo para poder construir uma intervenção do princípio ao fim nessa matéria. -----

----- Disse, depois, que esta volta do PS, a das trapalhadas, presumia que fosse matéria de reprise, de reposição da volta do desassossego. Com isso estavam também a falar a propósito do filme, mas se disseram que o viram ali em primeira mão e se teria sido visto noutra local em segunda teria sido também uma reprise, portanto não tinham ali o problema da estreia absoluta ser colocada em termos de foro partidário. -----

----- Mas a questão central que se colocou tinha a ver com o facto de não se ter dirigido nenhuma crítica ao Presidente da Câmara em exercício. O problema não foi esse, se calhar não se teria feito explicar na sua intervenção, o problema foi que a volta incidia sobre a gestão do então Presidente da Câmara e os efeitos da sua gestão

na Cidade de Lisboa. E sendo ele o primeiro da lista, tendo saído assumira outro as suas funções, pelo que os restantes membros da respectiva lista, em solidariedade política, decidiram demonstrar aquilo que tinha sido feito por essa mesma equipa, capitaneada ao tempo pelo Dr. Santana Lopes e que há meia dúzia de meses a esta parte deixara saíra pelas razões que eram conhecidas. -----

----- Foi nesse quadro que entendera a intervenção da Câmara, portanto não faria sentido necessariamente haver aí uma referência directa à gestão do Prof. Carmona Rodrigues. -----

----- **A Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, começou por dizer que relativamente a esta volta que a Câmara deu pela cidade pretendia esclarecer o Deputado Municipal Miguel Coelho que não foi a primeira mas sim a terceira que o Sr. Presidente da Câmara realizou com várias instituições e órgãos de comunicação social. Se calhar esta despertara mais a atenção porque estavam próximo de eleições! Mas tinham tanto trabalho e continuavam a trabalhar tanto em prol da Cidade de Lisboa, que nem se apercebiam às vezes que realmente já estavam em vésperas de campanha eleitoral. Mas realmente esta foi a terceira visita e nunca ali foi levantada a questão. -----

----- Disse, depois, que realmente foi convidada por uma associação, tinha inúmeros convites diários fruto das actividades que tinha no Executivo municipal, e muitas das vezes ia ao Bairro dos Alfinetes e das Salgadas como ia a todos os bairros sociais da cidade. Mas, de facto, declinava diariamente dezenas de convites porque lhe era impossível estar em vários locais ao mesmo tempo. Agora, não cessava as suas funções nem ia deixar de trabalhar só porque estavam em vésperas de campanha eleitoral. Que ninguém lhe pedisse isso porque não podia paralisar a actividade nas suas áreas. Se o fizesse estaria a prejudicar os cidadãos da Cidade de Lisboa. -----

----- Nesta altura o **Deputado Municipal Miguel Coelho** solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento dizendo que tinha sido referenciado pela Sra. Vereadora, tendo o **Senhor Presidente** respondido que não podia ser porque não se podia pedir um esclarecimento a uma resposta a um pedido de esclarecimento. -----

----- Num aparte foi dito que a Sra. Vereadora se estava a referir ao Deputado Municipal Dias Baptista, mas, após um ligeiro compasso de espera, foi dada a palavra ao Deputado Municipal Miguel Coelho. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que havia uma grande confusão da parte da Sra. Vereadora. Desde logo porque estavam em pré-campanha eleitoral e se a Sra. Vereadora não sabia ficava a saber que todas as acções que faziam agora teriam que ser declaradas ao Tribunal Constitucional para efeito de controlo de contas. A do PS foi! E a do PSD? -----

----- Em segundo lugar, o Sr. Presidente da Câmara disse que estava a fazer o contraditório em relação à primeira volta do PS, e, como o disse, não achava admissível que se utilizassem os meios da Câmara para fazer o contraditório em relação a uma acção de um partido político. Portanto, a Sra. Vereadora tinha um sério problema para resolver que era o problema da transparência, isto não pondo em causa a sua honestidade pois sabia que era uma pessoa honesta, estava fora de questão. Mas

era preciso que, publicamente, se dessem sinais claros de confiança nessa matéria até ao cidadão eleitor que não percebia dessas coisas. Que a Sra. Vereadora, involuntariamente, misturara meios da Câmara para combater um partido político misturou, e isso era condenável e por isso a Câmara deveria pedir desculpa. -----

----- **O Deputado Municipal Abílio Martins (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João, disse que intervinha para falar sobre a Moção do PCP relativa ao pagamento dos membros das mesas eleitorais, que prestavam um serviço à cidade e ao País por forma a assegurar o processo eleitoral. -----

----- De facto, como sabiam, esse processo do pagamento aos membros das mesas eleitorais era por vezes protelado no tempo e ocorria com frequência haver largos períodos, cerca de seis meses, em que as pessoas aguardavam que lhes fosse pago aquilo que lhes foi prometido e estava garantido na própria lei. Efectivamente havia um atraso sistemático, por parte do Estado, na descentralização dessas verbas para as autarquias, e seria bom que houvesse um processamento correcto dessas verbas para que os cidadãos viessem a participar no acto eleitoral seguinte, porque naturalmente as pessoas depois colocavam a questão se se justificava ou não que estivessem disponíveis para a participação num novo acto eleitoral. E era recorrentemente às Juntas de Freguesia que essa questão se colocava, com as dificuldades acrescidas que às Juntas se punham também para a constituição das mesas eleitorais, e igualmente de certa forma a todas as forças políticas que contribuíam para a constituição das mesas eleitorais. -----

----- Esse processo levava a que muitas vezes as Juntas de Freguesia adiantassem dinheiro para pagar aos membros das mesas, criando dificuldades naturais ao funcionamento delas próprias devidos às já parcas finanças que possuíam. De facto, elas faziam um esforço no sentido de suprir essa falha que ocorria constantemente por parte do Poder Central, e por isso a Moção que apresentaram ia no sentido de que a Câmara agisse mais insistentemente junto do Poder Central por forma a que a transferência de verbas fosse feita atempadamente, e a própria Câmara viesse a transferir, antecipadamente, o dinheiro para que as freguesias pudessem assegurar o pagamento regular a todos os membros das mesas. -----

----- Terminou dizendo que lhes parecia que era uma Moção justa que de alguma forma resolvia o problema, até para que não fossem os cidadãos a subsidiar o Estado numa obrigação que o próprio Estado contraía com eles, devendo, por isso, atempadamente pagar. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que no período de intervenção do público tiveram várias intervenções importantes, e porque o representante da Associação dos Feirantes da Feira Popular, Sr. Óscar Frutuoso, veio fazer uma intervenção sobre a situação dos feirantes, desejava referir que o problema da Feira Popular tem preocupado o PS, sobretudo porque como têm vindo a dizer, e continuariam a dizer, pensavam que foi um erro a forma como a Câmara Municipal encerrara aquele estabelecimento comercial. -----

----- Disseram isso desde a primeira hora, não o estavam a dizer agora por mero oportunismo, aliás estava-se a provar a razão das críticas que fizeram, não havia

qualquer motivo que justificasse o encerramento da Feira na altura em que tal aconteceu, apenas a precipitação do Dr. Santana Lopes, mais do que óbvia, mais do que evidente, e também manifestamente desnecessária. Aliás, a forma como agora já ninguém se preocupava em defender essa incapacidade, era bem elucidativa daquilo que aconteceu nesse momento. -----

----- Mas o PS gostava de dizer que ouviram ali algumas expressões da parte do Sr. Óscar Frutuoso que rejeitavam totalmente. São representantes de um partido político, todos os que ali estavam representavam partidos políticos, e entendiam que de uma vez por todas era inaceitável permitir que os políticos e os partidos políticos fossem tratados da forma que vinham vendo e ouvindo. -----

----- Portanto, frontalmente como as coisas deveriam ser tratadas, deseja ali dizer agora que o PS rejeitava totalmente a forma como foram referenciados os políticos e os partidos políticos, sobretudo porque, neste caso concreto, eram os políticos e os partidos políticos que vinham tentando encontrar formas de resolver o problema. Isso também teria que ser dito de uma vez por todas. -----

----- Era evidente que não se podiam ali colocar numa balança onde de um lado estavam os bons, os não políticos, e do outro lado estavam os maus, os políticos. Isso era inaceitável e a vida não era assim. E sobretudo também, de uma vez por todas, seria bom que cada um assumisse e vestisse exactamente a pele que queria vestir. O PS queria vestir esta pele porque ela era justa, a pele do PS era lutar pelo melhor para Lisboa e para os seus cidadãos. -----

----- E sobre isso desejava trazer à colação, por um lado, a injustiça do tratamento que tem sido dado aos feirantes da Feira Popular. Estavam à vontade, diziam isso também desde a primeira hora, e a Câmara Municipal, que tem tido uma tremendíssima falta de respeito para com esses feirantes, dera, há muito pouco tempo, mais um exemplo desse desrespeito. -----

----- Referia-se ao novo parque de diversões, a “Lisboa Diversão”, que todos conheciam certamente na Av. 24 de Julho, era mais um novo motivo de divertimento que foi trazido à cidade, mas, curiosamente, diria estranha e lamentavelmente, nenhum dos comerciantes que tinham divertimentos na Feira Popular foi ouvido ou foi convidado para colocar um seu divertimento na Av. 24 de Julho. Isso era uma forma inaceitável de tratar a vida daquelas comerciantes. -----

----- Por isso, queriam dizer ali hoje e agora que a Câmara, distraída com outras coisas, não tratou como deveria tratar esse assunto. Se calhar esse lapso deveu-se a essa coisa curiosa e extraordinária de ter sido a EMEL a tratar da matéria. A EMEL agora passou a tratar dos divertimentos na Cidade de Lisboa, ficaram todos a saber que a EMEL tinha um novo objecto para a sua actividade. Já não lhe chegava tratar do estacionamento dos automóveis, agora também tratava do “Lisboa Diversão”. -----

----- A um aparte disse: “Não é verdade, Sr. Vereador? Então retire de lá o logotipo da EMEL, não faz lá nada, mas está lá. Está no logotipo, está nos placares informativos e, portanto, se não é verdade é falso e então a Câmara Municipal anda a dar falsas informações aos lisboetas, o que é lamentável.” -----

----- Por outro lado, desejava também dizer que a forma de tratar estes temas era uma forma que demonstrava o quão a Câmara Municipal procurara arrumar aquele problema e procurou não mais voltar a tratar dele. Isso era inaceitável! -----

----- Por fim, disse que o PS iria votar favoravelmente todas as moções, com excepção da apresentada pelo CDS-PP sobre o Iraque. Apresentaram uma Moção em alternativa, e em relação a ela o Deputado Municipal Carlos Marques certamente interpretara mal aquilo que quiseram dizer, porquanto não defendiam aquela democracia mas sim a vontade demonstrada pelos iraquianos em ter um regime mais democrático. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Sobre o anúncio das duas travessias do Tejo: -----

----- Há uns anos foi criado um Grupo de Missão para a 3ª travessia do Tejo. -----

----- O Ministro do Governo demissionário faz agora uma conferência de imprensa para anunciar não uma mas duas travessias do Tejo. Dá um certo cheirinho a leilão. Discutia-se uma? Aqueles Senhores dali oferecem duas. Quem dá mais? -----

----- Não se discute agora, porque seria naturalmente despropositado, a legitimidade para anunciar algo que escapa à sua capacidade e vontade executar, porque está demissionário. -----

----- O mesmo Ministro tinha levado o Conselho de Ministros, há pouco tempo, a aprovar uma resolução para que se estudasse e equacionasse o interesse de portagens urbanas para Lisboa e Porto. -----

----- Tendo presente que o mesmo PSD na Câmara de Lisboa promove uma travessia da área central de Lisboa com o túnel do Marquês. Que o mesmo PSD anuncia novo atravessamento rodoviário do Rio, fica-se com a ideia de que é preciso explicar ao PSD que não há qualquer ligação entre portagens urbanas e túneis. Não! As portagens urbanas não têm que ser colocadas nos túneis. Por favor, acreditem! A sério. São independentes! -----

----- De tanto repetirem que é preciso que no Estado sejam adoptadas culturas e métodos de gestão do privado, esta medida parece estar intrinsecamente associada a uma gestão de supermercado: temos aqui a ideia promocional do leve duas pague... mas se fosse a sério, teríamos mesmo que pagar as duas. Felizmente, tudo isto foi uma homenagem ao Bordalo Pinheiro... Foi engraçado, sim senhor. -----

----- Os dirigentes de esquerda -----

----- Já como eleitor de esquerda sem actividade partidária, que tem nesta Assembleia um espaço de cidadania e participação que me é facultado pelos Verdes, gostaria de aproveitar este momento eleitoral para afirmar duas convicções: -----

----- - A primeira resulta da constatação de que nos últimos 25 anos o PSD esteve no poder 20 anos, e nos últimos 26 anos os Orçamentos do país foram todos viabilizados com a aprovação ou abstenção da direita, independentemente desta ter pasta ministeriais à sua responsabilidade directa. Se alguma coisa hoje é clara, é que o país não aguenta mais! Uma das frases que mais se ouve, de todos os sectores, é que

«batemos no fundo», mesmo que estes que nos têm governado consigam, sobre essa matéria, surpreender-nos e ultrapassado sempre mais para baixo essa meta inferior. ----

----- - A segunda observação, é naturalmente uma afirmação de solidão e decorre da constatação anterior. Se por diversas vezes nestes últimos 26 anos tem havido maiorias eleitorais à esquerda mas se simultaneamente é a direita que tem determinado a política deste país (com a aprovação dos Orçamentos), então é preciso dizer que: não sendo culpa do eleitorado – que tem votado por diversas vezes à esquerda – e não sendo por mérito da direita – como o demonstra o estado em que se encontra o país – então a culpa é necessariamente dos dirigentes de esquerda – da totalidade das forças que se apresentam à esquerda – que não têm cumprido as expectativas do eleitorado de esquerda nem as suas obrigações para com o País. -----

----- Lisboa é bem a demonstração de que é possível uma governação à esquerda e nem seria preciso este vazio dos últimos 3 anos para se perceber como os anteriores 12 foram estruturantes e alteraram profundamente a realidade da cidade, a partir de um Programa e da definição clara sobre como o levar à prática – com todas as críticas à pelourização (crítica que aqui apresentei ainda no mandato anterior) e respectivas consequências que se verificaram nos últimos anos. -----

----- Fica portanto aqui o meu apelo aos dirigentes das forças políticas de esquerda: Entendam-se. A viabilização de uma governação obriga a cedências de todas as partes. Sois os únicos responsáveis pelo não cumprimento deste desígnio. -----

----- A proposta apresentada. -----

----- A apresentação desta proposta vem na linha do que tem sido a nossa intervenção e prioridade nesta Assembleia, nos mandatos anteriores e neste: a contribuição e colocação à discussão de ideias e sensibilidades para a melhoria da cidade. -----

----- A presente proposta assenta no essencial em duas vertentes: por um lado, a convicção de que é uma obrigação dos órgãos públicos dotar o país de infra-estruturas modernas e estruturantes e na busca da sustentabilidade; por outro que as intervenções no espaço público devem sempre que possível ser feitas *a anteriori*, evitando sucessivas correcções, obras, remendos... -----

----- A Alta de Lisboa está precisamente nesta fase de avançar com as infra-estruturas e edificabilidade. Importa então agora, rapidamente, antes, introduzir o que é já hoje uma tecnologia consolidada de recolha pneumática de resíduos sólidos urbanos alternativa ao sistema tradicional, a exemplo do que ocorre já com sucesso no Parque das Nações. Todos os considerandos estão já apresentados na própria proposta. -----

----- Para a apresentação desta proposta foi determinante a colaboração e informação dos amigos e Arqt.s Pedro Torres e Diogo Andrade.” -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, disse que apenas queria fazer uma declaração de pasmo, porque, de facto, pasmava que o PS tivesse as preocupações que manifestara agora em relação a campanhas pré-eleitorais e se esquecesse que na véspera das últimas eleições autárquicas fez a distribuição de chaves de casas que entregara a várias pessoas e patrocinara a inauguração do Corte Inglês, sem sequer haver projecto aprovado. -----

----- E a propósito do Corte Inglês perguntou, embora não esperasse resposta agora, como se iria legalizar o acesso ao estacionamento nas caves do edifício. -----

----- **O Senhor Vereador Vasco Franco**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que queria repor a verdade em relação ao que acaba de ser dito pelo orador anterior. -----

----- De facto, montou-se um grande carnaval na altura, a propósito da entrega de chaves, quando efectivamente as chaves foram entregues pelos serviços, aliás na continuidade da entrega de chaves que estiveram sempre a fazer sem a intervenção de nenhum político. -----

----- Efectivamente, os serviços entregaram chaves durante todos os meses que antecederam as eleições porque havia chaves para entregar e muitas ficaram ainda para entregar. Aliás, algumas chaves foram entregues agora, em plena campanha eleitoral, referentes a casas que estavam praticamente prontas quando a anterior maioria terminara o mandato. Ou seja, houve famílias que ficaram em barracas durante os três últimos anos quando havia casas nas Olaias em que apenas faltavam três meses para acabar as obras e as casas só foram entregues agora a dois dias das eleições. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que o PS entendia as dificuldades do Deputado Municipal Ferreira Pereira, sobretudo porque todos leram aquilo que há bem pouco tempo o PPM disse na comunicação social do Dr. Santana Lopes. Não foi o PS, foi o PPM e certamente sentiam essas dificuldades. -----

----- Mas, para além daquilo que o Sr. Vereador Vasco Franco já disse, e disse tudo o que era preciso dizer sobre essa matéria, desejava recordar duas notas: -----

----- A primeira, de novo sobre a confusão da utilização dos meios municipais para fins partidários, era que o Deputado Municipal Ferreira Pereira sabia, como ele próprio sabia e sabiam todos na Assembleia, que já neste mandato, há bem pouco tempo, houve também uma confusão destas, mais uma trapalhada, e também num serviço municipal. É que para aquele célebre jantar do PSD, que foi um jantar de homenagem ao Dr. Santana Lopes, também foi feito, foi lançado o convite e foi divulgado através dos meios municipais. Não foi o PS, foi o PSD! Aliás, o Sr. Vereador António Monteiro até já sabia quem foi! Foi feito um inquérito, sabe o resultado? O PS não sabia! Agora, foi tornado público sabiam quem tinha sido. E qual foi a resposta? Bom, foi um lapso terrível, julgou-se que era uma homenagem por o Dr. Santana Lopes se ter ido embora! -----

----- A segunda nota, era que tinha consigo um ofício da Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa em que se referia a atribuição provisória de fogos. O ofício era de sexta-feira passada e os contratos com o outorgante para ceder o espaço eram de 24 de Julho de 2004. As chaves iam ser dadas agora! Comentários para quê! -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra para dar explicações, dirigindo-se ao Sr. Vereador Vasco Franco disse-lhe que não era preciso sentir-se ofendido na sua honra porque não fazia a mais pequena ideia nem sequer insinuara que tivesse sido ele a fazer essa entrega de chaves ou não. A informação que

tinha era que na Ameixoeira o então Presidente, Dr. João Soares, fez a entrega de casas. Se não era verdade pedia desculpa. -----

----- Mas em relação ao Corte Inglês o projecto não estava aprovado e a Câmara patrocinou a inauguração. -----

----- Disse, ainda, que o Deputado Municipal Dias Baptista falava-lhe de coisas a que era alheio, quem se sentisse ofendido que respondesse. Mas, já agora, gostava de saber o que foi que o PPM disse do Dr. Santana Lopes. Se fizesse o favor de lhe facultar esses textos teria muito gosto em os ver. -----

----- **O Deputado Municipal Borges de Carvalho (PSD)**, no uso da palavra, começou por se referir às moções sobre o Iraque dizendo que, em princípio, era contra a apresentação desse tipo de moções porquanto entendia que elas não tinham nada a ver com a Cidade de Lisboa, nem sequer directamente com Portugal, mas também não seria crime. -----

----- Mas não deixava de ter alguma inquietação ao falar nisso ou no que quer que fosse, porque hoje têm tido uma reunião diria que dedicada à moral. E naquilo que ia referir não sabia se teria algum dedo espetado na cara a dizer que era sério mas fazia coisas que não eram sérias, ou que não era sério e fazia coisas sérias, ou a condenar-se porque tinha algum receio caísse sobre a sua humilde cabeça o anátema do PS, e isso, como deviam calcular, era motivo da maior inquietação para a sua pobre pessoa. -----

----- Chegaram já ao ponto de haver oradores que davam lições de moral à assistência e que diziam como era que as pessoas, os munícipes que ali intervinham, deviam ou não intervir. Estavam realmente numa reunião que era mais uma lição de moral do que um período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- Chegaram já ao ponto de ver um Deputado Municipal exigir para si próprio o direito à resposta quando regimentalmente ele não existia. Não condenava o Sr. Presidente por o ter permitido porque foi uma atitude de cordialidade da sua parte, mas não deixava de sugerir que talvez numa próxima revisão regimental se acrescentasse uma alínea a dizer que sempre que fosse citado o Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho ele teria sempre direito à resposta, fosse em que circunstâncias fosse. -----

----- Seguidamente, referindo-se à Moção do PS sobre o Iraque, disse que desejava pôr alguns pontos nos is. A diatribe com que era introduzida a Moção era conhecida, toda a gente conhecia essa linguagem, não tinha nada de novo. Mas mais uma vez o PS vinha ali pôr em causa a questão do Iraque – que pessoalmente também podia pôr – em termos de Direito Internacional. -----

----- Há alguns anos atrás, a Europa resolveu lançar um ataque militar contra a Sérvia pela questão do Kosovo. Os Estados Unidos da América não estavam interessados, mas a Europa exigira ao Presidente Clinton que a ajudasse e foi a alta tecnologia das forças armadas americanas que permitiu que não se perdessem dezenas ou centenas de milhar de vidas de soldados europeus nas Sérvia e no Kosovo. Alguém perguntou alguma coisa à ONU? Foi o Presidente Chirac a Nova Iorque defender a sua opção? Não lhe parecia! Nenhuma potência europeia das que fizeram a guerra do Kosovo

pedira qualquer espécie de licença à ONU, e o Governo português, na altura do PS, apoiara – nada tinha contra isso – o ataque contra a Sérvia. -----

----- Mas então tinham ali dois pesos e duas medidas! Os Estados Unidos, com razão ou sem ela, fizeram durante meses tudo o que estava ao seu alcance para obter o aval da ONU. Não obtiveram e fizeram a guerra na mesma, mas os europeus, incluindo os portugueses, tinham feito exactamente a mesma coisa face ao Direito Internacional, através de um Governo do PS, que os Estados Unidos vieram depois a fazer no Iraque. -----

----- Por isso, perguntava que moral tinha um partido que lhes deu hoje ali tantas lições de moral, o PS, para vir agora condenar os americanos em matéria de Direito Internacional. -----

----- Dois pesos, duas medidas, duas maneiras de olhar as coisas! -----

----- Disse, ainda, que o PS deu, em matéria de política internacional, o maior golpe de rins ou a maior cambalhota da sua história, durante o consulado do Dr. Ferro Rodrigues. Claro que não era por acaso que homens como o Dr. Jaime Gama ou o Dr. Vitorino estavam calados como ratos a esse respeito. Eram sérios! Lá estavam outra vez na questão da seriedade. O que não era sério era ir ali condenar uns porque não cumpriram o Direito Internacional, e ter apoiado outros que fizeram exactamente a mesma coisa. A isso chamava-se cinismo político. -----

----- Portanto, em matéria de moções sobre o Iraque entendia que a parte política de ataque a uns ou a outros deveria ser retirada e ficar qualquer coisa de consenso e congratulação pela coragem do povo iraquiano ir às urnas. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, disse que o Grupo Municipal do PCP iria votar a favor de todas as moções, com excepção da Moção n.º 5 que obviamente votariam contra dada a fundamentação nela plasmada e porque era exactamente contrária à Moção que, sobre a mesma matéria, foi apresentada pelo PS. -----

----- Seguidamente, depois de referir que não foi a Assembleia Municipal que inviabilizou a obra do túnel, referiu-se à Moção por si apresentada sobre o combate à violência doméstica, lembrando que era inconcebível que em pleno século XXI a Resolução do Conselho de Ministros, de 6 de Janeiro de 2005, criasse uma estrutura denominada “Estrutura de Missão Contra a Violência Doméstica”, sob a tutela do Ministro com responsabilidade na Segurança Social, deixando de pertencer à Presidência do Conselho de Ministros, garante da transversalidade e da responsabilidade política de todo o Governo. -----

----- As organizações que estavam na Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres – a CIDM – já reuniram e estavam todas contra essa atitude. -----

----- Os números que constavam dessa Moção, 49 mortos de Janeiro a Novembro de 2004, e 20.000 queixas ou pedidos de ajuda por ano, eram apenas os números conhecidos, porque era óbvio que, como todos sabiam, muita coisa não vinha a público e consequentemente seria muito mais que isso, infelizmente. -----

----- Portanto, este era um forte retrocesso no que dizia respeito às questões da violência doméstica e de género, e precisavam de reafirmar exactamente o contrário. Aliás, contrariava todas as orientações e normas internacionais da Nações Unidas e da

União Europeia, indo portanto em sentido contrário a tudo aquilo que estava plasmado nos Direitos Humanos. -----

----- Por outro lado, isso acontecia exactamente no ano em que se assinalavam os 10 anos do Plano de Acção da Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres, pelo que era uma medida óbvia de desrespeito sobre a importância da Igualdade de Oportunidades e Direitos Humanos das Mulheres. -----

----- Por isso, o que propunham que a Assembleia Municipal decidisse era a reafirmação e a necessidade do combate à violência doméstica todos os dias e nas mais diversificadas esferas da vida em sociedade; -----

----- Que se exigisse a revogação dessa Resolução do Conselho de Ministros, fazendo regressar a tutela dessa área à Presidência do Conselho de Ministros para que responsabilizasse todo o Governo e toda a gente. -----

----- Que se exigisse também coerência entre todas as políticas delineadas repudiando as contradições plasmadas na Moção, e, finalmente, que fosse dado conhecimento da Moção à Câmara Municipal de Lisboa, aos Órgãos de Soberania e se procedesse à sua divulgação em dois jornais de âmbito nacional. -----

----- **O Deputado Municipal David Castro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, no uso da palavra, disse que queria começar por referir algo relativamente à primeira intervenção hoje feita, no período de intervenção do público, por uma cidadã da Freguesia da Charneca, e solicitar à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, que lamentava não estava presente, que em vez de utilizar a polícia para correr com essa cidadã, que tem três filhos menores, lhe arranjasse uma casa para resolver o seu problema porque era disso que a essa Senhora precisava. -----

----- Depois, já que a Sra. Vereadora falou hoje dos problemas sociais e da preocupação que tinha com os idosos, solicitava-lhe também que respondesse a uma série de solicitações da Junta de Freguesia da Charneca relativamente a idosos que necessitavam de casa porque tinham as suas casas altamente degradadas. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que a sua intervenção tinha a ver com o problema dos feirantes da Feira Popular e dos seus trabalhadores, porque o PCP estava de facto preocupado com essa matéria. -----

----- De facto, o PCP defendia que em relação à questão da Feira Popular deveria ter sido encontrada uma solução antes que fosse encerrada, mas a Câmara, não dando ouvidos a esse argumento, decidira, unilateralmente, fechar a Feira Popular deixando os comerciantes e os trabalhadores sem qualquer alternativa e sem qualquer solução. --

----- Neste momento, o que podiam dizer era que de facto a Câmara Municipal de Lisboa tinha responsabilidades em relação a esta situação, devia imediatamente procurar uma solução que pudesse minimizar o problema dos comerciantes e dos trabalhadores, e não estar apenas agarrada à solução do Parque Mayer. -----

----- Essa questão dizia apenas respeito à Câmara Municipal de Lisboa, foi ela que acarretou esse problema e consequentemente era a ela que competia resolvê-lo. -----

----- Nesse sentido, o PCP entendia que a Câmara única e simplesmente teria que resolver essa situação e não podia utilizar, como pressão, a questão do Parque Mayer e

os terrenos da Feira Popular. Nessa matéria de interesses imobiliários o PCP não alinhava. -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, no uso da palavra, disse que tinham para votar um voto de pesar pelo falecimento do Eng.º Avelino Cunha Serra, e tanto quanto julgava saber o Eng.º Avelino Cunha Serra, escrito dessa forma no voto de pesar, era exactamente o Eng.º João Avelino da Rocha Cunha Serra, que pertenceu à Assembleia Municipal de Lisboa no mandato de 1983/85, pela APU. -----

----- Lembra-se bem dos debates vivos que teve com ele nas reuniões da Assembleia Municipal realizadas no Palácio Galveias e na Rua Teixeira de Pascoais, e seria lamentável que tendo sido um membro destacado da Assembleia Municipal de Lisboa não se fizesse referência nesta Moção ao Eng.º Cunha Serra. -----

----- **O Senhor Presidente** deu nota das alterações introduzidas pelo subscritor do voto de pesar, Deputado Municipal Feliciano David, do PCP, que eram as seguintes: --

----- Em primeiro lugar passava a constar o nome completo, Engenheiro João Avelino da Rocha Cunha Serra, depois, no quarto parágrafo, a seguir a Vereador da Câmara Municipal de Lisboa acrescentava-se: “e membro desta Assembleia, eleito na lista da APU”, e finalmente o último parágrafo passava a ter a seguinte redacção: “A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 1 de Fevereiro de 2005, lamenta o seu falecimento, apresenta as mais sentidas condolências à Família enlutada e ao Conselho Português para a Paz e Cooperação, guarda um minuto de silêncio em sua memória e recomenda à CML, através da Comissão de Toponímia, que seja atribuído o seu nome a uma artéria da cidade.” -----

----- (As alterações referidas pelo Sr. Presidente estão já inseridas no texto do voto de pesar – Moção n.º 1 – transcrito nesta acta no início do período de antes da Ordem do Dia). -----

----- O Sr. Presidente informou ainda que, por solicitação do PS, o ponto referente à publicação em jornais diários nas moções em que constasse seria votado em separado.

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, em ponto de ordem à Mesa, disse que relativamente ao que acabou de ser anunciado pelo Sr. Presidente quanto à votação em separado sempre que estivessem em causa publicações em jornais, havia um problema quanto à Moção n.º 2 com a redacção que ela tinha neste momento, porque a parte da Moção onde se sugeria a publicação não era um ponto à semelhança dos outros. -----

----- **O Senhor Presidente** respondeu que era só introduzir um ponto 5 se o seu subscritor, Deputado Municipal Paulo Quaresma, estivesse de acordo. -----

----- Obtida a concordância foi introduzido na Moção um ponto n. 5, com a seguinte redacção: “5. A Assembleia Municipal de Lisboa delibera ainda tornar pública esta Moção através da sua publicação em dois jornais diários.” -----

----- (Esta alteração está já inserida no texto da Moção n.º 2, transcrita nesta acta no início do período de antes da Ordem do Dia). -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 1**, que era um Voto de Pesar em memória do Sr. Eng.º João Avelino da Rocha Cunha Serra, apresentado pelo Deputado Municipal Feliciano David, do PCP. -----

----- Terminada a votação, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade. -----

----- Na **Moção n.º 2**, subscrita pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma, do PCP, os pontos 1, 2, 3 e 4 foram votados em conjunto tendo a Assembleia deliberado aprová-los, por unanimidade. O ponto 5, que dizia respeito à publicação em dois jornais diários, foi votado em separado tendo a Assembleia deliberado rejeitá-lo, por maioria, com votos contra do PSD, PS, CDS-PP e PPM e votos favoráveis do PCP, PEV e BE. -----

----- Na **Moção n.º 3**, subscrita pelo Deputado Municipal Rodolfo Caseiro, do PCP, os pontos 1 e 2 foram votados em conjunto tendo a Assembleia deliberado aprová-los, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. O ponto 3, que dizia respeito à publicação em dois jornais diários, foi votado em separado tendo a Assembleia deliberado rejeitá-lo, por maioria, com votos contra do PSD, PS, CDS-PP e PPM e votos favoráveis do PCP, PEV e BE. -----

----- Na **Moção n.º 4**, subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP, os pontos 1, 2, 3 e 4 foram votados em conjunto tendo a Assembleia deliberado aprová-los, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. O ponto 5, que dizia respeito à publicação em dois jornais diários, foi votado em separado tendo a Assembleia deliberado rejeitá-lo, por maioria, com votos contra do PSD, PS, CDS-PP e PPM e votos favoráveis do PCP, PEV e BE. -----

----- A **Moção n.º 5**, apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP, foi rejeitada, por maioria, com votos contra do PCP, PS, PEV e BE e votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- A **Moção n.º 6**, subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP, foi aprovada, por unanimidade. -----

----- Finda a votação, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio pelas vítimas da intolerância no mundo, conforme se referia na Moção. -----

----- A **Moção n.º 7**, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, foi aprovada, por unanimidade. -----

----- A **Moção n.º 8**, subscrita pelo Deputado Municipal Manso Pinheiro, do PEV, foi aprovada, por unanimidade. -----

----- A **Moção n.º 9**, subscrita pelos Deputados Municipais Miguel Coelho e Dias Baptista, do PS, foi aprovada, por maioria, com os votos favoráveis do PCP, PS e PEV, votos contra do PSD, CDS-PP e PPM, e a abstenção do BE. -----

----- A **Moção n.º 10**, que era um Voto de Pesar pelo falecimento do actor Henrique Canto e Castro, subscrito pelo Deputado Municipal Martinho Baptista, do PCP, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Finda a votação, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade. -----

----- A **Moção n.º 11**, que era um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Jorge Alberto Aragão Seia, apresentado pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS, e

subscrito pela Mesa e por vários líderes dos Grupos Municipais, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Terminada a votação, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Em primeiro lugar dizer que tenho pena que não estejamos todos contra a violência doméstica. De facto, o sentido de voto mostrou que há ainda quem hesite e que esteja distante daquilo que constitui hoje, infelizmente, uma chaga social em pleno século XXI. -----

----- Mas aquilo que o Grupo Municipal do PCP considera é que é impossível que se aprovelem documentos de interesse público e que seja sonogada esta mesma informação à população. -----

----- Foi isto que aconteceu e deixo aqui uma questão no que concerne à Moção que apresentei, a Moção n.º 4, ou seja o seu ponto 5, quando diz proceder à divulgação desta Moção através dos meios ao serviço do Município, e repito, através dos meios ao serviço do Município, e depois dizia dois jornais e tal e tal. -----

----- Foi retirado este ponto, eu pedia que todos reconsiderássemos esta questão. Naturalmente a maioria decide, mas não posso aceitar que de facto os meios ao serviço do Município sejam chumbados. -----

----- Eu pedia que se reconsiderasse.” -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Da intervenção do meu companheiro Borges de Carvalho resultou a orientação de voto, naturalmente mais bem explicada do que por mim, sobre a Moção apresentada pelo PS relativamente ao Iraque. Não era tanto a parte deliberativa, mas era a parte dos considerandos. -----

----- Mas agora um protesto, ou uma declaração de voto se quiserem, de acordo com a oradora que me precedeu, a nossa amiga Deolinda Machado, naturalmente porque a Moção apresentada pelo PCP, discordamos dela não a propósito da violência doméstica, que não se retire essa extrapolação ou essa ilação, mas sim porque toda a Moção assenta num pressuposto organizacional entre a Presidência do Conselho de Ministros ou o respectivo Ministério da tutela, e nós nesse ponto discordamos. Aliás, foi o enfoque dado quando fez a apresentação da respectiva Moção, claramente um problema organizacional e instrumental em termos de organização do Governo, e aí nós discordamos. -----

----- Portanto, não confundir uma matéria processual, que foi aquela que foi aqui trazida pela Moção, da matéria de fundo, e, portanto, rebatemos e refutamos a sua afirmação de que estamos de acordo com a violência doméstica.” -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)** fez a seguinte declaração de voto: --

----- “De uma forma muito rápida e sucinta para explicar o sentido de voto do PS no que respeita às publicações em jornais das moções aprovadas hoje. -----

----- Nós quisemos vincar bastante bem a diferença, o facto de apoiarmos, portanto votarmos favoravelmente várias moções, e a sua não publicitação em termos de anúncio, como tem vindo a ser feito, exactamente porque entendemos, de acordo com aquela que tem sido a nossa postura, que esta Assembleia Municipal, hoje, também aqui não deveria ser utilizada como um instrumento de campanha. Exactamente é a única explicação pela qual nós entendíamos – dissemo-lo desde a primeira hora e os proponentes sabiam que essa era a nossa posição – que nenhuma Moção hoje aqui aprovada deveria ser publicada.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O BE não votou esta posição do PS em relação à publicação por várias razões: --

----- Primeiro é que achamos que assiste aos partidos o direito de ter o seu critério político do ponto de vista do que achavam que era importante apresentar como questões que deviam ser tornadas públicas e, em segundo, porque continuamos a achar, o que já dissemos várias vezes, quer em sede de Conferência de Líderes, quer em sede desta Assembleia Municipal, que os custos que a Câmara tem com as publicações das posições políticas desta Assembleia Municipal só podem dignificar e tornar públicos os actos da Assembleia e fazer com que ela cada vez saia mais para fora desta Sala em vez de a tornar cada vez mais fechada. -----

----- E é insignificativo em função de toda a publicidade que é feita por todos os sítios da cidade pela Câmara Municipal de Lisboa, em *outdoors* e milhentas outras coisas. --

----- Por isso, dignificar esta Assembleia achamos que é uma coisa importante, independentemente de estarmos mais de acordo ou menos de acordo, mas são as posições políticas que os partidos têm e que esta Assembleia decidiu aprovar ou não aprovar. Se decidiu aprovar achamos que devem ser publicitadas. -----

----- É a nossa opinião.” -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA NÚMEROS 72, 73, 74 e 75** -----

----- **O Senhor Presidente** pôs em apreciação as referidas actas, que previamente haviam sido distribuídas, e como ninguém desejou intervir sobre o conteúdo das mesmas de imediato as submeteu à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----

----- Seguidamente, o **Senhor Presidente** deu por findo o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre a actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 - Proposta 799/2004;** -----

----- **Ponto 3 - Proposta 931/2004;** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 988/2004;** -----

----- **Ponto 5 - Proposta 989/2004;** -----

----- **Ponto 6 - Proposta 991/2004;** -----

----- **Ponto 7 - Proposta 995/2004;** -----

----- **Ponto 8 – Proposta 996/2004;** -----

- Ponto 9 – Proposta 13/2005; -----
- Ponto 10 – Proposta 14/2005; -----
- Ponto 11 – Proposta 16/2005; -----
- Foi distribuído um aditamento com os seguintes pontos: -----
- Ponto 12 – Proposta 20/2005; -----
- Ponto 13 – Proposta 31/2005; -----
- Ponto 14 – Proposta 32/2005; -----
- Ponto 15 – Proposta 39/2005; -----
- Ponto 16 – Proposta 40/2005; -----
- Ponto 17 – Proposta 42/2005; -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CML ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53º. DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

----- Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Municipal, -----

----- O presente relatório fecha o terceiro ano de mandato deste Executivo, fazendo o balanço da actividade dos dois últimos meses do ano de 2004. -----

----- Como já deixei claro, no passado dia 23 de Novembro, no Debate sobre o Estado da Cidade e nesta mesma Assembleia Municipal, o ano de 2004 fica marcado pela realização de muitos objectivos e, em simultâneo, pelo lançamento de muitos novos projectos. Lisboa exige respostas prontas e eficazes. Lisboa exige novas ideias e novos desafios e estamos sempre disponíveis, prontos e firmes na resposta a estes desafios, convictos de que a cidade está mudar e a mudar para melhor. -----

----- Para começar, quero abordar uma questão que dominou a agenda política deste ano e que finalmente teve o desfecho que prevíamos. Falo obviamente do rearranque do projecto do Túnel do Marquês depois de, no passado dia 24 de Novembro, o Supremo Tribunal Administrativo ter dado razão ao recurso interposto pela CML. De qualquer modo, não será demais lembrar e para que todos reflectam sobre este assunto, que estes oito meses de paragem dos trabalhos tiveram um custo estimado de 2,5 milhões de euros, só no que respeita a custos financeiros, para além dos custos sociais, ambientais, económicos e, sobretudo, da má qualidade de vida para milhares de pessoas durante este período. -----

----- Apresentámos o projecto para a recuperação de uma extensa área na zona do aterro da Boavista, na Freguesia de S. Paulo, da autoria do arquitecto Norman Foster.

Trata-se de quase todo um quarteirão, localizado entre os Largos de Santos e de D. Luís, com cerca de 6 mil metros quadrados destinados a uso público e 2 mil metros quadrados de área a edificar. Toda a filosofia do projecto assenta na ideia de renovação e revitalização da toda a área, bem como das áreas envolventes, criando um novo pólo de comércio (incluindo o tradicional) e um novo pólo cultural, de lazer e de serviços, repovoando e rejuvenescendo a área por via do seu uso habitacional e atraindo empresas geradoras de emprego. A par do interesse concedido à qualidade e segurança do espaço público (cultural, comercial e de lazer), essencialmente pedonal, o projecto valoriza ainda a qualidade construtiva, recorrendo a soluções técnicas recentes, no sentido da sustentabilidade energética e ambiental. -----

----- Na mesma data, em Sessão de Câmara, apresentámos igualmente o projecto de requalificação da Praça da Figueira, que prevê o revestimento de grande parte dos edifícios com azulejaria de padrões de azul e branco, da autoria do Professor Daciano da Costa e da Arquitecta Ana Monteiro da Costa. Este projecto integra-se num projecto mais vasto de requalificação da Praça da Figueira e prevê a recuperação dos edifícios envolventes daquela praça, não só através do seu revestimento com azulejaria, como também da remoção de elementos dissonantes, como toldos, caixilharias e reclamos publicitários, entre outros. -----

----- De assinalar também a conclusão das obras de restauro da Igreja de S. Nicolau, subsidiadas pela Câmara Municipal de Lisboa, projecto que incluiu trabalhos de limpeza e conservação das paredes da nave e das capelas-laterais, obras de construção civil, conservação e restauro das pinturas do tecto e intervenção na iluminação da igreja. Esta obra insere-se num conjunto de outras que têm vindo a ser levadas a cabo pela Reabilitação Urbana e pela Cultura. -----

----- Outra zona fundamental da cidade sobre a qual intervimos está ligada ao Projecto Alcântara XXI, em que foi já apresentada a solução de construção de um túnel rodoviário entre a Av. de Ceuta e a Av. Brasília no âmbito da requalificação urbanística e das acessibilidades da zona, que abrange uma área de intervenção de 43 hectares. O projecto urbanístico Alcântara XXI, da autoria dos arquitectos Frederico Valsassina e Aires Mateus, prevê o reordenamento de toda aquela zona até 2012 e um investimento global na ordem dos 600 milhões de euros. A concretização deste vasto plano, cuja área de actuação é a maior desde a EXPO'98, envolve várias entidades públicas – Câmara Municipal de Lisboa, Administração do Porto de Lisboa, Refer, Carris, Metro, Simtejo e Ambelis – e entidades privadas, no sentido de compatibilizar os diversos projectos previstos para a zona de Alcântara. -----

----- De há alguns meses a esta parte, aliás, tem vindo um grupo de trabalho, com a minha presença e com a presença da Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, mensalmente a reunir todas estas entidades para o acompanhamento mais próximo do conjunto dos nove projectos que estão envolvidos nesta zona. -----

----- No âmbito das acessibilidades e transportes, o destaque vai para a abertura do parque de estacionamento subterrâneo do Largo Vitorino Damásio, na zona de Santos, com capacidade para 315 automóveis e com tarifas especiais para residentes. É uma zona muito carenciada de estacionamento que já está a beneficiar desta obra. -----

----- Destaque ainda para a assinatura do contrato de constituição do direito de superfície em subsolo a favor do Jardim Zoológico de Lisboa, que estabelece a cedência de quatro locais para estacionamento por um preço simbólico e por um período de 99 anos. Estes espaços encontram-se localizados na Praça Marechal Humberto Delgado, Rua Alves Redol, Praça D. Luís I e Rua Duque de Loulé / Praça José Fontana, nos quais está prevista a construção de parques que atingirão uma lotação total de cerca de 1490 lugares. Por outro lado, a celebração deste contrato, permitirá ao Zoo arrecadar receitas consideráveis para a sustentação do magnífico Jardim e para o prosseguimento do ambicioso trabalho de modernização e de melhoramentos que tem vindo a realizar. -----

----- Ainda a propósito do Parque no Largo Vitorino Damásio, recorde que a construção desta obra foi iniciada pela Câmara Municipal de Lisboa, em Março de 2003, que investiu 5.5 milhões de euros com o objectivo de solucionar a falta de estacionamento numa das mais movimentadas zonas da cidade. -----

----- Ainda no que diz respeito às acessibilidades e transportes não queria deixar de dar uma palavra, no seguimento da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, no que respeita à CRIL. Eu digo hoje o que disse na altura, e reafirmo. Do nosso ponto de vista defenderemos e bater-nos-emos para que aquilo que foi a nossa promessa, o nosso compromisso para com os residentes do Bairro de Santa Cruz de Benfica, seja conduzido até ao fim. -----

----- Ou seja, era a eliminação do Nó da Damaia, tal como estava no projecto sem vantagem nenhuma para a Câmara de Lisboa haver ali um nó, era a transformação de um viaduto em túnel na zona do Bairro de Santa Cruz de Benfica, que não podia deixar de conflitar com três ou quatro moradias na parte terminal junto à escola, e também com a eliminação da quarta faixa de rodagem em cada sentido, portanto só haver três faixas de rodagem. -----

----- Não sei exactamente qual é hoje, no seguimento do estudo de impacte ambiental, a solução que está eleita, eu, pessoalmente, tenho bem presente isso, tenho presente que essa é a solução que do meu ponto de vista não implica nenhum muro de grande elevação na zona mais norte do Bairro de Santa Cruz, junto à escola. Do ponto de vista de Lisboa e dos residentes do Bairro de Santa Cruz não é preciso o Nó da Damaia. Eventualmente será vantajoso para o Município da Amadora mas não é vantajoso para o Município de Lisboa, e também a questão a questão do número de vias nessa zona porque três vias em cada sentido é suficiente. -----

----- É isso que eu tenho presente, é esse que foi o nosso compromisso, e é por isso que eu, enquanto Câmara Municipal, farei tudo para me bater a favor dos anseios e dos residentes do Bairro de Santa Cruz de Benfica. -----

----- No passado mês de Dezembro aprovámos também uma proposta que contemplava a constituição de um fundo de investimento imobiliário, que estará na base dos projectos de reabilitação previstos para o Parque Mayer e para os terrenos ocupados pela Feira Popular, em Entrecampos, bem como na construção de espaços culturais municipais projectados pelo arquitecto Frank Ghery que recentemente voltou a Lisboa. Na discussão desta proposta nesta Assembleia Municipal, prometi que caso

a mesma fosse rejeitada, como efectivamente o foi, apresentaria uma nova proposta, sendo que nos encontramos empenhados em encontrar uma solução tão consensual quanto possível, que é aquilo que eu quero, como devem merecer todos os grandes projectos deste tipo para a Cidade de Lisboa. -----

----- Obviamente que queremos e tudo faremos para que no mais curto espaço de tempo possível, assim que haja essa viabilidade, encontrar o mais rapidamente uma solução definitiva para a Feira Popular e para os seus feirantes, assim como salvaguardando os direitos da Fundação “O Século”. -----

----- Gostaria ainda aqui de ressaltar duas iniciativas intimamente ligadas à requalificação da cidade, nomeadamente a apresentação do livro “1755 – O Terramoto de Lisboa”, de João Duarte Fonseca; e a retrospectiva “250 anos de imagens da Baixa Pombalina”, retratados em livro e exposição, uma retrospectiva sobre a Baixa lisboeta e os acontecimentos – por vezes grandiosos, por vezes catastróficos – nela vividos ao longo de dois séculos e meio de história. Apresentámos igualmente o projecto de evocação dos 250 Anos do Terramoto de 1755 e da Construção da Baixa Pombalina, o qual prevê a realização de uma exposição em três espaços, instalações, colóquios, conferências, seminários, diversas edições e concertos no âmbito desta iniciativa. Neste âmbito, para além de lançarmos o embrião de um espaço museológico na Baixa lisboeta, instalado no complexo patrimonial do Terreiro do Paço, há a ressaltar a importância dos estudos e explicações sobre estas matérias, que podem interessar a investigadores e ao público em geral e, muito particularmente, a quem tenha funções de responsabilidade no governo da cidade. -----

----- E fecho esta área de intervenção com uma referência à apresentação das propostas para a recuperação dos Bairros da Prodac (Norte e Sul) de Marvila, um projecto de recuperação que resulta de um trabalho conjunto entre a CML, a Universidade Lusófona, a Unidade de Projecto de Chelas e as mais de 600 famílias que habitam os Bairros Prodac, tendo como objectivo desenvolver um projecto de reabilitação urbana com base na análise dos problemas de salubridade e patologias dos edifícios. O projecto prevê que, no próximo verão, se possa dar início às intervenções necessárias, o que representa grande satisfação particularmente por se tratar de um bairro que esteve relegado para segundo plano durante muitos anos. -----

----- A vertente social dominou também muito do trabalho que desenvolvemos durante estes dois meses finais do ano, concretizando iniciativas que consideramos de grande importância e alcance, como a criação do Projecto LX Amigo, através do qual pessoas idosas e pessoas com deficiência, residentes em Lisboa, podem usufruir de um serviço gratuito de pequenas reparações domésticas. O serviço pode ser requisitado através de uma linha telefónica e consiste em equipas municipais especializadas que se deslocam às habitações dos munícipes para efectuarem reparações domésticas, a nível de canalizações, problemas eléctricos, arranjo de fechaduras, substituição de vidros partidos e outros consertos. Não esqueçamos que a Cidade de Lisboa tem cerca de 140 mil idosos, mas muitos não têm possibilidades económicas para proceder a reparações domésticas. -----

----- A Associação Abraço conta também com uma nova sede e as novas instalações, localizadas junto ao Mercado do Rego, no Bairro de Santos, que foram cedidas pela Câmara Municipal de Lisboa, têm uma área de mais de 800 metros quadrados que irão permitir concentrar os seus serviços até agora dispersos por vários locais da capital. Para além dos Centros de Apoio e de Atendimento, a Associação passa a dispor de um refeitório, um pequeno auditório multiusos e de um consultório de dentista totalmente equipado, onde será prestada assistência gratuita a pessoas seropositivas. -----

----- A Associação ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal celebrou igualmente com a CML dois protocolos através dos quais a autarquia cede à Associação um terreno no Alto do Lumiar, para a construção de um Centro de Actividades para Cegos e Amblíopes e duas lojas em espaços PER, também no Alto do Lumiar. O terreno agora cedido destina-se a um equipamento social com uma área aproximada de 1500 metros quadrados de construção e 782 metros quadrados de arranjos exteriores. O prazo para execução do projecto de arquitectura e a construção do edifício rondará os dois anos e o custo total de construção deste equipamento está avaliado em cerca de 970 mil euros, sendo 70% financiado pela autarquia. -----

----- Por seu lado, a vida cultural na cidade ficou igualmente marcada por uma multiplicidade de iniciativas que fecharam o ano de 2004. Destaco a entrega da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, à fadista e actriz Anita Guerreiro; o assinalar de dois importantes momentos como o 10º aniversário da Fundação Arpad-Szenes – Vieira da Silva e os 25 anos de Vida Literária de António Lobo Antunes, bem como a iniciativa “Era uma vez o Chiado” que permitiu aos lisboetas viajarem um século no tempo, ressuscitando-se, por um dia, o charme de outrora desta zona da capital. -----

----- Para a autarquia foi particularmente significativa a cerimónia de entrega dos prémios das Marchas Populares de Lisboa 2004, que consagraram Alfama como a grande vencedora desta última edição, e representa um claro sinal da importância da existência das Marchas Populares, que tiveram o seu início em 1932, pela mão do cineasta, dramaturgo, jornalista e decorador, José Leitão de Barros. Recordo que as comemorações dos Santos Populares, no âmbito das Festas de Lisboa, estão classificadas em 19º lugar do *ranking*, no total dos 50 melhores festivais europeus, posicionando-se à frente de outras também importantes manifestações europeias, de que são exemplo a Feira de Abril, em Sevilha; o Festival St. Patrick, em Dublin; o Carnaval de Nice; o Festival de Jazz de Montreux ou as Festas de St. Isidro, em Madrid. -----

----- Iniciativa de grande impacto foi também a da Semana do Japão, que decorreu de 23 a 28 de Novembro, uma iniciativa que se inseriu nas celebrações dos 460 anos de relacionamento entre os dois países e foi organizada pela International Friendship Foundation em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa. Esta iniciativa permitiu, sobretudo aos lisboetas, a grata oportunidade de conhecer, apreciar e admirar muitas manifestações das ricas tradições da cultura e da civilização japonesa e o número de assistentes e o interesse e o agrado que manifestaram são prova de

constituiu um êxito e uma magnífica oportunidade de aproximação entre os nossos dois povos. -----

----- Em matéria de Ambiente e Desporto, duas áreas que muitas vezes caminham próximas, quero também assinalar um conjunto considerável de iniciativas que marcaram a acção deste Executivo. -----

----- Começo por destacar a requalificação da Alameda Roentgen, um espaço de estadia e de lazer, que constitui agora a principal estrutura verde e de concentração urbana desta área mais recente das freguesias de Carnide e do Lumiar. Este novo espaço público é uma obra prometida e esperada há mais de 12 anos pelos moradores de Telheiras, que se encontrava totalmente abandonada, e que finalmente este executivo iniciou em 2003. Ao fim de um ano de intervenção, a obra de requalificação do espaço exterior da Alameda Roentgen contemplou 10 mil metros quadrados de área pavimentada, diversos equipamentos recreativos e de lazer, 165 novas árvores plantadas e 5.650 metros quadrados de área relvada. -----

----- A nossa preocupação ambiental estendeu-se também às energias renováveis através do protocolo de viabilização da valorização da energia renovável do vento no Concelho de Lisboa, para a implementação de projectos eólicos para a produção de electricidade, assinado com a EDP e a Agência Lisboa E-NOVA – Agência Municipal de Energia-Ambiente. Fica assim também claro que o Município de Lisboa pretende liderar o processo de planeamento e de gestão urbana à luz dos valores do desenvolvimento sustentável, promovendo a eficiência energética e as energias renováveis, a par de uma maior qualidade de vida para os cidadãos de hoje e para as gerações que habitem a cidade no futuro. -----

----- Uma última nota para a Avenida da Liberdade que volta a estar florida e para as cerca de 40 crianças da Escola Básica de S. José ajudaram na tarefa de plantar algumas das 60 mil plantas cujas flores vão alegrar aquela artéria durante este inverno.

----- Em matéria de infra-estruturas desportivas apresentámos o projecto para a cobertura do campo de futebol do Centro de Cultura Popular de Santa Engrácia, que vai permitir que haja uma melhor utilização do campo durante todo o ano, sem o inconveniente da chuva. Todos sabemos que equipamentos desportivos destes nunca são demais em Lisboa e hoje é bem evidente para todos os lisboetas a mudança que operamos, a este nível, na cidade ao longo destes três últimos anos. Exemplo do que refiro é o novo complexo desportivo do Clube Nacional de Natação, projecto lançado por este Executivo e cujas obras tivemos agora oportunidade de visitar. Como todos sabemos, é reconhecida a importância desta obra, pois é mais um equipamento desportivo de qualidade, de grande capacidade de utilização e que se encontra numa zona central da cidade. O projecto, orçado em quatro milhões de euros e cujo término está previsto para o início da próxima primavera, compreendeu a construção de um pavilhão polivalente, uma piscina coberta e um tanque de aprendizagem. -----

----- No âmbito do desporto gostaria ainda de salientar a escolha da Cidade de Lisboa para a realização de um maiores eventos desportivos da Europa, a UEFA CUP FINAL 2005, o que só vem reforçar a cada vez maior projecção internacional da nossa cidade. Aliás, não será também por acaso que, igualmente em 2005, Lisboa será a cidade

anfitriã da 12ª edição dos prémios MTV Europe Music Awards que trará a Lisboa mais de 5.000 pessoas. Note-se que a capital portuguesa ganhou, assim, a cidades como Paris e Copenhaga que, a par de Lisboa, se candidataram à recepção do mais importante evento de música da Europa. A cerimónia dos “Óscares da Música”, como também é conhecido este evento, terá lugar no Pavilhão Atlântico, no dia 3 de Novembro do próximo ano. -----

----- No domínio da cooperação internacional destaco ainda dois momentos importantes que tiveram lugar durante este período em análise, nomeadamente a realização da XX Assembleia-geral da UCCLA (União das Cidades Capitais de Luso-Afro-Américo-Asiáticas), em Luanda, e a escritura de constituição da Casa da América Latina como associação de direito privado sem fins lucrativos. -----

----- No que respeita à UCCLA é de salientar que o ano de 2004 marcou um ponto de viragem fundamental nesta organização, cientes que temos novos desafios pela frente e apostando fortemente na necessidade de consolidar a afirmação da organização como agente de promoção do desenvolvimento e cooperação entre as cidades que a constituem. Este imperativo traduziu-se em definir como prioritária a alteração dos estatutos da UCCLA, alteração essa consubstanciada numa nova orientação estratégica que assenta numa matriz que compreende cinco eixos fundamentais de intervenção, concretamente: uma forte aposta nos projectos já lançados, promoção da identidade das cidades-membro, privilégio aos mais carenciados, promoção de uma administração municipal mais eficaz nas cidades, dotando a UCCLA de uma administração moderna, com um maior envolvimento e responsabilização das cidades-membro e empresas associadas, criando condições para a sua sustentabilidade e uma maior afirmação no domínio da cooperação. Foi neste sentido que se procedeu a uma alteração dos seus estatutos e também um maior empenho nas acções de cooperação através da formação de técnicos autárquicos entre diversas cidades. -----

----- Por seu lado, a Casa da América Latina com esta nova estrutura tem agora condições para intensificar a sua actividade, que se tem desenvolvido predominantemente na área cultural, e ampliá-la também a iniciativas de promoção do intercâmbio e da cooperação entre Portugal e os países latino-americanos nas áreas universitária, económica, comercial e turística. E é por isso que agora o principal projecto, a principal prioridade da Casa da América Latina será concretizar o sonho da sua nova sede, também ali na Av. da Índia. -----

----- E fecho esta informação escrita a lembrar a quadra Natalícia que, mais uma vez, encheu Lisboa de múltiplas actividades às quais os munícipes já se habituaram, desde a cidade receber, pela primeira vez, a maior árvore de Natal da Europa, às tradicionais iluminações de Natal, à pista de gelo, até à grande festa do fim de ano. Desta feita sob o mote “Lisboa Volta a Brilhar”, milhares de pessoas puderam assistir a um grande espectáculo musical e de multimédia e os festejos da entrada do novo ano contaram com as actuações de Rui Veloso e João Pedro Pais. -----

----- E é esta a cidade que queremos, uma Lisboa moderna cosmopolita, mas também aberta à inovação como bem ilustrou o “Fórum Lisboa Cidade de Empreendedores” que, com o objectivo de promover o empreendedorismo na cidade, assumindo a

Câmara Municipal de Lisboa o papel de facilitador de condições para o surgimento de projectos inovadores e estruturantes que permitam a fixação de empresas de base tecnológica e de elevado valor acrescentado. Este fórum teve lugar nos passados dias 13 e 14 de Dezembro, no Auditório do Pólo Tecnológico de Lisboa. Ou, para dar outro exemplo, o caso da candidatura do “Projecto Lisboa Cidade Digital” (LxD) ao Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI). Lisboa Cidade Digital é um projecto ambicioso que pretende ser um novo modelo de relacionamento entre a Câmara de Lisboa e o Cidadão e, ao mesmo tempo, proporcionar uma visibilidade dinâmica sobre os problemas, desafios e oportunidades de participação no presente e no futuro desta nossa cidade.” -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Rato (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santos-o-Velho, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que quando foi distribuída a informação escrita leu-a e calculou a determinada altura que houvesse um lapso, mas agora ao ouvir o Sr. Presidente da Câmara confirmou que não havia lapso mas que se trataria, talvez, de uma informação errada que os serviços transmitiram ao Sr. Presidente da Câmara. -----

----- De facto, constava na informação escrita que no âmbito das acessibilidades se procedera à abertura do parque de estacionamento subterrâneo do Largo Vitorino Damásio, na zona de Santos, com capacidade para 315 automóveis e com tarifas especiais para residentes, mas, de facto, devia haver aí um engano porque não havia tarifas especiais para residentes, o que havia era avenças como existiam nos outros parques que qualquer cidadão morador em Lisboa, ou não, podia chegar lá e contratar. -----

----- A questão que se colocava, e que vinha sendo contestada pela sua Junta e pelas Juntas limítrofes, era exactamente o facto de não haver tarifas especiais para moradores. E que não se viesse dizer que se confundira aquilo que era a terminologia “tarifas especiais para moradores” com avenças porque isso era uma falácia. Nos contactos que teve com os serviços, e inclusivamente com o Sr. Vereador, é que foi entendido que aquilo que a as Juntas falavam de tarifas especiais para moradores eram exactamente essas avenças. Permitia-se discordar disso porque era uma desculpa um pouco esfarrapada. -----

----- E que também não se viesse com o argumento de que não foi providenciada pelo Vereador Machado Rodrigues, no mandato anterior, essa situação, porque ela efectivamente estava falada, estava acordada, e depois quando esta proposta foi aprovada pela Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, que era Vereador na altura, sabia muito bem que se o parque não avançou naquele momento tal se devia a uma interpretação jurídica sobre a legitimidade de um concurso internacional poder ser adjudicado e deslocalizado do local inicial devido à substituição do promotor vencedor e à venda da sua participação à Bragaparques. -----

----- Portanto, a questão que se colocava era saber de viva voz se os moradores de Santos, ainda por cima tendo fechado agora o Parque de São Luís que dava apoio aos moradores daquela área, seriam tratados como, por exemplo, os moradores do Bairro Alto que quando essa área foi fechada tiveram tarifas especiais no parque de estacionamento subterrâneo do Largo do Camões. -----

----- **O Deputado Municipal Álvaro Vasconcelos (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, começou por perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se por acaso tinha conhecimento de um tipo de utentes da Cidade de Lisboa que eram aqueles que tinham a estranha mania de andar a pé ou tinham necessidade de andar a pé. -----

----- É que via que a Câmara esburacava, perfurava e escarafunchava para arranjar lugar para meter automóveis, mas não tinha a mínima preocupação, como revelava esta e todas as informações escritas anteriores, por aqueles seres indefesos que tinham que andar a pé e que normalmente eram também os que tinham que andar de automóvel mas se esqueciam disso. -----

----- Ainda há pouco tempo, na Av. de Roma, teve uma prova evidente disso. Para atravessar essa avenida, no cruzamento com a Av. João XXI, na passagem de peões, verificou que tinham seis segundos para percorrer as quatro faixas. Em passo normal qualquer peão chegava a meio da segunda faixa ou pouco mais que isso antes de cair o sinal vermelho. A razão porque a Câmara patrocinava tanto as maratonas e meias maratonas se calhar era para habituar os cidadãos de Lisboa ao passo de corrida, porque, senão, não conseguiam atravessar a rua. -----

----- Mas havia casos mais gritantes nesse aspecto que eram as passadeiras para atravessar as ruas. Ou estavam apagadas ou não existiam. Por exemplo, na área da sua Freguesia, a Baixa Chiado, estavam apagadas, e em locais onde deviam existir não existiam. Bastava experimentar atravessar da Rua Garret para os Armazéns do Chiado para ver que só o conseguiriam com a boa-vontade dos automobilistas. -----

----- Um outro caso que toda a gente conhecia era o da Av. da Igreja onde se registavam muitos acidentes por atropelamento porque as passadeiras estavam pouco visíveis, e isso acontecia também na maior parte das grandes vias de Lisboa. -----

----- Grande parte dos automobilistas, possivelmente, estavam convencidos que aqueles riscos brancos no chão também serviam como indicativo de um ótimo lugar para arrumar o automóvel, pelo que sugeria que a Polícia Municipal utilizasse preferencialmente os bloqueadores para quem estacionava carros em cima das passagens de peões para que de uma vez por todas as pessoas ficassem convencidas que aquilo não era fantasia de um artista pró-modernista que resolvera fazer risquinhos brancos na rua para a decorar. -----

----- A Câmara tinha mais preocupação com os carros do que com os peões, ainda agora na Rua de São Pedro de Alcântara estava visivelmente pintado o desvio numa paragem de autocarros mas a passagem de peões estava completamente apagada. -----

----- Terminou dizendo que temia muito que dentro daquela filosofia que era tão cara ao PSD do utilizador/pagador, qualquer dia os peões em Lisboa ainda tivessem que pagar para andar a pé. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que ouviu atentamente a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, e esperava que, depois da visita realizada no dia 29 à Junta de Freguesia de Marvila, aproveitasse esta informação à Assembleia Municipal para responder, já não dizia a todas as questões,

mas pelo menos brindasse a população de Marvila com uma ou duas respostas aos muitos problemas que teve oportunidade de constatar. -----

----- Por estranho que pudesse parecer não ouviu qualquer referência aos problemas que o Sr. Presidente da Câmara constara, até porque o discurso já estava escrito, mas pensava que poderia ter feito referência a alguns dos problemas que apreciara. -----

----- No entanto, esperava que a não referência a alguns dos problemas não quisesse dizer indiferença aos problemas que viu. -----

----- Em relação ao centro de saúde, em relação à vedação do Parque da Bela Vista, em relação a quem iria gerir a piscina do Vale Fundão, em relação à cedência de terreno para a construção da sede da Junta de Freguesia, etc., a resposta a pelo menos uma dessas questões seria um brinde sério às justas lutas reivindicativas que a população de Marvila tem travado ao longo do tempo. -----

----- **O Deputado Municipal Ramiro Nelson (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Justa, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que na informação escrita se referia que foi apresentado um projecto para o revestimento, em azulejo, dos edifícios da Praça da Figueira, mas esse projecto já existia na Vereação anterior e até já o tinham na Junta. E também esse projecto foi apresentado sem que a Junta tivesse conhecimento da sua apresentação já que não foi convidada para tal. -----

----- Mas porque se dizia na informação escrita que iriam ser retirados os elementos dissonantes, lembrava que estavam quatro gradeamentos em plena Praça da Figueira, nos respiradores da subestação do Metro, aos quais já chamavam galinheiros, esses sim elementos dissonantes e por isso deveriam ser retirados ou então encontrada uma forma técnica para resolver aquele problema porque realmente era uma vergonha aqueles gradeamentos em plena Baixa Pombalina. Sabiam que a água entrava lá para dentro, o sistema de bombagem da subestação não funcionava para retirar essa água, enfim sabiam de muita coisa que não valia agora a pena estar a falar, mas uma coisa era certa, aqueles gradeamentos eram uma vergonha, toda a gente falava disso e ele próprio, como Presidente da Junta, também se sentia envergonhado com essa situação.

----- Portanto, solicitava ao Sr. Presidente da Câmara uma solução para esse problema.

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, começou por aludir à questão do parque de estacionamento subterrâneo do Largo Vitorino Damásio, dizendo que efectivamente não eram avenças mas sim tarifas especiais para o período nocturno, o que, obviamente, privilegiava os residentes. Mas, de facto, tinha razão porque não era um regime especial de avenças para residentes, ao contrário do que fizeram recentemente no parque de estacionamento da Calçada do Combro, onde, aí sim, havia um tarifário especial para lugares de rotação, havia um tarifário especial para residentes e havia um tarifário especial também para comerciantes da zona. -----

----- Mas tinha que dizer, e o Sr. Presidente da Junta de Santos-o-Velho sabia-o bem, que isso foi um compromisso assumido justamente na altura em que foi consagrada a constituição do direito de superfície em subsolo para construção do parque de estacionamento, e que isso não era da autoria da actual Câmara. -----

----- Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Municipal Álvaro Vasconcelos, disse que à medida em que, por um lado, iam criando mais lugares de estacionamento dedicado iam libertando os passeios para os transeuntes. Isso têm-no feito em várias zonas da cidade, e noutras onde não têm feito sequer parques de estacionamento, estava-se a lembrar da Av. Infante D. Henrique em todo aquele trajecto entre o Jardim do Tabaco e o Campo das Cebolas, através da colocação de pilaretes devolveram aos transeuntes um largo espaço de passeio. Mas em muitos outros locais da Cidade de Lisboa têm vindo a insistir na devolução dos passeios aos transeuntes. -----

----- Por outro lado, ele próprio tem tido um acompanhamento directo sobre a equipa de calceteiros de Lisboa, incentivando-os, motivando-os e melhorando o aspecto de funcionamento das brigadas, e melhor articulando também com outros serviços da Câmara como os da limpeza urbana para que não houvesse incompatibilidade ou mesmo anulação do efeito dessas obras de calcetamento. E também insistindo junto da fiscalização da Câmara e das empresas concessionárias para uma maior atenção nas obras de intervenção que se faziam no espaço público para que não modificassem, ou não fragilizassem, os passeios. -----

----- Obviamente havia outras questões importantes, como a que referira na Av. João XXI, mas também outras a que teriam que estar sempre muito atentos, como era o caso das obras de alargamento da estação do Metropolitano em Alvalade e Av. de Roma, em que, por exemplo, um prolongamento excessivo e injustificado das obras se ficou a dever ao facto da empreitada do alargamento da estação não ter incluído o arranjo da superfície, o que era inaceitável. Daí um prolongamento injustificado das obras que naturalmente incomodava as pessoas porque as privava da possibilidade de utilizarem o passeio público. -----

----- Respondendo às questões colocadas pelo Deputado Municipal António Pereira, disse que se cingira ao período dos últimos dois meses da actividade camarária, e se lhe era permitido o gracejo para além do *slogan* “as coisas no lugar certo”, também diria no “tempo certo”. Não era sua intenção hoje mas já na próxima reunião da Assembleia teria todo o gosto em fazer isso, e até esperava que mesmo antes pudesse comunicar-lhe algum do seguimento dado àquilo que foi um prazer para si, junto do Presidente da Junta de Marvila e de outras pessoas que os acompanharam, ver mais de perto as questões da Freguesia de Marvila. -----

----- Por fim, sobre a Praça da Figueira, disse que foi apresentado o projecto mas ele não estava sequer a andar. Como foi dito pelo Sr. Presidente da Junta, e bem, o projecto era antigo, vinha do tempo da requalificação da Praça da Figueira, e efectivamente era intenção reavivar isso no sentido de auscultar a sensibilidade dos moradores, dos comerciantes, dos urbanistas, dos arquitectos, e não mais que isso. Portanto, não havia a decisão de avançar! -----

----- Desejava que isso se inserisse efectivamente no âmbito de uma requalificação mais alargada, aquilo tal como estava configurava mais uma valorização do espaço público do que uma efectiva requalificação urbana, e, portanto, não se iam apressar nisso. Têm vindo a discutir, a trocar impressões, a ouvir a sensibilidade de muitas

entidades e muitas pessoas para ver como e quando poderiam avançar e em que condições. -----

----- Como se sabia era um projecto que nascera de uma maneira em relação à qual até tiveram que pagar a factura pelo facto de não haver uma contratualização dos serviços que foram na altura entregues a uma determinada entidade para fazer as obras, e depois, em sede de tribunal, a Câmara foi obrigada a pagar uma quantia muito avultada a quem fez as obras sem contrato. Se lhe diziam que nesses “galinheiros” junto ao Metropolitano a água entrava lá dentro, eram completamente alheios a esse projecto que, como era sabido, nem foi autorizado nem contratualizado com a Câmara, mas estavam agora, junto das entidades competentes, a tentar obstar a essa vergonha que, sinceramente, não lhes dizia respeito. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que ia colocar ao Sr. Presidente da Câmara duas questões que gostaria tivessem alguma resposta. -----

----- Em primeiro lugar, que estava a decorrer na zona norte da cidade a construção do Eixo Norte/Sul, uma via fundamental, quer em termos nacionais e regionais, quer a nível local. A construção do viaduto, que era uma das coisas que estava em falta uma vez que a construção dessa via nas zonas da Ameixoeira e da Charneca ia já em estado avançado, as propostas para o viaduto foram abertas no dia 5 de Janeiro de 2005 mas a construção estava pendente de algumas coisas que tinham que ser feitas no Lumiar, designadamente a desobstrução da zona para que pudessem ser instalados os pilares do viaduto. -----

----- Havia negociações que já foram feitas contra alguns edifícios que foram adquiridos, mas os comerciantes mantinham-se no local. E relativamente à Junta havia uma questão muito importante que era os equipamentos desportivos, nomeadamente o polidesportivo e a piscina, para os quais não se vislumbrava, da parte do Departamento do Desporto da Câmara Municipal, qualquer resolução, e era importante que este assunto fosse resolvido antes que se iniciasse a construção do viaduto. De facto, havia muita gente a praticar desporto na área geográfica do Lumiar, e esse polidesportivo era fundamental. -----

----- Perguntou, depois, para quando o início da construção da Divisão policial no Alto do Lumiar. Tratava-se de um equipamento fundamental, a insegurança naquela zona da cidade era um facto e por isso havia necessidade de avançar com rapidez com a construção de um edifício para a Divisão policial para que ele depois ser dotado dos efectivos necessários pela Polícia de Segurança Pública. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Senhor Presidente da Câmara -----

----- Sendo esta a informação escrita de V. Ex^a., a seguir ao debate sobre o Estado da Cidade, tínhamos a expectativa que poderia ser diferente tendo em consideração o que durante aquele debate aqui foi afirmado, sobre a gestão desenvolvida por esta maioria e que na maior parte das situações reflecte o marasmo e a incompetência além do

autismo repetido em relação às críticas feitas nesta Assembleia pelas forças políticas da oposição. -----

----- Nessa sessão criticamos a reestruturação dos serviços do Município, a incapacidade de dar resposta a problemas orgânicos e às inúmeras obras necessárias a melhoria da qualidade urbana na cidade, nomeadamente no espaço público, o mais visível e de uma gravidade sem precedentes, só comparável à herança recebida de Abecassis nos finais dos anos 80. -----

----- De realçar uma situação bastante grave, que é a situação financeira do município e que pode condicionar a gestão dos próximos mandatos, com o aumento do endividamento de forma exponencial, agora foi descoberto um novo procedimento, isto é de autorizar os credores a vender as dívidas a terceiros, Parque Expo e embora de carácter diferente o caso da EMEL, e outras proposta já aprovadas na CML, apesar disso as queixas dos fornecedores sucedem-se diariamente. Acresce que trabalhadores em regime de recibo verde passam meses sem receber o que é inconcebível do ponto de vista da sua sobrevivência. -----

----- Neste ponto de vista não posso deixar de continuar a denunciar os graves problemas que persistem quanto ao realojamento, dos moradores da Vila Ferro, Sete Moinhos, Bela Flor, Pateo do Padeiro, o que é de lamentar uma vez que já passaram 3 Anos de mandato e não foram resolvidos os realojamento cujos prédios estavam praticamente concluídos no final de 2001. -----

----- Acresce a tudo isto que estamos a tratar de pessoas que vivem em condições inumanas nestes locais, com falta de higiene, onde a Câmara não recolhe o lixo, deixa entulho por tudo o que é sitio, esgotos a céu aberto, não procede à demolição de edificios municipais em ruínas, como exemplo o n.º 759 na Vila Ferro, contíguo a “casas” habitadas sendo um foco de insalubridade e perigo constante de incêndio. -----

----- Sobre esta situação apresentámos um requerimento à Câmara, que até hoje não teve qualquer resposta, nem resolução. -----

----- Temos conhecimento que existem pressões da Câmara sobre os proprietários destes casebres no sentido de serem eles a despejarem os inquilinos com o argumento que só assim poderão ser indemnizados. -----

----- A ser verdade esta afirmação, consideramos inadmissível tais procedimentos e métodos no mínimo reprováveis. -----

----- Aliás esta postura é prática que aqui e ali se sente quando há protesto ou luta das populações, quer individual quer colectivamente, quando está em causa a resolução dos seus problemas. -----

----- Isto está a fazer escola no actual executivo da Câmara, e é o próprio Senhor Presidente, que na última entrevista televisiva afirmou, ao contrário da sua pretensa imagem de democrata, que defende os executivos monocolores afirmando, “para que servem dois parlamentos no concelho”. -----

----- O Senhor Presidente, não parecendo, dá-se mesmo mal com o debate democrático, com a confrontação na prestação de contas, com a fiscalização e as propostas e contributos da oposição nesta Assembleia. -----

----- A propósito, há que lembrar a sua grande bandeira do conselho consultivo para a cidade, já o meteu na gaveta? E porque não aceitou os contributos desta Assembleia? -

----- Ainda no campo do direito democrático, há que sublinhar a falta de resposta da Câmara às recomendações, requerimentos, moções e propostas desta Assembleia, assim como de diversas exposições do público, o que muito lamentamos. -----

----- Quanto a outras questões concretas, iria levantar mais algumas, que para nós são muito importantes e que gostaríamos de obter de V: Ex^a. as necessárias respostas. ----

----- Continuam a não ser apresentados quaisquer Plano de actividades e orçamento das Empresas Municipais e já estamos em Fevereiro. Será que, só irão ser apresentados estes planos no final do ano corrente? A exemplo do que tem sido prática desta vereação? -----

----- No caso da EMARLIS que vive há 3 anos apenas com um Conselho de Administração e sem qualquer actividade, verificamos agora que está em estudo um novo modelo para aquela empresa, com vista à passagem do sistema de saneamento de águas residuais em baixa do Concelho de Lisboa. Acha oportuno a 8 meses do final do mandato uma reestruturação deste calibre? -----

----- Quanto à EGEAC, na informação escrita não há uma palavra sobre algum projecto de reestruturação em curso, mas na entrevista que a senhora vereadora da cultura deu ao DN em 12 de Janeiro, avançou com a possibilidade da privatização da gestão dos espaços municipais, da responsabilidade daquela empresa municipal, gostaríamos de saber em concreto do senhor presidente se é isto que se defende e se existe algum projecto? -----

----- A actividade da EPUL continua intimamente ligada a toda uma série de operações urbanísticas que o PCP já por diversas vezes denunciou como ilegais, falamos, nomeadamente do Vale de Santo António e de Alcântara. -----

----- Quanto à EMEL dizer que o PCP teve já oportunidade de votar contra a proposta de consolidação de dívidas da Câmara à empresa por a considerar em alguns aspectos ilegal. -----

----- Gostaríamos ainda que nos informasse o que se passa concretamente com a SRU Ocidental e o Tribunal de Contas. Quais foram os problemas levantados pelo Tribunal e que resposta a Câmara deu? -----

----- Para quando a reabilitação e desenvolvimento do Parque da Bela Vista, que continua em degradação acelerada? -----

----- Na acção social o que está a ser feito para atacar o grave e deprimente problema que persiste na freguesia dos Anjos? Tráfico de droga toxicodependência, insalubridade e insegurança das populações como foi evidente em recente programa televisivo, ao contrário da propaganda da Câmara e da Junta de Freguesia, nada foi feito, tudo continua na mesma. -----

----- E a insustentável insegurança nos Bairros Sociais, como os casos da Ameixoeira, Charneca, Chelas, que acções estão a ser tomadas? Onde estão as esquadras prometidas? -----

----- Quanto ao Desporto, depois de 3 anos de inacção, e de completo abandono do que vinha sendo realizado, os Jogos de Lisboa, nos quais participavam mais de 30 mil,

jovens, mulheres e seniores. Vem agora este executivo em ano eleitoral, com os jogos Lx. Assim a mata cavalos sem nenhuma programação atempada e participada pelos directamente interessados, reflecte de facto mais uma acção de propaganda sem qualquer fundamento sério -----

----- Enquanto isto continua a atribuição de subsídios a alguma colectividades amigas desta maioria, discriminando a maioria. -----

----- Continua a degradação, encerramento de equipamentos e estruturas desportivas, com os consequentes prejuízos para os lisboetas. -----

----- Entre outros, destaco, o Pavilhão Carlos Lopes, o Pavilhão do Bairro da Boa Vista, a Piscina dos Olivais, do Casal Vistoso, entre outros. -----

----- Foi lançado com grande pompa e circunstância o LX amigo, e ao que tudo indica as pessoas ligam para o telefone e ninguém atende, em que ficamos? Quais os resultados? Que intervenções foram feitas? -----

----- Quanto aos transportes públicos a Carris procede a uma profunda reestruturação das carreiras da cidade, retira e reduz o número de frequências de grande afluência, qual é o acompanhamento que está a ser feito pela Câmara a essa reestruturação? A Câmara é complacente com isto? -----

----- Senhor Presidente -----

----- Esta Câmara PSD/CDS está como estava o Governo que agora caiu: agonizante. É uma Câmara com uma política condenada ao fracasso, É uma Câmara sem vivacidade, sem projecto, mas sob a pressão de muitos interesses especulativos e é a isto que esta maioria na Câmara dá importância política, quando na sua informação fala em grandes projectos - a urbanização de Alcântara, a maior após a Expo, a da Boavista, a do Vale de Santo António, o Parque Mayer e outros, à revelia de um processo com regras à luz do PDM que continua sem revisão e que se vem arrastando à longo tempo. -----

----- Senhoras e senhores: o PCP continuará a afirmar o seu projecto alternativo de cidade e continuará a fazer tudo para que os lisboetas tenham melhores condições e qualidade de vida. Por isso no dia 20 de Fevereiro muito está em causa no país e na cidade: A escolha entre uma verdadeira política de esquerda e uma política de direita.”

----- **A Deputada Municipal Luísa Sabino (PS)**, no uso da palavra, disse que há 15 dias foi feita a transferência da Feira do Relógio, na Freguesia de Marvila, e que quando a Câmara decidiu fazer a transferência nomeara uma comissão composta por diversas pessoas interessadas no assunto, entra as quais o Presidente da Junta e a Presidente da Assembleia de Freguesia, e muito bem porque eram as pessoas que realmente representavam a população da freguesia e conheciam bem as consequências no terreno. -----

----- Só que houve uma primeira reunião e a partir daí foram totalmente ignorados os representantes da população de Marvila na questão do ordenamento da feira. As obras foram andando, fizeram as duas casas de banho, avisaram os comerciantes e utentes que a feira ia mudar, e fez no domingo passado oito dias a feira mudou. -----

----- Mas esqueceram-se completamente dos acessos porque não ouviram os autarcas da freguesia! Marvila tem muitos idosos que constituíam a maioria dos milhares de

peças que visitavam a feira aos domingos, e assim o acesso que ficava junto da Rua Adães Bermudes tinha metade das escadas deterioradas e quando acabavam essas escadas deterioradas estava um declive em terra movediça onde no primeiro dia de feira caíram duas pessoas, no segundo voltaram a cair outras duas e ela própria não caiu porque se agarrara a uma afilhada sua que ia consigo. E isto em dias que não choveu, porque seria bem pior em dias de chuva. -----

----- Portanto, apelava à Câmara que rapidamente mandasse consertar essa escada, que concretamente se situava junto da ponte e da Rua Adães Bermudes, e fosse continuada até ao fim, porque não acreditava de maneira nenhuma que a Câmara ao fazer a mudança da Feira do Relógio, que já prejudicava muita gente idosa, quisesse que os idosos tivessem ali sistematicamente acidentes. -----

----- Terminou referindo que no domingo passado disse à população que vinha pôr este assunto na Assembleia Municipal, e por isso fazia votos que não fosse obrigada a dizer depois à população que esteve a pregar aos peixes porque a Câmara não tomara o assunto em consideração. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que já por várias vezes colocara questões à Câmara relacionadas com as obras da ETAR de Alcântara, e depois acabara por fazer um requerimento escrito porque entretanto não teve quaisquer esclarecimento sobre essa matéria. Esse requerimento foi feito em Fevereiro de 2004, e a resposta, que veio em Agosto do mesmo ano, dizia que a SIMTEJO procedeu no dia 29 de Maio de 2003 ao lançamento do concurso público internacional para a elaboração do projecto base para adaptação e complemento da ETAR de Alcântara, e que estava concluído o relatório de apreciação das propostas ocorrendo a adjudicação logo que houvesse disponibilidade financeira. -----

----- Dizia, ainda, a resposta ao requerimento que o valor estimado para a adjudicação da nova ETAR era de 52 milhões de euros, portanto quase o dobro daquilo que a Câmara iria gastar se não tivesse anulado o concurso do anterior Executivo. -----

----- Mas depois de ler a resposta ao requerimento ficou a pensar que nesta altura já as obras se haveriam iniciado, uma vez que se dizia nessa resposta que já estava concluída a apreciação das propostas. -----

----- Porém, no dia 13 de Janeiro de 2005, foi confrontado com um anúncio no Diário de Notícias sobre a abertura do procedimento para a elaboração do projecto base para a adaptação e complemento da estação de tratamento de águas residuais de Alcântara, e ficou sem perceber se seria mais uma trapalhada mas estava certo que o Sr. Presidente da Câmara hoje mesmo os esclareceria. -----

----- Contudo, para já concluía que se não fosse a anulação do concurso em 2002 as obras já teriam sido terminadas há muito tempo, quase há dois anos! -----

----- Assim, não estavam a cumprir a Directiva Comunitária, continuavam em falta, continuavam os maus cheiros apesar dos reagentes que estavam a ser utilizados e cujos custos também não sabiam ao certo o que representavam para os lisboetas, se eram 100, 200 ou 300 contos diários, mas, pior que isso, era que os esgotos continuavam a ser canalizados para o Tejo apenas com o tratamento primário. -----

----- Outra questão que várias vezes colocou sem que tivesse tido resposta da Câmara Municipal, tinha a ver com os fundos comunitários para a ETAR de Alcântara e a própria resposta escrita também não esclarecia nada. Souberam, pela imprensa, que o Dr. Santana Lopes, em Março do ano passado, quando confrontado pelos jornalistas numa visita que fez à ETAR teria respondido que tanto quanto sabia não foram utilizados. A imprensa deste fim-de-semana, contudo, afirmava que parte desses fundos comunitários havia já sido gasto noutras obras, e que havia o risco dessas verbas terem que ser devolvidas a Bruxelas. -----

----- Portanto, queria que o Sr. Presidente da Câmara lhes confirmasse, ou não, que essas verbas que tinham como destino as obras da ETAR de Alcântara foram gastas noutras obras e se havia o risco de elas terem que ser devolvidas a Bruxelas. -----

----- Por outro lado, desejava também que fossem esclarecidos pela Câmara os fundamentos para a anulação dos concursos anteriores, porque tinha a ideia que já era o terceiro que era anulado, e, sobretudo, em que fase se encontrava o último concurso em Janeiro de 2005, altura em que a Câmara resolveu anulá-lo. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, no uso da palavra, disse que a intervenção que ia fazer em certa medida ficava-se também a dever à intervenção de um Deputado Municipal Martinho Baptista, do PCP, que há pouco, na sua intervenção, visara o Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos quanto a uma eventual publicidade, ou coisa que o valha, sobre a problemática da toxicodependência na zona dos Anjos. -----

----- E, começando por aí, desejava esclarecer que o aludido Deputado Municipal que certamente teria andado menos atento ao que se passava na Freguesia dos Anjos, já que – e fazia menção disso porque era meritório – os representantes do PCP na Assembleia de Freguesia dos Anjos têm dito precisamente o contrário, ou seja, reconheciam que a situação referente à toxicodependência naquela zona tem melhorado. -----

----- Aliás, nesse sentido os representantes do PCP na Assembleia de Freguesia têm apoiado sempre aquilo que têm sido as posições assumidas pelo Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos quanto a essas matérias, o que era meritório e interessante já que entendiam que o trabalho que estava a ser feito estava a sê-lo no interesse efectivo da população. -----

----- E dizia que tinha andado um pouco desatento com o que se passava na Freguesia dos Anjos porque se por lá passasse veria que o problema mais grave da toxicodependência, felizmente por um lado e infelizmente por outro, não estava hoje em dia situado naquela freguesia. Uma parte dele concentrara-se onde já existia, que era na zona da Freguesia do Socorro, concretamente na Rua do Benfornoso. Aliás, ainda um destes dias uma cadeia de televisão fazia menção de que o Largo do Intendente e a Rua dos Anjos tinham o problema resolvido e que ele estava concentrado agora, em menor número, na Rua do Benfornoso. -----

----- Ainda sobre a questão da toxicodependência, disse que quando tomaram posse efectivamente encontraram uma situação no Largo do Intendente extremamente complicada. Na altura o levantamento indicara que mais de 200 toxicodependentes

proliferavam por todas aquelas zonas, designadamente no Regueirão dos Anjos, Rua dos Anjos, Largo do Intendente, Rua Antero de Quental, Calçada Conde de Pombeiro, Rua de Santa Bárbara, etc., e se o Deputado Municipal Martinho Baptista percorresse hoje essas zonas não encontraria um toxicodependente. -----

----- Mas, pese embora essa situação, tinham consciência que havia uma bolsa de cerca de 20 a 30 toxicodependentes que se concentravam no topo da Rua do Bemformoso, precisamente na zona de confluência entre a Freguesia do Socorro e a Freguesia dos Anjos, e, infelizmente ou felizmente, situavam-se do lado de lá dessa fronteira, portanto na zona da Freguesia do Socorro. E também na zona da Freguesia de Santa Justa havia alguns resquícios dessa situação da toxicodependência. -----

----- Portanto, em relação à Freguesia dos Anjos podia dizer, com certeza absoluta, que a situação estava melhor, e era dessa que falava porque não falava dos assuntos dos outros, só quando era compelido a fazê-lo. E dizia que estava melhor por vários motivos: porque reconhecia o trabalho meritório que estava a ser feito pelas equipas de rua, sob a coordenação da Câmara Municipal de Lisboa, que efectivamente tinha no terreno equipas que faziam a intercepção e o acompanhamento, acompanhamento esse não só do ponto de vista técnico mas também do ponto de vista humano, o que fazia com que se verificasse uma saída significativa de toxicodependentes daquelas zonas para os centros de acolhimento e tratamento. -----

----- Continuando, disse que a questão da toxicodependência por vezes servia um pouco de arma de arremesso, e quanto a isso queria dizer que o problema que o Deputado Municipal Martinho Baptista inferia há pouco que não estava melhor, certamente referia-se àquilo que o Executivo do seu partido deixara naquela zona, mas que o Executivo actual teve efectivamente a acção meritória de colher em mãos e tentar resolvê-lo. -----

----- Convidou o mesmo Deputado Municipal a subscrever a petição que iria ser dirigida à Assembleia da República, que já estava anunciada e que foi objecto de deliberação tomada pelo Executivo da Junta de Freguesia dos Anjos e também aprovada, por unanimidade, na Assembleia de Freguesia, para a alteração, em termos de medidas legislativas, do problema do acompanhamento. Ou seja, sobre a possibilidade de proliferar na via pública o problema da toxicodependência tal como a viam hoje, porque, efectivamente, encontravam-se nalguns pontos da cidade toxicodependentes que se injectavam de qualquer maneira e feitio em qualquer ponto do seu corpo ao mesmo tempo que passavam crianças de 4 ou 5 anos. E isso acontecia hoje devido à forma como a lei foi redigida em 1999. Não foi com o voto do PSD que ela foi aprovada, mas foi com o do PCP. -----

----- Portanto, esperava ver aquiescência da parte do PCP para reconhecer o Relatório recentemente aprovado pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência, que vinha dizer que no período de 1999 a 2004 o consumo da droga cresceu em todo o lado, menos no único sítio onde tinha possibilidade de ser controlado que era nos locais de trabalho, e que isso significasse também para o aludido Deputado Municipal e para o seu partido um motivo de reflexão apoiando a alteração dessas medidas legislativas. --

----- Mas em matéria de toxicodependência desejava saudar o Sr. Presidente da Câmara porquanto estava a ser feito um trabalho muito proficuo, e todos tinham consciência que não era um trabalho que se resolvesse do dia para a noite, levava tempo. -----

----- Uma outra questão que tinha a ver com o Largo do Intendente dizia respeito à reabilitação urbana, e nessa matéria saudava a Câmara Municipal de Lisboa pelo trabalho de reabilitação do edificado que estava a ser feito. Têm acompanhado de perto o esforço que era feito pelos responsáveis, pelos técnicos e pelos trabalhadores da Câmara, foram feitas centenas de vistorias, produzidos centenas de relatórios e via-se agora no terreno esse resultado. Havia já mais 20 edificios em obra por particulares, o que significava que a iniciativa privada estava já a acreditar no projecto de reabilitação de toda aquela zona. -----

----- Seguidamente, pediu ao Sr. Presidente da Câmara uma atenção especial em relação à perspectiva de requalificação para breve da estação do Metropolitano dos Anjos. Constava que do projecto inicial dessa requalificação poderia estar eventualmente incluída uma saída directamente para a Rua dos Anjos, a Junta via com bons olhos que essa saída pudesse ser mantida porque viria requalificar todo aquele eixo. Parecia que havia algumas dificuldades e que só a intervenção da Câmara nesse particular poderia levar por diante essa matéria. -----

----- Aludindo à problemática da segurança, disse que sabiam que de quando em quando havia situações de furtos e de insegurança em vários locais da cidade, também nos Anjos por vezes essas situações aconteciam e ainda em Dezembro aconteceu uma. Têm reunido, com regularidade, com os comandos da policia que lhes têm manifestado interesse em que naquela zona da cidade, não propriamente no espaço da Freguesia dos Anjos mas em local próximo, pudesse vir a estar situado o Comando da 1ª Divisão da Polícia de Segurança Pública. Pensava que a Câmara estava sensível e aberta a estas questões e por isso perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se em relação a essa possibilidade de localização próxima do Comando da 1ª Divisão da PSP já estava algo decidido. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que independentemente do conhecimento de tudo o que existia no terreno sobre a situação real que persistia, todo o País viu a situação que existia no Intendente, Freguesia dos Anjos. De facto, a reportagem da televisão mostrou moradores a queixarem-se que a situação a piorou em relação aos aspectos de insalubridade, insegurança e da não resolução de um problema gravíssimo que existia todos os dias às suas portas. -----

----- Disse, depois, que os seus camaradas do PCP, na Assembleia de Freguesia, como na Assembleia Municipal e na Assembleia da República, já fizeram várias iniciativas no terreno, no sentido de fazer aprovar propostas. Aliás, houve uma proposta na Assembleia da República para que houvesse todo um esforço interdisciplinar que abrangesse o Governo, a Câmara, a Junta de Freguesia e outras instituições, para que houvesse uma actuação global no sentido de atacar o problema, e isso foi reprovado pelo PSD. -----

----- Mas o que era certo é que a situação persistia, as medidas que estavam a ser tomadas eram insuficientes, eram casuísticas, e muitas vezes não eram conectadas umas com as outras. Eram desarticuladas! O acolhimento, o tratamento, as questões relacionadas com o problema em termos de sanidade, não eram questões tratadas, e esta era a verdade dos factos. -----

----- E agora vinha-se com a proposta de pura e simplesmente se banir o problema dali, tal como se banira do Casal Ventoso, no início deste mandato, quando se retiraram as equipas de rua, os equipamentos e o tratamento que aí se dava, porque era evidente que foi a partir desse momento que não se conseguiu localizar o problema lá onde ele estava e espalhou-se pela cidade toda. Aliás, foi também a partir desse momento que os Anjos e o Intendente começaram a ter o problema de uma forma muito mais acentuada que aquele que então tinham, porque passou a ser não só a prostituição mas todo o tipo de marginalidade, toxicoddependência, tráfico de droga, etc. -----

----- A terminar perguntou ao Deputado Municipal Cal Gonçalves se fez algum protesto junto da televisão pela reportagem que ela fez e que foi bem vista por todo o País. -----

----- **O Deputado Municipal Ramiro Nelson (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Justa, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos referiu que as pessoas toxicoddependentes já não estavam nos Anjos mas no Socorro, e parecia ter ficado satisfeito com isso, pelo que lhe colocava a seguinte questão: -----

----- As pessoas toxicoddependentes e as pessoas que se prostituíam, com essa acção que foi feita no Largo do Intendente espalharam-se como era lógico e normal. O Executivo da Junta de Santa Justa não era daqueles que faziam só reuniões dentro da Junta, muitas delas, durante o ano, eram em feitas em visitas pela freguesia, e até também pela dos Anjos onde foram ver como as coisas se passavam, e o que acontecia era que as pessoas toxicoddependentes passaram para trás do Chafariz do Desterro, para a Calçada do Desterro, para a Travessa e Rua do Benfornoso – porque não era só o Socorro, também era Santa Justa – para a Rua da Palma, e eram aos magotes! Ora, se o Presidente da Junta dos Anjos ficava satisfeito só porque essas pessoas saíram de um lado e passaram para o outro, ele não ficava. -----

----- Por outro lado, também visitaram o Regueirão dos Anjos onde havia imensas pessoas toxicoddependentes e na Igreja dos Anjos era a mesma coisa, pelo que o problema que agora colocavam, e colocavam-no também ao Sr. Presidente da Câmara, era que esse tipo de questões não se resolviam com polícia e mais polícia mas sim com o apoio de equipas multidisciplinares ao nível técnico, ao nível da saúde, ao nível social. Portanto, teria que ser uma acção conjunta porque se tratava de uma chaga social que tinha que ser tratada a todos os níveis. -----

----- **O Deputado Municipal José Levita (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia do Socorro, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que por vezes se queria passar ali o sol por uma peneira, mas ele próprio já ali mostrou ao Sr. Presidente da Câmara, por fotografias, o que se passava na Rua do Benfornoso. Não

eram magotes como referira o Deputado Municipal Ramiro Nelson, Presidente de uma Junta de Freguesia ao lado da sua. Teve uma preocupação muito grande quanto a essa matéria, justamente porque a maioria dos estabelecimentos comerciais da Rua do Benfornoso estavam na contingência de fechar porque realmente não vendiam nada, e gostava que houvesse uma Comissão que fosse verificar o que se passava naquela área. -----

----- Recordou que já uma vez ali disse que a forma de resolver o problema da toxicodependência não era empurrar os toxicodependentes do Casal Ventoso, da Curraleira, do Intendente, Rua do Benfornoso, Rua Marquês de Ponte de Lima, etc. Teria que haver dignidade política e alguém que assumisse responsabilidades na matéria porque as populações locais não estavam de maneira nenhuma dispostas a passar por situações desse tipo. -----

----- Portanto, não se podia dizer que se resolveu o problema no Largo do Intendente Pina Manique, porque ele não desapareceu, continuava lá, e era preciso que houvesse qualidade, principalmente por parte das pessoas responsáveis pelo Executivo da Câmara, porque não se podia empurrar o problema para os Presidentes de Junta porque eles não tinham poder nenhum para resolver o que quer que fosse nessa área. Nem sequer a polícia lhes ligava nenhuma quando lhes pediam ajuda. -----

----- Portanto, pedia que os ajudassem, que fossem visitar a Rua do Benfornoso, a Rua do Marquês de Ponte de Lima ou o Largo do Terreirinho, porque viam que não era a empurrar de um lado para o outro que se resolviam situações deste tipo. Estavam na Assembleia para resolver os problemas de Lisboa, dos lisboetas e daqueles que visitavam Lisboa, e era uma vergonha, sobretudo para os que vinham de fora, que as coisas estivessem como estavam, por exemplo, a caminho do Castelo de São Jorge. ---

----- Mas este era o retrato da cidade em que viviam. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que esta questão era sumamente importante e, por isso, a questão que queria colocar ao Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, porque o problema persistia exactamente nos Anjos, era se tinha conhecimento que o preço da habitação na Freguesia dos Anjos não se passava em nenhuma das capitais europeias como se passava em Lisboa, ou seja, ninguém queria comprar casa lá. -----

----- Mas perguntava se estaria de acordo ou não que uma Comissão, da qual fazia parte, concretamente a Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura, fizesse uma visita àquela zona. Era uma sugestão que deixava. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, começou por dizer que tinha muito gosto em convidar todos os Deputados Municipais do PCP para uma visita à sua freguesia, porque certamente haveria desde logo duas coisas que iriam corrigir nas suas próximas intervenções. -----

----- A primeira, tinha a ver com o limite da freguesia em relação à qual certamente haveria algum equívoco, e, a segunda, porque fez há pouco menção em relação aos troços, aos trajectos onde a situação estava antes e já não estava agora. O que

efectivamente disse foi que a situação não estava resolvida mas que estava melhor, e isso mantinha-o. -----

----- Mais: quando faziam referências àquilo que foi publicitado pela televisão, há cerca de duas semanas, num trabalho em relação ao qual tinha algumas reservas quanto à forma como ao momento em que foi feito, tinha que dizer que aquilo que foi apresentado não eram situações localizáveis na Freguesia dos Anjos, porque certamente repararam que aquilo que foi mostrado dizia respeito à Rua do Benfornoso. -----

----- Mas para responder aos pedidos de esclarecimento dos dois colegas Presidentes de Junta, diria que não estava contente em relação àquilo que se pudesse situar nas freguesias deles, porque já lá estava. Agora o que acontecia, efectivamente, era uma situação em que havia uma bolsa que antes estava espalhada por vários quilómetros naquela zona e que agora estava concentrada apenas numa área de 100 metros na zona do Benfornoso. -----

----- Em relação ao que referiu o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Justa, disse que também ele não era presidente de gabinete, encontravam-no muito mais na rua a ver as obras e a acompanhar as situações do que no gabinete. Aliás já se tinham encontrado várias vezes nessas circunstâncias e até acertado nas zonas limítrofes em situações de actuação conjunta. Portanto sabia que essa era também a forma como actuava, estava no terreno não estava no gabinete, e por isso sabia do que falava, alguns ali falavam do gabinete e não do espaço público. -----

----- E àqueles que falavam do gabinete e não do espaço público, queria convidá-los a visitar o espaço público. Queria que os Deputados Municipais do PCP que fizeram intervenções sobre o problema da toxicodependência na Freguesia dos Anjos fossem visitar esse espaço, porque depois de visitarem esse espaço teria muito prazer em lhes mostrar os filmes feitos na altura em que tomou posse no final da gestão anterior, porque verificariam que a situação da Curraleira e do Casal Ventoso instalou-se, não neste mandato mas no mandato anterior, isto é, no mandato em que o PCP fez parte do Executivo, e nesse mandato o problema efectivamente ficou situado no Largo do Intendente. E isso porque a actuação foi nesse sentido: correr da Curraleira, correr do Casal Ventoso e instalar no Intendente. -----

----- Mas, ao contrário disso, o actual Executivo não tem tido a preocupação de correr para nenhum lado, mas sim a preocupação de resolver o problema, e era justamente por isso que ele estava melhor apesar de ainda subsistir uma bolsa de uns 20/30 toxicodependentes na zona do Benfornoso. Mas estavam certos que o trabalho técnico que estava a ser feito iria resolver isso. -----

----- Disse, depois, que nunca o ouviram referir que a resolução do problema da toxicodependência era um problema de polícia. O que era um problema de polícia era a segurança, e essa, efectivamente, era um direito constitucional como o era também o da garantia da saúde pública, e estavam certos que os Deputados Municipais do PCP não deixariam de acolher esse preceito constitucional do direito à saúde, nomeadamente saúde pública, quando se viam confrontados com toxicodependentes

em plena via pública e crianças com 4 ou 5 anos ou com 6 ou 10 anos que vinham das escolas a confrontarem-se com essa situação. -----

----- E essa situação, na zona dos Anjos, só surgiu no mandato em que o PCP esteve no Executivo, no mandato anterior. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, começou por se dirigir ao Sr. Presidente da Câmara e à Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro do Urbanismo dizendo que ia formular uma pergunta, que aliás já deveria ter tido resposta no debate sobre o Estado da Cidade ou na discussão das Grandes Opções, mas que face ao teor da informação escrita que foi prestada mantinha actualidade. -----

----- E a pergunta era: “Quem manda na nossa cidade?” -----

----- El-Rei D. João II queixava-se que não era Rei de Portugal porque só mandava nas estradas do País, e agora os eleitos para a Câmara, para a Assembleia, para as freguesias e o povo em que era que mandavam? -----

----- Mas desdobrava a pergunta em outras questões! -----

----- Primeira: era um sentido colectivo, uma vaga de fundo de amor pela cidade, que fazia surgir altas torres na embocadura do Vale de Alcântara? Não! Foram as contas dos promotores imobiliários que disseram: “é aqui, assim e agora!” -----

----- A população de Alcântara consentira que lhe tirassem as vistas e o sol, que lhe reduzissem o sossego e lhe tornassem o trânsito mais caótico? Não! -----

----- Segunda: era um sentir colectivo, um querer de todos, uma vaga de fundo de amor pela cidade que arrasava os boqueirões e fazia aparecer alta torre no Aterro da Boavista? Não! Foram as contas dos promotores imobiliários que disseram: “aqui, assim e agora”. -----

----- Foram tidos e achados os que demandavam o Tejo, os que da outra margem miravam Lisboa e contemplavam o rio e a foz? Alguém defendia que a bela Lisboa se tornasse numa Hong-Kong de pacotilha? Não! -----

----- Terceira: foi um sentir colectivo, um querer de todos, uma vaga de fundo a grande velocidade que fazia atafulhar de construção o Parque Mayer? Não! Foram as contas dos promotores imobiliários que disseram: “é aqui, assim e agora”. -----

----- Eram os historiadores que consentiam que se destruísse, se derrubasse o Capitólio de Mestre Agostinho da Silva, os actores que repudiavam o teatro de revista ou os cientistas que desprezavam o Jardim Botânico? Não! -----

----- Quarta: era um sentir colectivo, um querer de todos, uma vaga de fundo de amor pela cidade que fazia expulsar o lazer ao ar livre e encher de construções o terreno da Feira Popular? Não! Foram as contas dos promotores imobiliários, insaciados no Parque Mayer, que determinaram: “é aqui e agora”. -----

----- Foram os avós, os pais, os filhos, os netos de Lisboa e dos que visitavam a cidade que deixaram de ir à Feira ou os feirantes que a abandonaram? Não! -----

----- Tudo isso, por vezes, com o beneplácito e até o incentivo do Executivo! -----

----- Os lisboetas olhavam perplexos à sua volta porque Lisboa se assemelhava a um terreno minado. Aqui e além, sem aviso, a cidade antiga explodia. Eram milhares e milhares de metros cúbicos que se erguiam desfigurando a cidade, situação penosa, grandemente penosa, se se lembrassem que Lisboa, a par da qualidade do seu

urbanismo espontâneo, era uma cidade exemplarmente planificada, com fortes e longínquas tradições nesse ramo do pensamento humano. -----

----- Nos últimos séculos, os sítios em que foi desenhada a cidade pelos poderes públicos, revelavam maior magnitude e humanismo: na Baixa, nas Av. Novas, em Alvalade e em Chelas. E nunca revelava essas qualidades quando a iniciativa era a iniciativa privada descontrolada: em Benfica, na Luz, nos tristes subúrbios. -----

----- Estava neste momento no edifício municipal do Campo Grande uma exposição. Infelizmente não a pôde ainda visitar porque estando marcada a inauguração para as 18:30 horas às 20 ainda não tinha sido inaugurada. Contudo, não dava por perdida a hora e meia que esteve à espera porque no átrio do edifício estava uma magnífica fotografia aérea da cidade que dava para reflectir hora e meia e muito mais. -----

----- E duas conclusões se tiravam a olhar para aquela fotografia: uma que era preciso preservar os vales de Lisboa; outra demonstrava aquilo que há pouco disse, ou seja, que era nos sítios onde a Câmara tinha um controlo que ia até ao desenho da cidade ou até ao desenho dos edifícios, que apresentava mais qualidade. Com um facto até estranho e nunca visto, é que em Lisboa os bairros de génese social tinham mais qualidade do que os bairros de génese privada. Bastava ver-se Alvalade ou Benfica, os Olivais, etc. -----

----- Interrogavam-se os lisboetas, perplexos, pois têm a existência de um plano, um instrumento de transformação da cidade que tinham para a cidade que queriam. Mas esse plano estava desactualizado, enfraquecido na sua eficácia e afectado por efeitos oportunistas. -----

----- E, finalmente, a pergunta: quando seriam tomados, ou dinamizados, os trabalhos de revisão do Plano Director Municipal? Quando seria que os lisboetas poderiam ter nas suas mãos o destino da sua cidade? -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Sarmiento (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que este era o seu primeiro mandato na Assembleia Municipal e por isso o pedido de esclarecimento era se este era também o primeiro mandato do orador anterior, porque caso não fosse perguntava-lhe também se nos outros mandatos, tendo em conta a quantidade enorme de projectos que houve que ou não cumpriam o PDM ou nem sequer davam entrada na Câmara, e foram construídos, se nessa altura também protestou. -----

----- Por exemplo, Saldanha Residence, Twin Towers, Corte Inglês, urbanização de Baraço de Prata, esta de um excelente arquitecto mas que nem sequer dera entrada na Câmara. A menos que considerassem aquela apresentação que já viram ali com o Sr. Dr. João Soares! -----

----- Também protestou na altura, questionou a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que pediu ali uma vez aos Deputados Municipais que lhe fizeram essa pergunta, que esquecessem o La Fontaine, porque há três anos a esta parte estavam constantemente perante a fábula do lobo e do cordeiro. É que sempre que se levantava um problema: “não foste tu foi o teu pai”. -----

----- Mas devia dizer, e o orador anterior se quisesse podia consultar as actas, que a sua atitude em relação aos problemas da cidade tem sido exclusivamente ditada pelo amor que lhe tem, como lisboeta que é. Porque se consultasse as actas podia ver que mesmo a presidentes a quem o ligava solidariedade política e até amizade pessoal, sempre, sempre, sempre expôs os seus problemas, os problemas que entendia que eram da cidade. Por exemplo em relação ao túnel de ligação à Av. Gago Coutinho e muitos outros. -----

----- Portanto, essa pergunta começava a ser descabida, diria mesmo infantil, “não foste tu foi o teu pai, o que é que tu estavas a fazer aqui?”. -----

----- Terminou esclarecendo que ia no quarto mandato e muito se orgulhava de ter sido medalhado pelo Sr. Presidente da Câmara, Pedro Santana Lopes. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que fazendo a leitura da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, via que a páginas 99 se referia que em relação às pessoas em situação de risco ou exclusão relacionada com a saúde mental haveria um projecto de saúde mental comunitário. Esse projecto iria ser instalado num edifício do Vale de Alcântara, e o que o PS gostaria de saber era com que equipa e com que instituições ligadas à saúde mental comunitária seria possível fazer esse projecto. E gostariam de conhecer os parceiros comunitários desse mesmo projecto, porque ele parecia-lhe que pretendia que a saúde mental, a saúde mental prevenia-se e promovia-se, e, portanto, quando se tratava a patologia já era psiquiatria. -----

----- Na informação escrita referia-se que era para análise de algumas situações de patologia mental, e o que gostariam de saber era com que equipas, com que instituições, se se referia, efectivamente, a um projecto de prevenção e promoção, ou se também era um projecto de tratamento. Ou seja, de tratamento e de análise das situações de patologia mental e encaminhamento para as instituições que neste caso eram as instituições psiquiátricas. Mas quais: o Hospital Júlio de Matos e Hospital Miguel Bombarda, que eram as duas instituições da Cidade de Lisboa, ou instituições de solidariedade social que tinham também projectos de saúde mental ou de saúde psiquiátrica. -----

----- E desejava também dizer, em nome da Presidente da Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura, que essa Comissão desejava ter um conhecimento exacto do projecto, do programa, dos parceiros, da equipa e da articulação das respostas institucionais. -----

----- Por outro lado, desejava também perguntar, porque não conhecia e a Organização Nacional de Saúde também não tinha registado como situação da patologia mental, a insalubridade. Pensava que se tratava de um erro porque não havia insalubridade na patologia mental! Poderia haver muitas perturbações devido à insalubridade, mas não como patologia a insalubridade. Era um erro que era preciso tirar dali. Dizia a informação: “situações de patologia mental e insalubridade”. Claro que podia perceber que os edifícios onde as pessoas viviam podiam ter problemas de insalubridade e isso poderia vir a causar mais tarde problemas de saúde mental, porque o que comandava a vida era a mente. Mas patologia de insalubridade não

conhecia, apesar de ser especialista em saúde mental e psiquiatria, mas como já estava afastada há algum tempo foi perguntar aos especialistas nessa área e efectivamente não havia. -----

----- Seguidamente, disse que dado que a violência doméstica era transversal, e dado também que na Cidade de Lisboa existiam muitas situações de mulheres que tinham que abandonar as suas casas vítimas de violência doméstica, perguntou se a Câmara pensava ou não fazer parcerias com ONGs geridas por mulheres para a abertura de uma residência/abrigo para que essas mulheres tivessem a possibilidade de ter uma casa sem a companhia do marido ou do companheiro, enfim daqueles que lhes batiam e que todos os dias as violentavam. -----

----- Por outro lado, e porque isso também fazia parte da violência mental, perguntava ao Sr. Presidente da Câmara o que se passava com o trânsito e as passeadeiras. Recordou que disse ali um dia que ia falar de segurança e que não falava de polícias, porque segurança eram as passeadeiras estar marcadas, segurança era poderem utilizar os passeios, segurança era as obras estarem devidamente regulamentadas e preparadas, e, por exemplo, na Av. da Liberdade, antes da Travessa da Glória, quem quisesse andar no passeio não podia porque estava lá uma indicação a mandar atravessar para o outro lado ou “ande por ali”, só que por ali era ir no meio da via pública. A sinalização não funcionava, e não funcionava, dizia-o ali muito claramente, porque a única coisa que via fazer a PSP-Trânsito era guardar obras e fazer sair os camiões prejudicando muitas vezes os moradores e as pessoas que ali circulavam, que parecia que tinham que esperar porque em primeiro lugar estava a obra. -----

----- E tudo isto eram problemas que também tinham a ver com a saúde mental. Por exemplo, um casal, de manhã, saía de cada, bem disposto, queria passar e não passava, o marido dizia “mas lá estás tu a dizer-me isso todos os dias, o buraco estava aqui, eu não posso nem tenho que subir o passeio” e começavam pequenos actos de violência, e esses pequenos actos de violência eram problemas que se revertiam na família e que poderiam originar problemas de saúde mental. O actual Ministro da Saúde, como não queria gastar muito dinheiro em medicamentos, seria bom que a Câmara tivesse uma reunião com ele porque certamente poupariam muitos anti-depressivos e muito dinheiro em medicamentos. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que ouviu com atenção tudo o que o Sr. Presidente da Câmara expôs, mas havia duas questões que eram centrais e estratégicas na cidade em relação às quais não ouviu falar. De uma delas já ouviu ali falar hoje um Deputado Municipal, e era fundamental!

----- Há quatro anos atrás, concretamente no mês de Outubro, ainda na anterior gestão, o Presidente da Câmara iniciou um processo de revisão do PDM, o que então puseram em causa porque estavam em vésperas de eleições autárquicas e acharam que não era altura de o fazer. Em Dezembro de 2003 os Grupos Municipais receberam um *dossier* do primeiro estudo da revisão do PDM, tendo sido anunciado nessa altura que por volta de Fevereiro/Março de 2004 teriam já uma nova aproximação do PDM. -----

----- O PDM era o instrumento seguramente mais importante que qualquer cidade poderia ter para determinar e decidir rigorosamente qual era o projecto de cidade e o

que era que se podia fazer em qualquer ponto da cidade, mas já passara Fevereiro/Março de 2004, estavam já em Fevereiro de 2005 e não receberam mais nenhuma informação sobre o PDM. -----

----- Era evidente que o Sr. Presidente da Câmara poderia pôr na sua informação escrita quinhentas coisas que eram feitas, mas neste caso queriam uma resposta a questões estruturantes e estratégicas da cidade. -----

----- Por isso, a pergunta concreta era qual o ponto da situação da revisão do PDM que começou há cerca de 2 anos. -----

----- Uma outra questão era que estava inscrita no projecto do PSD, que com esse projecto ganhara as eleições para a Câmara Municipal de Lisboa, tal como estava também inscrita no programa do BE, que a primeira tarefa, nesta fase, seria a recuperação e a reconstrução da cidade, pelo que em qualquer informação escrita do Sr. Presidente da Câmara deveriam fazer o ponto da situação sobre essa tarefa. O Sr. Presidente da Câmara já uma vez lhe respondeu dizendo que eram óptimos os ideais que o BE ali apresentava, mas que era muita coisa, não se podia fazer tudo, e exactamente porque não se podia fazer tudo queriam que fosse feito o ponto da situação sobre como estava essa tal grande coisa, porque se era certo que não se podia fazer tudo o problema era que não se fazia quase nada, ou fazia-se muito pouco. -----

----- Lembrou que a última vez que ali interveio sobre essa matéria fez uma proposta concreta no sentido de que se precisava de um novo PER, um plano especial para a recuperação da cidade com três medidas que, recordava, uma tinha a ver com poderes especiais para as Câmaras com grandes centros urbanos que precisavam de recuperação, outra com medidas que tivessem capacidade de intervenção imediata e rápida e não as actuais medidas que existiam, não repetiria mais o exemplo que deu das Av. Novas já para não falar das 75.000 casas devolutas, e uma terceira que tinha a ver com as medidas especiais do ponto de vista financeiro, ou seja, tal como no Governo do Prof. Cavaco Silva foram feitas medidas especiais do ponto de vista do Orçamento de Estado para acabar com as barracas, também pensavam que eram precisas medidas especiais, do ponto de vista financeiro, para a recuperação da cidade. -----

----- Nessa altura o Sr. Presidente da Câmara respondera-lhe que estavam a fazer um esforço grande e que já tinham conseguido recuperar cerca de 1.100 casas em 2 anos, mas se só as devolutas eram 75.000 se fizessem as contas a esse ritmo eram capazes de demorar cerca de um século. -----

----- Portanto o problema que estava colocado era quais as medidas estratégicas de fundo para atingir objectivos que estavam no programa do PSD, que por acaso também estavam no do BE, e portanto estavam de acordo com o objectivo central. Quanto ao resto podiam ali falar de 500 obras, porque se não falassem daquilo que era estratégico e estruturante para a cidade as informações escritas teriam pouco significado. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra, disse que ia falar sobre a reabilitação urbana no Bairro de Alfama, nomeadamente nas freguesias de São Miguel e Santo Estêvão. -----

----- Referiu então que as fotocópias que tinha consigo eram da anterior informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e eram precisamente iguais às da informação escrita que estava em apreciação. -----

----- Desejava dizer também que na Travessa de São Miguel os n.ºs 22 e 22A, o prédio da Nau Catrineta, não existia porque ruína há já bastantes anos, a travessa ficou com ali com um largo e não havia obras a decorrer nesse imóvel. -----

----- Por outro lado, a conclusão das obras no prédio da Rua da Regueira n.ºs 55 a 59 podia mostrar, com fotografias, que esse prédio foi escorado no início de 2003, ainda nesse ano terminaram os trabalhos e não estavam neste momento em curso nenhuma obras nesse imóvel. -----

----- As obras da Rua de São Miguel, 10-12, eram obras num saguão que já estavam feitas e portanto também já não estavam a decorrer obras nenhuma nesse imóvel. -----

----- Em relação ao Beco de São Miguel n.ºs 15-17, disse que essa obra não foi feita pela Câmara mas sim pelo empreiteiro, que no entanto tirara os andaimes e deixara o prédio só em cimento, e podia também deixar fotografias para o Sr. Presidente da Câmara ver. -----

----- Disse, depois, que as verbas para as rubricas do processo integrado do Chafariz de Dentro eram diminutas para as obras que ainda havia a fazer, e em relação às verbas que o Executivo camarário lhes apresentara, em tempo, para o Lx a Cores, Alfama Quem Cuida Ama, Projecto Integrado do Chafariz de Dentro e Mega ETDs, cabia-lhe dizer, tal como à camarada Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão que também tinha lido a informação e estava de acordo com isso, que em relação ao Lx a Cores aprovaram na Assembleia a passagem para a EPUL de alguns edifícios camarários para serem reabilitados por essa empresa e que depois regressariam para a Câmara Municipal e só dois ou três ficariam em posse da EPUL, mas passados sete meses nessas duas freguesias de Alfama não havia obras. Já se realojaram as pessoas, mas obras não existiam. -----

----- Em relação ao Alfama Quem Cuida Ama, o programa estava a 50% pois dos 70 edifícios das duas freguesias só os que se situavam em locais bem visíveis, como na Rua Terreiro do Trigo, Av. Infante D. Henrique e Rua dos Remédios foram intervencionados. -----

----- No projecto integrado do Chafariz de Dentro, que eram onze quarteirões, mais um, o N, que o Executivo camarário incluía, num total de 84 prédios, 133 fogos e 75 lojas, teve início em 2001, só o quarteirão G e F1 estavam concluídos. O quarteirão E, novas instalações da Junta de Freguesia ainda não estava acabado, em 2002 iniciara-se o quarteirão B e a sua conclusão estava prevista para 2004 e ainda não estava acabado. Em 2003 nenhum quarteirão entrara em obra e em 2004 iniciaram-se os quarteirões J, H e I. Mas faltavam ainda entrar em obra os quarteirões F2, L, A e N num total de 88 fogos e 21 lojas. -----

----- Disse que referia as etapas para mostrar que no *deplan* feito pela Câmara todo o processo integrado do Chafariz de Dentro teria início em 2003, estavam agora no início de 2005 e o Orçamento apresentado pela Câmara, e chumbado pela Assembleia, não tinha verbas que suportassem o acabamento dessas obras. -----

----- Com todos esses atrasos prolongavam-se os andaimes e os estaleiros, o trânsito foi condicionado e os moradores neste momento viam-se cerceados dos lugares de estacionamento dentro do bairro e nas zonas limítrofes, porque os lugares de estacionamento indicados pela EMEL estavam ocupados por estaleiros, e a insegurança para a população idosa voltara a crescer. -----

----- As mega ETDs, São Miguel com duas intervenções previstas, só na Rua Norberto Araújo n.ºs 16, 18 e 18A, e Rua da Adiça n.ºs 40 e 48 foram iniciadas, porque na Rua da Regueira, n.ºs 27 e 29, um prédio da Câmara quando começara a ser intervencionado ruíra e até agora estava lá o buraco sem mais qualquer outra intervenção. -----

----- E na Freguesia de Santo Estêvão, na Rua Guilherme Braga as ETDs que deveriam ter começado em Junho, até agora, seis meses depois, ainda não começaram sendo que os moradores foram realojados a tempo de começarem a intervenção. -----

----- Em relação ao silo disse que essa obra, ao cuidado da EMEL, tem andado em bom ritmo mas, contudo, o projecto ainda não foi apresentado à Junta de Freguesia, pelo que, neste momento, ainda não sabiam se o parque infantil e o parque de jogos se iriam concretizar, e seria bom que a Câmara informasse como se iria processar início desse equipamento essencial para a população. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que tinha prometido à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa que não iria ser muito ostensivo, pelo que era apenas mais uma recordatória sobre um tema que tem sido recorrente em várias intervenções que tem feito na Assembleia Municipal, e que tinha a ver com o Bairro 2 de Maio. -----

----- Portanto, era um tema que a Sra. Vereadora conhecia muito bem, era um tema sobre o qual sabia que a Sra. Vereadora se tem debruçado, mas era um tema cujos resultados não apareciam, e isso é que era preocupante. -----

----- A um aparte respondeu: “Pois é Sra. Vereadora, está a ficar bonito. Tal como eu disse aqui uma vez ao Sr. Dr. Santana Lopes, que houve preocupação em pintar uma parte das fachadas dos prédios, o que era verdade, e depois houve um trabalho de limpeza total de vários lotes.” -----

----- Tudo isso era verdade! Contudo, havia várias coisas que continuavam pendentes, designadamente um problema gravíssimo de saúde pública porque os lotes 21 e 22 continuavam com os esgotos a céu aberto. Esse era um problema que a Sra. Vereadora conhecia, através dele próprio, há mais de um ano, e era uma situação inaceitável, uma situação que não tinha qualquer justificação, e, mais grave ainda, os empreiteiros com quem já falou disseram-lhe que não eram eles que iam resolver aquilo. -----

----- Isso era uma coisa indescritível, parecia um filme, e daí a sua preocupação! -----

----- Quanto a si a GEBALIS preocupava-se com outras coisas que não devia. Deveria preocupar-se mais com este tipo de questões em vez de se preocupar com festas. Essa era uma situação imoral, não havia outro termo. -----

----- E, para além do mais, também desejava chamar a atenção da Sra. Vereadora para um outro tema que tinha a ver com um problema que já ali tratara, relacionado com o Bairro 2 de Maio, que se referia às barracas, muitas barracas como a Sra. Vereadora

conhecia. A Sra. Vereadora dera ordem para as limparem mas limparam apenas uma barraca, e limparem apenas uma barraca era lamentável por várias razões, desde logo porque se tornava discriminatório para o morador a quem retiraram as coisas, porque os outros gozavam, e gozavam até consigo porque sabiam que foi ele próprio que levantou a questão. Isso era ultrajante. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, avisando-o de que gastara 23 minutos na sua primeira intervenção pelo que tinha agora apenas 7 minutos para responder às questões que foram postas pelos Srs. Deputados Municipais. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por dizer que tinha que confessar a sua incapacidade para responder a tantas questões em tão poucos minutos, e porque não conseguia dar resposta a tantas questões, algumas das quais nem sequer conseguira apreender, uma vez que todas as intervenções ficavam registadas em acta teria o maior gosto em responder depois, por escrito, a essas mesmas questões. -----

----- Disse que houve algumas intervenções que percorreram todos os assuntos que havia na Câmara, transversalmente, geograficamente e temporalmente, e, portanto, era-lhe difícil, ou absolutamente impossível, discorrer sobre elas. -----

----- No entanto, havia algumas que reteve, como as duas questões levantadas pelo Deputado Municipal Carlos Marques, uma sobre o PDM e outra sobre o PER, que eram, obviamente, matérias de maior interesse estratégico para todos. -----

----- Quanto ao PDM, disse que no próximo dia 28 ia haver uma apresentação pública, para a qual ainda não foram distribuídos os convites mas era óbvio que os Srs. Deputados Municipais seriam convidados a assistir à apresentação de um estudo sectorial, justamente das acessibilidades e transportes, que era um estudo fundamental no âmbito da Revisão do Plano Director Municipal. -----

----- Estavam a ser desenvolvidos estudos sectoriais, uns nos serviços da Câmara outros fora, como era este caso com o apoio do Instituto Superior Técnico, para além da própria regulamentação do PDM, as cartas do subsolo, condicionantes aventadas, tudo isso estava bastante desenvolvido, ele próprio faria proximamente na Sessão de Câmara o ponto da situação, e faria também chegar essa documentação à Assembleia. -

----- Portanto, estavam a ser desenvolvidos, a um ritmo que diria estava previsto, muitos desses trabalhos preparatórios da Revisão do Plano Director Municipal. -----

----- Relativamente ao tal Plano Especial, já tiveram oportunidade de falar disso, mas não havia de facto um novo PER especial para a Cidade de Lisboa. O que tem dito também era que o que de estruturante podia e devia ser feito estava a ser feito, por exemplo, através daquilo que era uma grande aposta para áreas prioritárias da cidade em termos de reabilitação urbana, que eram as Sociedades de Reabilitação Urbana. Elas estavam a ser constituídas, algumas já estavam mais adiantadas que outras, e essa era, de facto, uma medida que poderia facilitar uma mudança de ritmo e de rumo nessa orientação estratégica da cidade. -----

----- Isto para já não questionar ali, até porque não era ainda um dado adquirido, a questão da Lei das Rendas que, pessoalmente, estava convencido que poderia dar também um impulso a essa mudança. -----

----- Mas o que era factual e significativo, como tem dito, era que de facto se assistia hoje a uma mudança de um certo paradigma que tem sido timbre de há muitos anos, não só em Lisboa como por todo o País, que resultava do seguinte: em 2004 o número de pedidos de licenciamento para intervenção em edifícios, ao contrário do que se passava em anos anteriores, pela primeira vez ultrapassou largamente um dígito, o que foi surpreendente. Diria mesmo que em 2004, 60% dos pedidos de intervenção em edifícios não foi para edifícios novos mas para reabilitação de edifícios. Portanto, tinham indícios concretos, palpáveis, de se estar a inverter uma tendência, de recuperar um caminho perdido, e por esse conjunto de boas acções parecia-lhe que efectivamente estavam no bom caminho. -----

----- Para além de que também tem sido uma orientação dada à própria EPUL destinar uma parte significativa da habitação que essa empresa fazia para arrendamento, especialmente para arrendamento a jovens. -----

----- Portanto, havia todo um conjunto de acções, que não seriam propriamente um PER no sentido que o Deputado Municipal Carlos Marques gostaria, mas diria que era um vasto conjunto de iniciativas que iam no sentido de recuperar tempo perdido. -----

----- Seguidamente, aludindo à questão da ETAR de Alcântara, matéria colocada pelo Deputado Municipal José Luís Ferreira, do PEV, disse que se lembrava que há cerca de dois anos e tal foi anulado um concurso, e foi anulado porque se tratava de um concurso de concepção/construção/exploração da ETAR, que aliás já se arrastava há mais de dois anos, e foi então decidido anular porque esse concurso previa a construção de um sistema de tratamento terciário, e entretanto a própria Direcção-Geral do Ambiente da Comissão Europeia, entendera e classificara o Estuário do Tejo tecnicamente como uma zona não ofensível, portanto que não exigia um tratamento terciário para o tratamento. -----

----- Sendo que, como se sabia, a ETAR de Alcântara recolhia parte dos esgotos que vinham do Caneiro de Alcântara também não fazia sentido estar a enveredar por um processo dispendioso de tratamento só de uma parte do caudal. -----

----- Portanto, sendo certo que a Comissão Europeia não classificava como uma zona sensível, também não fazia sentido estar a pôr um tratamento terciário só de parte do caudal. Essa foi a primeira razão. -----

----- A razão para a anulação mais recente do projecto base da ETAR de Alcântara, tinha a ver com uma questão que julga ter sido ventilada pelo Deputado Municipal José Luís Ferreira, e que dizia respeito ao facto da própria União Europeia vir agora dizer à Câmara que não era possível eleger fundos comunitários que não fossem através de um processo de concepção/construção. Foi por isso que foi anulado e decidira-se integrar o projecto base nessa concepção/construção. -----

----- Portanto, estavam a avançar nessa medida como estavam também a avançar a par de outras, como seja avançar rapidamente com o reforço da estrutura do Caneiro de Alcântara, mas também por uma medida que entendia que qualquer que fosse a

solução a encontrar para a ETAR tinha de ser feita, e devia ser feita e estava até preconizada em estudos anteriores, que era um pequeno executor submarino na saída do caneiro, junto à margem do rio, para maior poder de diluição no meio do Estuário. -

----- Quanto ao Palácio Folgosa, questão referida pelo Deputado Municipal Cal Gonçalves, disse que efectivamente havia interesse da parte da Câmara em disponibilizá-lo para a instalação da polícia. Era uma zona carenciada, o espaço estava disponível, vêm tendo conversações com o Comando da PSP da Área Metropolitana de Lisboa no sentido de aí instalar uma Divisão policial, o que com certeza iria beneficiar toda aquela zona. A Câmara entendia que efectivamente era uma boa utilização para o referido palácio. -----

----- Terminou repetindo o que disse inicialmente, isto é, que se disponibilizava para responder, por escrito, às questões que agora não conseguiu responder por falta de tempo. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que seria dada prioridade à parte da acta referente a este ponto, que depois de feita seria enviada ao Sr. Presidente da Câmara e posteriormente seriam distribuídas as respostas aos Srs. Deputados Municipais. -----

----- Seguidamente, depois de desejar a todos um bom Carnaval e uma boa campanha eleitoral, deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, no próximo dia 22 de Fevereiro. -----

----- Eram 20 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____.

----- O PRESIDENTE -----